



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
LETRAS LICENCIATURA A DISTÂNCIA  
HABILITAÇÃO: PORTUGUÊS**

Maceió-AL,

Julho de 2012

(atualizado em junho de 2016)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE LETRAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE**  
**LETRAS LICENCIATURA A DISTÂNCIA**  
**COM HABILITAÇÃO EM PORTUGUÊS**

Maceió-AL,

Julho de 2012

(atualizado em junho de 2016)

**REITORA:** Maria Valéria Costa Correia

**VICE-REITOR:** José Vieira da Cruz

**PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO:** Sandra Regina Paz da Silva

**COORDENADOR INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:** Gustavo  
Madeiro da Silva

**DIRETORA DA FACULDADE DE LETRAS – FALE:** Eliane Barbosa da Silva

**VICE-DIRETOR DA FACULDADE DE LETRAS – FALE:** Jair Barbosa da Silva

## **COLEGIADO DE CURSO**

[Portaria nº 2142 de 12 de novembro de 2013]

### **Docentes Titulares**

Prof. Dra. Sonia Cristina Simões Felipeto

Prof. Dra. Adna de Almeida Lopes

Prof. Dra. Fabiana de Oliveira

Prof. Ms. Jozeph Fernando Soares Queiroz

Prof. Dra. Simone Makiyama Ferreira da Cruz

### **Docentes Suplentes**

Prof. Ma. Jacqueline Elizabeth Vásquez Araújo

Prof. Dra. Susana Souto Silva

Prof. Dr. Aldir Santos de Paula

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva

Profa. Dra. Ana Cecília Acioli

### **Representantes Técnico-administrativos**

George Neves Brasileiro (titular)

Jeanine Waléria Oliveira Braga Pereira (suplente)

### **Representantes Discentes**

José Allan Nogueira Cavalcante (titular)

Anna Paula Damasceno Vasconcelos (suplente)

## **NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

[Aprovado pelo Conselho da Faculdade de Letras em 10 de abril de 2015]

[Portaria n. 755 de 19 de maio de 2015]

Profa. Dra. Sônia Cristina Simões Felipeto – Coordenadora do curso

Profa. Dra. Adna de Almeida Lopes - Coordenadora de Tutoria do curso

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho - professor do curso

Prof. Dr. Paulo Leôncio da Silva - professor do curso

Prof. Dr. Murilo Cavalcante Alves - professor do curso

Profa. Dra. Andrea da Silva Pereira - professora do curso

<b>Sumário</b>	
<b>1. Dados de identificação.....</b>	<b>07</b>
1.1 Contextualização da Instituição de Ensino Superior.....	07
1.1.1 Contexto Institucional.....	07
1.1.2 Contexto Regional.....	08
1.2 Dados de identificação do curso.....	09
1.3 Dados do coordenador do curso .....	10
<b>2. Apresentação .....</b>	<b>11</b>
<b>3. Justificativa .....</b>	<b>12</b>
3.1 A Realidade Educacional Brasileira .....	12
3.2 A Realidade Educacional Alagoana .....	16
<b>4. Histórico do curso .....</b>	<b>18</b>
<b>5. A área de Letras: concepções .....</b>	<b>21</b>
<b>6. Habilidades, competências, atitudes .....</b>	<b>25</b>
<b>7. Políticas institucionais no âmbito do curso.....</b>	<b>28</b>
7.1 A pesquisa.....	28
7.2 A extensão.....	29
7.3 A responsabilidade social.....	31
7.4 Acessibilidade.....	31
7.5 Inclusão.....	33
7.5.1. Política de cotas.....	33
<b>8. Objetivos do curso.....</b>	<b>33</b>
<b>9. Perfis do egresso e campo de atuação.....</b>	<b>34</b>
9.1 Perfis do Egresso .....	34
9.2 Campos de atuação .....	35
<b>10. Processo seletivo .....</b>	<b>36</b>
<b>11. Metodologia do Curso de Letras na modalidade a distância .....</b>	<b>36</b>
11.1 Organização .....	36
11.2 Estrutura administrativo-pedagógica .....	37
11.3 Formação de professores e tutores para o exercício da modalidade a distância.....	40
11.4 Ambiente virtual de aprendizagem: recursos, ferramentas, materiais.....	42
11.5 Encontros presenciais e frequência.....	43
11.6 Armazenamento/gerenciamento dos dados produzidos na modalidade a distância.....	43
11.7 Sobre a recuperação de estudos, trancamento, transferências e outros itens relativos à permanência do aluno no curso.....	44
11.8 Apoio ao discente.....	45
11.9 Estrutura atualizada dos polos e articulação cursos/polos.....	48
11.10 Plano e Cronograma de Implantação .....	49
11.11 Sistema de Tutoria.....	49
11.12 Procedimentos preventivos de evasão.....	49
<b>12. Avaliação .....</b>	<b>52</b>
12.1 Avaliações do curso feitas pelo corpo docente e discente .....	53
12.2 Avaliação da aprendizagem na Educação a Distância .....	54
12.3 Avaliação do projeto pedagógico do curso – PPC.....	56
<b>13 Organização didático-pedagógica.....</b>	<b>56</b>
13.1 Conteúdo/matriz curricular.....	56
13.1.1 Núcleo básico de formação específica do Curso de Letras.....	56
13.1.2 Núcleo de formação sobre a língua e suas literaturas.....	58
13.1.3 Núcleo de formação para a docência.....	59
13.1.4 Disciplinas eletivas.....	63
13.2 Resumo da Estrutura Curricular.....	64
<b>14. Educação ambiental .....</b>	<b>65</b>
<b>15. Relações étnico-raciais e História e cultura afro-brasileira, africana e indígena.....</b>	<b>65</b>
<b>16. Educação em direitos humanos.....</b>	<b>66</b>
<b>17. Libras.....</b>	<b>66</b>
<b>18. Ordenamento curricular.....</b>	<b>66</b>
<b>19. Integração com a rede pública de ensino.....</b>	<b>70</b>

<b>20. Estágio supervisionado .....</b>	<b>70</b>
<b>21. Trabalho de Conclusão de Curso .....</b>	<b>76</b>
<b>22. Atividades acadêmico-científico-culturais .....</b>	<b>77</b>
<b>23. Ementário e bibliografia do Curso.....</b>	<b>79</b>
23.1 Ementas e bibliografia das disciplinas obrigatórias .....	79
23.2 Ementas e bibliografia das disciplinas eletivas .....	98
<b>24. Viabilização do curso .....</b>	<b>110</b>
<b>25. Referências .....</b>	<b>111</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>113</b>
Anexo I: Corpo docente e quadro técnico-administrativo .....	113
Legislações específicas	
Anexo II: Parecer CNE/CES 492/2001.....	117
Anexo III: Resolução CNE/CES 18/2002.....	121
Anexo IV: Resolução CNE/CP 2/2002.....	122
Anexo V: Decreto n. 5.626/2005.....	123
Anexo VI: Guia de realização dos projetos integradores .....	130
Anexo VII: Resolução n. 2/2009 – FALE - Normas Elaboração TCC.....	133
Anexo VIII: Resolução n. 004/2012 – FALE - Normas de Realização do Estágio Supervisionado.....	137
Anexo IX: Quadro concomitância, consecutividade e carga horária de estudo semanal.....	157
Anexo X: Ofício 20/2011 da DED/CAPES.....	159
Anexo XI: Ofício 21/2011 da DED/CAPES.....	162

## **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

**Mantenedora:** Ministério da Educação e Cultura (MEC)

**Município-sede:** Brasília - Distrito Federal (DF)

**CNPJ:** 00.394.445/0188-17

**Dependência:** Administrativa Federal

**Mantida:** Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

**Código:** 577

**Município-Sede:** Maceió - Alagoas (AL)

**CNPJ:** 24.464.109/0001-48

**Endereço do campus sede:** Rodovia BR 101, Km 14 - Campus AC Simões - Av. Lourival de Melo Mota, s/n, Cidade Universitária

Tabuleiro do Martins

**CEP:** 57072-970 Maceió - AL

**Telefone:** (82) 3212-1001 (Central)

**Portal eletrônico:** [www.ufal.edu.br](http://www.ufal.edu.br)

**E-mail:** [reitoria@ufal.br](mailto:reitoria@ufal.br)

### **1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

#### **1.1.1 Contexto Institucional**

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, com CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como

instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 54 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais.

Além dos cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A pós-graduação contribui com 31 programas de Mestrado e 09 de Doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

### **1.1.2 Contexto Regional**

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km<sup>2</sup>, o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2015 do IBGE, apresentava população residente 3.340.932 habitantes, sendo 58,3% em meio urbano e 41,7% em meio rural.



A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$11.276,59, em 2013, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 68,7%. Os restantes 31,3% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

## **1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

**IES: 577 - Universidade Federal de Alagoas**

**Nome do Curso: Letras com Habilitação em Português**

**Endereço para correspondência:**

**BR 104 Km 97 – Campus A.C. Simões**

**Número: S/N**

**Complemento: Cidade Universitária**

**Bairro: Tabuleiro do Martins**

**CEP: 57072-970**

**Município: Maceió - AL**

**Telefone: (082) 3214-1354**

**E-mail: portuguesfalead@gmail.com**

**Modalidade: ensino a distância - EAD**

**Regime escolar: regime de créditos e semestral**

**Carga horária total: 3.200 horas**

**Prazo de integralização: mínimo de 4 anos e máximo de 6 anos**

**Número de vagas: 50**

**Dimensão das turmas: 50 alunos**

**Turnos de funcionamento: diurno**

**Local de funcionamento: polo de Olho d'Água das Flores**

**Dados de Aprovação do Projeto do Curso de Letras Português do sistema UAB/MEC com implantação em 2014:**

**Documento: processo n. 003941/2012-98**

**Resolução n. 19/2012 - CONSUNI-UFAL**

**Data de publicação: 09 de abril de 2012**

**Início de funcionamento: Janeiro de 2014**

**Local de funcionamento: polo de Olho d'Água das Flores: Rua 06 de fevereiro, s/n - centro - anexo à Escola Municipal de Ed. Básica Maria Augusta Silva Melo**

**Município: Olho d'Água das Flores**

**CEP: 57.442-000**

**Telefone: (82) 3623-1378**

**E-mail: [polouab.oaflores@gmail.com](mailto:polouab.oaflores@gmail.com)**

### **1.3 DADOS DO COORDENADOR DO CURSO**

**Nome:** Sonia Cristina Simões Felipeto

**CPF:** 869.113.849-15

**RG:** 6.070.664-6 SSP PR

**Matrícula SIAPE :** 2378069

**Fone:** (82) 98877-1573

**E-mail:** [crisfelipeto@gmail.com](mailto:crisfelipeto@gmail.com)

**Formação Acadêmica:** Doutora em Linguística

**Graduação:** Licenciatura em Letras

**Tempo de exercício na UFAL:** 6 anos

**Tempo de exercício na função de coordenadora:** 3 anos

**Tempo de exercício na docência do ensino superior:** 16 anos

## **2. APRESENTAÇÃO**

Este documento tem por objetivo apresentar o Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa na modalidade a distância para atender à demanda da Formação de Professores da Educação Básica Pública (PARFOR) e demanda social. Na entrada pelo PARFOR, os professores devem estar em exercício na Educação Básica Pública, há pelo menos três anos, conforme a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, e PARFOR, instituído por meio da Portaria Normativa nº 9, de 30 de junho de 2009, do Ministério da Educação.

De acordo com essa portaria, o PARFOR é uma ação conjunta do Ministério da Educação, por intermédio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), com a finalidade de atender à demanda por formação inicial e continuada dos professores das redes públicas de educação básica (Resolução CNE/CEB 4/2010).

Este Projeto Pedagógico está desenvolvido em consonância com as especificações legais relativas à oferta de curso de Letras, como Primeira Licenciatura, para Professores da Educação Básica Pública (Resolução CNE/CP nº 01/2002; Decreto CNE 6755/2009; Resolução CNE/CP 02/2002; Resolução CNE/CES 18/2002; e Parecer CNE/CES 492/2001).

Para atender à demanda social e do PARFOR, atingindo o maior número de pessoas interessadas nesta qualificação, este Curso será desenvolvido na modalidade a distância. Como parte desse plano, e considerando as demandas estabelecidas, decidiu-se que a FALE ofereceria um total de 250 vagas para licenciaturas em Letras, conforme quadro a seguir, que engloba o conjunto das licenciaturas emergenciais a serem oferecidas. Entretanto, por questões políticas regionais, o curso está atualmente sendo oferecido no polo de Olho d'Água das Flores:

<b>CURSO</b>	<b>TIPO DE FORMAÇÃO</b>	<b>MOD.</b>	<b>UF</b>	<b>POLO/ MUNICÍPIO</b>	<b>N. VAGAS</b>
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	MACEIÓ	50
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	ARAPIRACA	50
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	PENEDO	50
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	50
LETRAS/PORTUGUÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	SANTANA DO IPANEMA	50

A modalidade a distância apresenta objetivos similares àqueles do ensino presencial, porém, com dinâmica, filosofia e concepções (do que seja professor, aluno, avaliação) distintas daquela modalidade de ensino. Entretanto, deseja-se manter, dentro das possibilidades, as concepções historicamente construídas ao longo da consolidação da FALE.

É preciso compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou ainda, como possibilidade apenas de emprego de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes. Tem-se de considerar que não existe uma metodologia de EaD e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

### **3. JUSTIFICATIVA**

#### **3.1 A REALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2010, o acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade, e amplia os horizontes e as perspectivas de vida (Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, 2010).

Por outro lado, o diagnóstico do abandono dos processos de aprendizagem na sociedade brasileira também é abundante. A sinopse da Educação Básica do ano 2010, que integra estudo do IBGE sobre indicadores sociais<sup>1</sup> mostra que de 2000 para 2010, no País, houve expressivo crescimento na frequência à escola ou creche das crianças de até 5 anos de idade: de 9,4% para 23,5%, no grupo etário de 0 a 3 anos, e de 51,4% para 80,1%, no de 4 ou 5 anos.

Em 2010, na população de 6 a 14 anos de idade, 96,7% frequentavam escola, 1,3% nunca frequentou escola ou creche, e 2,0% não frequentavam, mas já haviam frequentado. Assim, em 2010, havia 966 mil crianças e adolescentes desse grupo etário que não estavam frequentando escola no País. O percentual de mulheres que não frequentavam escola na população feminina de 6 a 14 anos de idade ficou em 3,1%, enquanto que esse indicador para o contingente masculino foi de 3,5%.

Em área rural, a parcela do grupo etário de 6 a 14 anos que não frequentava escola atingiu 5,0% e, em área urbana, ficou em 2,9%.

Nas Grandes Regiões, as diferenças entre os resultados das áreas urbana e rural foram todas substanciais. Na área urbana, o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos de idade que não frequentavam escola variou de 14,4%, na Região Sudeste, a 17,9%, na Região Sul, enquanto que na rural foi de 20,0%, na Região Nordeste, a 25,8%, na Região Norte.

Considerando as pessoas de 25 anos ou mais de idade, que tinham, portanto, idade suficiente para terem concluído curso superior de graduação, observou-se que 49,3% eram sem instrução ou não tinham sequer concluído o ensino fundamental, enquanto 11,3% tinham pelo menos curso superior de graduação completo. Nas

---

<sup>1</sup> O estudo tem capítulos específicos sobre educação, saúde, domicílios, trabalho e rendimentos, cor, mulheres, idosos, crianças, adolescentes e jovens. Os dados são, principalmente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2010.

Regiões Norte e Nordeste o nível de instrução foi menor que nas demais, o que pode ser percebido pelo percentual referente à parcela das pessoas que tinham pelo menos curso superior de graduação completo. Esse indicador ficou em 7,6%, na Região Norte, e 7,1%, na Nordeste e, nas demais, variou de 12,1% a 13,7%. Observou-se, ainda, que o percentual referente à parcela sem instrução ou com o fundamental incompleto das Regiões Norte e Nordeste superou sensivelmente os das demais.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, 83,3% dos jovens de 15 a 17 anos de idade eram estudantes, sendo que apenas 47,3% deles estavam cursando o ensino médio. Esse valor representa a taxa média de frequência líquida a esse nível de ensino, isto é, a proporção de jovens que estavam cursando o nível educacional adequado a sua faixa etária. Entretanto, o valor médio não evidencia a heterogeneidade que permeia o território brasileiro. As Regiões Sul e Sudeste se encontravam em melhor situação, especialmente quando comparados com as Regiões Norte e Nordeste, onde a concentração de municípios que destoam da taxa média nacional é maior.

Outro indicador relevante para retratar a vulnerabilidade dos jovens é a taxa de abandono escolar precoce, isto é, a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade que não haviam completado o ensino médio (desde aqueles sem instrução até os com ensino médio incompleto) e que não estavam estudando. Houve uma queda de 11,5% pontos percentuais dessa taxa de 2000 a 2010, passando de 48,0% para 36,5%. Entretanto, o Brasil ainda possui uma taxa média de abandono escolar precoce quase três vezes maior do que a média de 29 países europeus selecionados, sendo que sua incidência é significativamente maior entre os homens.

Uma parcela significativa dos jovens de 18 a 24 anos de idade que não concluíram o ensino médio abandonou a escola após ingressar nesse nível, isto é, 21,2%. Entretanto, uma proporção ainda maior deles havia abandonado a escola sem completar o ensino fundamental (52,9%). Futuramente, esses jovens podem se tornar um grupo mais suscetível à exclusão social.

Os resultados de 2000 em confronto com os de 2010 mostraram a evolução da escolarização e do nível de instrução no País. Houve, ainda, sensível declínio no percentual de pessoas que não frequentavam escola no contingente de 7 a 14 anos de idade e no de 15 a 17 anos de idade. Em ambos os grupos etários, a redução

ocorreu tanto para a população feminina como para a masculina e, também, nas áreas urbana e rural.

Cabe ressaltar que, de 2000 para 2010, a queda neste indicador da área rural foi nitidamente maior que o da área urbana, para ambos os grupos etários.

O contínuo aumento da escolarização é um fator importante para elevação do nível de instrução da população.

Considerando as pessoas de 25 anos ou mais de idade, verificou-se que, no País, de 2000 para 2010, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto em área urbana caiu de 58,8% para 44,2% e, em área rural, de 90,3% para 79,6%. Na população masculina, a queda foi de 64,8% para 50,8%, e na feminina, de 63,4% para 47,8%.

O censo 2010 mostrou que uma entre cinco pessoas são analfabetas funcionais. A porcentagem é de 20,3% de analfabetos funcionais. O problema maior está na região Nordeste, onde a taxa de analfabetismo funcional chega a 30,8%. Em 2012, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa divulgaram o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) entre estudantes universitários do Brasil e este chega a 38%<sup>[41]</sup>, refletindo o expressivo crescimento de universidades de baixa qualidade durante a última década.

Esses índices tão altos de analfabetismo funcional no Brasil devem-se à baixa qualidade dos sistemas de ensino público, à falta de infraestrutura das instituições de ensino (principalmente as públicas) e à falta de hábito e interesse de leitura do brasileiro. Em alguns países desenvolvidos e/ou com um sistema educacional mais eficiente, esse índice é inferior a 10%, como na Suécia, por exemplo.

Isso significa dizer que, apesar de o país ter oferecido, nos últimos 60 anos, cerca de uma dezena de programas de abrangência nacional, cuja meta era o fim do analfabetismo, a alfabetização da totalidade de jovens e adultos ainda não está assegurada. Ainda mais difícil de ser alcançado é um nível satisfatório de letramento que possa assegurar aos egressos desses programas o pleno exercício de sua cidadania.

No que diz respeito à formação do/a professor/a, as tentativas de solucionar o problema através de orientações globalizantes são fadadas a se transformar em manuais de normas e direcionamentos a serem reproduzidas na prática. Em certos

casos, nem mesmo essa reprodução é executável conforme os dados mencionados deixam supor.

Esse cenário exige um posicionamento efetivo, no que se refere à formação de professores de línguas e literaturas, considerando que todos os problemas apresentados nos dados estatísticos fazem menção explícita à relação precária entre o falante e a instância linguístico-discursiva. Nessa direção, vale destacar a urgência em articular teoria e prática, bem como saberes reconhecidos e aqueles do cotidiano das práticas sociais nos currículos de Letras, permitindo que o trabalho realizado na instituição de ensino ultrapasse o nível de reprodução de conhecimentos informativos e normativos sobre as línguas e literaturas.

### **3.2. A REALIDADE EDUCACIONAL ALAGOANA**

O nordeste é uma das regiões em que a educação ainda apresenta muitas dificuldades.

Alagoas, particularmente, chega à segunda metade da década de 90, período do advento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB) com um quadro bastante crítico. Esse panorama irá se agravar ainda mais a partir do momento em que a maioria dos prefeitos, interessados no valor per capita atribuído pelo FUNDEB ao estudante do ensino fundamental, define como diretriz central das suas políticas de escolarização o recrutamento do maior número possível de estudantes para suas redes, não importando as condições disponíveis para tanto.

No final dos anos 90, tanto a rede pública estadual, como as redes municipais, com raras exceções, indicavam grandes lacunas no acesso escolar e na qualidade do ensino, expressas pela inexistência de uma política educacional pensada para o estado como um todo, que tratasse de forma integrada e com financiamento adequado, as dimensões da matrícula, das condições de funcionamento das redes, da cuidadosa alocação e adequada formação dos trabalhadores da educação, de uma linha de ação pedagógica construída, assumida e avaliada coletivamente, bem como de uma previsão realista de financiamento.



Hoje, embora a Educação Pública se apresente com algumas novas características, a partir de alterações na forma de financiamento, via FUNDEB, e até de mudanças no plano político-institucional do estado de Alagoas, é possível, ainda, identificar necessidades de mudanças urgentes e profundas na forma de conceber e encaminhar as políticas educacionais.

Segundo o diagnóstico feito pelo Plano Estadual de Educação (PEE) 2006-2015, em Alagoas, ainda existem mais de 403 mil adolescentes cujos níveis de escolaridade e renda limitam suas condições de desenvolvimento pessoal, enquanto comprometem o futuro do Estado. Esse é o número de alagoanos e alagoanas, com idade entre 12 e 17 anos, que pertencem a famílias com renda per capita menor do que meio salário mínimo e têm pelo menos 3 anos de defasagem em relação ao nível de escolaridade correspondente a sua faixa etária. Dados do Censo 2010 mostram que o quadro de analfabetismo no Brasil tem melhorado. Em dez anos, a taxa dos que não sabem ler nem escrever caiu quase quatro pontos percentuais, mas, no entanto, a situação ainda é bem ruim no Nordeste. E Alagoas é o Estado com a maior taxa de analfabetismo: tem 22,5% da população com mais de 10 anos de idade analfabeta.

A taxa no Estado é quase 13% maior que a nacional (9,6%). Em 2000, a situação era muito pior. O índice registrado no Censo de 2000 chegava a 31,8%. Em 10 anos, o Estado conseguiu reduzir a taxa em pouco mais de 9%.

Enquanto isso, contrariando a legislação, existem milhares de crianças e adolescentes em Alagoas, entre 10 e 14 anos que trabalham, premidos pela baixa renda de suas famílias. Se o trabalho infantil é expressivo, o que dizer dos adolescentes entre 15 e 17 anos que também já se encontram aos milhares inseridos no mundo do trabalho? A maioria deles efetua trabalhos precários e mal remunerados, cumprindo jornadas de trabalho excessivas que comprometem as possibilidades de realizar, com sucesso, sua educação básica, privando-os, ainda, de ter acesso ao lazer e à cultura, além de outras vivências próprias da idade.

Garantir uma educação básica para os jovens excluídos é, hoje, inquestionavelmente, um dos meios de reverter esse quadro social, considerando que um dos atributos mais valorizados neste mundo em que vivemos é a posse de uma escolarização suficiente para dar conta da cultura letrada e das respectivas tecnologias que permeiam todas as instâncias da vida social. Sabemos que, por si

só, a Educação não pode resolver os crônicos problemas sociais alagoanos que decorrem, antes de mais nada, da forma como vem se dando a posse da terra, com a predominância da monocultura e a pouca eficiência da produção agrícola e industrial. No entanto, a educação escolar pode congrega esforços com os demais setores sociais que buscam dar conta das variáveis socioeconômicas e políticas acima referidas, no intuito de contribuir significativamente para melhorar o padrão de vida dos cidadãos e das cidadãs alagoanos.

#### **4. HISTÓRICO DO CURSO**

Este programa foi desenvolvido pelo Centro de Educação da UFAL (Cedu/UFAL) e tinha como objetivo principal o desenvolvimento de atividades que proporcionassem aos secretários municipais de educação meios para que pudessem exercer suas funções numa gestão participativa e responsável, visando à otimização dos recursos públicos e promovendo melhorias na qualidade da educação que tanto se deseja.

A UFAL foi credenciada pelo MEC para a oferta de cursos na modalidade de EaD, através da Portaria nº 2.631 de 19.09.2002, estando, portanto, legalmente autorizada a diplomar os alunos participantes desses cursos.

A EaD na UFAL permaneceu vinculada ao Núcleo Temático de Educação a Distância (NEAD) do Centro de Educação (CEDU) até 2005. A partir de editais de agências de fomento, do início das discussões em torno da constituição de uma Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>2</sup> e do surgimento de novas demandas em outras áreas da UFAL, em 2006 a EaD/UFAL deixa de ser uma ação quase que exclusiva do NEAD.

Neste período, o MEC, com a finalidade de atender à demanda das empresas estatais qualificando seus servidores públicos propõe, em parceria com 25

---

<sup>2</sup> Instituída pelo Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, a Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a criação do curso de Graduação em Administração na modalidade a distância (MERCADO, 2007). A UFAL, em virtude de suas experiências anteriores em EaD, foi uma das Instituições escolhidas. Assim, iniciou-se a UAB com a oferta do curso piloto de Administração a Distância, financiado pelo Fundo das Estatais, através do Banco do Brasil.

Em dezembro de 2005 é lançada pelo MEC a 1ª chamada pública para seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de instituições de ensino na modalidade de educação a distância para o sistema UAB, o que permitiu a concretização desse sistema, por meio da seleção para integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior, e as propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios. A 2ª chamada, publicada em 18 de outubro de 2006, diferiu da primeira experiência por permitir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais.

Ainda em 2006, a UFAL aprova e passa a oferecer outros cursos na Modalidade a Distância, tais como Especialização em Docência no Ensino Superior e Especialização em Gestão Escolar.

Inicialmente coordenada por um Comitê Gestor de EaD (2005), atualmente, a EaD na UFAL é coordenada pela Coordenadoria Institucional de Educação à Distância (CIED), órgão de apoio acadêmico vinculado à Reitoria, que coordena os planos de ações de EaD na UFAL. Apesar da importância da CIED e da imensa demanda de trabalho, ainda há desafios relativos ao espaço físico e à infraestrutura operacional do órgão.

Os cursos de EaD reúnem professores (que desenvolvem aulas presenciais nos fins de semana nos polos) e tutores (encarregados de fazerem o acompanhamento dos alunos nos polos e online), remunerados com bolsas durante a vigência de suas atividades junto aos cursos. Apenas recentemente a UFAL tem aberto concursos para professores atuarem nestes cursos.

Neste caminho, a UFAL apresenta necessidades da criação de novos processos formativos, junto ao seu corpo docente, ampliando a utilização das novas tecnologias incorporadas às práticas pedagógicas nas atividades dos diversos cursos. Assim, conforme Mercado (2007), os projetos existentes na UFAL visam construir e ampliar as condições didático-pedagógicas para a melhoria do trabalho

dos cursos de EAD da UFAL e, ainda, atender ao que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

A LDBEN (1996), em seu art.87, § 4o, das Disposições transitórias estabelece que até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço e, no mesmo art. §3o, Inciso III, diz que o município deverá realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação à distância.

Ainda com relação à LDB o art. 80, das Disposições Gerais, afirma que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Em 2009, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Básica, preocupado com os caminhos didático-pedagógicos da base da educação brasileira, lança o Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública sob coordenação do MEC em colaboração com as universidades públicas. Os cursos de formação inicial do PARFOR dividem-se em três categorias: a) 1ª licenciatura para professores sem formação superior; b) 2ª licenciatura para professores que atuam fora de sua formação específica; c) formação pedagógica para bacharéis sem licenciatura.

Ao se planejar este curso na modalidade a distância, levou-se em conta, além da necessidade de capacitar o professor do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a preocupação em atender a uma clientela formada principalmente por professores em exercício, com dificuldades de ordem pessoal para frequentar cursos presenciais convencionais.

Nesse sentido, a oferta indicada pela FALE contempla o curso de Letras – Língua Portuguesa na modalidade EaD, com vagas destinadas a primeira licenciatura para professores sem formação superior e vagas destinadas à demanda social, para professores com primeira licenciatura. Ressalta-se que é meta do Curso de Licenciatura em Letras na modalidade a distância da UFAL contribuir, através de estudos e de atividades acadêmicas, para a solução de diversos desafios do país e, sobretudo, regionais, tendo em vista que as academias são locais de interação social e articulação, unindo em sua metodologia de trabalho ensino, pesquisa e extensão, envolvendo sociedade e escola.

## 5. A ÁREA DE LETRAS: CONCEPÇÕES

Os estudos dos filósofos gregos caracterizavam-se pela preocupação filosófica, cujo objetivo era perpetuar o patrimônio literário grego. Eles perpetuaram, portanto, uma visão ideológica, elitista e normativa dos estudos de linguagem. Esta concepção persiste até hoje na forma como muitos professores ainda concebem o ensino de língua, confundido com o ensino de gramática descritiva e normativa. A visão normativa da linguagem considera que tudo o que foge à norma padrão é inferior ou não é um fato linguístico legítimo.

A partir do paradigma estruturalista, inicia-se uma nova etapa nos estudos da linguagem. O estruturalismo, tanto na Europa a partir de Ferdinand de Saussure, como nos Estados Unidos a partir de Leonard Bloomfield, caracteriza-se pela centralização em torno da concepção sistêmica da língua, vista como uma entidade abstrata.

Inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, o gerativismo de Chomsky entende a língua como “objeto biológico” e propõe uma teoria linguística que satisfaça as condições de adequação descritiva, isto é, oferecer uma descrição das propriedades das línguas particulares, entendidas como o sistema de conhecimento internalizado do falante; e de adequação explicativa, isto é, depreender como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial, geneticamente determinado. O que caracteriza o programa da Gramática Gerativa é a sua natureza mentalista/internalista.

Sob a égide do estruturalismo, desenvolveram-se escolas distintas: a formalista, que propõe uma visão da língua enquanto sistema formal; e a funcionalista de várias tendências, que considera as funções como constitutivas da língua.

Numa posição que visa a ultrapassar a concepção de língua como sistema (estruturalismo) e como conhecimento individual e interno (gerativismo), diferentes abordagens dedicam-se ao estudo da relação entre os aspectos linguísticos e os sociais. Elas diferem entre si quanto à interpretação que dão à natureza dessa relação através: da variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual)

e do discurso (as diferentes análises do discurso: a Análise do Discurso de linha francesa – AD, a Análise do Discurso Bakhtiniana, a Análise Crítica do Discurso, a Análise Semiótica do Discurso, para citar algumas das vertentes principais).

A análise do discurso agrega uma concepção teórica e uma práxis de interpretação, que entende a língua e a linguagem como resultados de processos históricos, logo, como prática de sujeitos. Através do discurso que reflete/refrata uma realidade social, o sujeito imprime sua marca na cotidianidade.

No quadro específico da aquisição de linguagem e da aprendizagem de línguas, duas perspectivas de estudo se distinguem: aquelas das Teorias da Aquisição e aquela da Linguística Aplicada.

A área da aquisição de linguagem tradicionalmente dedica-se à investigação da aquisição da língua materna, podendo assumir uma perspectiva inatista ou sociointeracionista. Os estudos sobre a aquisição da escrita também têm tido um lugar de destaque nas pesquisas da área.

A Linguística Aplicada trabalha numa perspectiva inter/transdisciplinar questões sociais que têm como foco a linguagem. Sua atuação no ensino e na aprendizagem de línguas apresenta proposta híbrida, tanto teórica como metodológica, visando a contribuir para a transformação das práticas.

De forma análoga, também a Literatura sofreu várias mudanças nos seus paradigmas de análise. Saiu de uma abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, como a filosófica, histórica, semiótica, entre outras. Se, no passado recente, o estudo da literatura se reduzia a um desfile de autores e obras dispostos em rigorosa cronologia, sem que se fizesse inter-relação entre estilos, procedimentos e gêneros, hoje se pede muito mais do que isso: a compreensão de obras e de autores e de comportamentos de escrita sempre de acordo com vieses teórico-interpretativos capazes de integrar conhecimento do universo literário a atitudes críticas, que devem, em qualquer instância, iluminar o artefato literário no que os textos manifestam em sua realização como construção (nesse sentido, Antônio Candido defende a ideia de que a integralidade da leitura da obra literária só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema

ou assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética).

Além disso, e em consonância do que foi já dito, em tempo de multiculturalismo avultam as pesquisas que enfocam e privilegiam o campo cultural do fazer literário, como ocorre no âmbito dos Estudos Culturais, da crítica feminista e da ecocrítica, sem abandonar a pesquisa formal responsável pela detecção, no texto, de seus componentes básicos e estruturais de organização artística.

O ensino da literatura, no ensino médio, ainda se ressentido de certo anacronismo, por não discutir o caráter de construção do texto na sua íntima relação com os temas e com os grupos sociais dos quais fazem parte os textos efetivamente produzidos. Minimizando a compreensão da literatura como trabalho e produção, em geral, ainda se mantém, nesse nível de ensino, a ilusão de que o texto é resultado de um capricho de eleitos e que, para melhor fruí-lo, basta entrar em contato com o cânon e com a decifração de recursos retórico-estilísticos, como se estes não participassem também de outras modalidades de gêneros textuais, como o texto jornalístico, o científico, o religioso, entre outros, não sendo, pois, tais recursos elementos de discriminação do literário. O importante é ver em que sentido a literatura tem de particular, seus processos formais de significação, e em que aspecto ela se articula com os demais gêneros textuais e com a própria existência concreta dos homens em sociedade.

A literatura está longe, por conseguinte, de ser um gênero discursivo à parte, pois nas mais diversas situações cotidianas entramos em relação direta com manifestações artísticas e com o imaginário, de que são exemplos o teatro de rua, a telenovela, a história em quadrinhos, a canção popular, as adivinhas, entre outras linguagens e outros instrumentos midiáticos. Na atualidade não se pode mais desconsiderar a força do meio eletrônico, que convive com o livro de papel e tinta. Isso só comprova que o “direito à literatura” — expressão feliz de Antonio Candido — é um dado permanente na vida diária, da mais elitizada a mais humilde, razão por que falar em arte, em qualquer uma de suas manifestações, é ainda falar do homem e da sociedade que o abriga. A velocidade da vida diária na contemporaneidade não atenuou a relação com o imaginário e com a importância que deve assumir a literatura; apenas alterou as formas de percepção e os modos de propagação e de produção do texto literário, obrigando o crítico a rever constantemente seus critérios

de análise, seus conceitos, todos em constante mutação, situação que faz voltar o olhar, afirmativamente, para a comunidade de leitores, cuja formação é compromisso do ensino, em qualquer nível.

Os embates mencionados entre os paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação ordinária ou artística, apontam para a necessidade de os profissionais reconhecerem a provisoriedade das múltiplas posições em que sua área está colocada, em função das múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal óptica, coloca-se como trabalho do professor o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", visando desestabilizar o discurso único.

Entretanto, cumpre acrescentar que a complexidade dos saberes envolvidos no projeto pedagógico do/a licenciado/a em Letras não prescinde de uma formação específica daquele/a que lida com a língua/linguagem como objeto principal de seu trabalho. Assim, questões específicas da prática pedagógica do/a professor/a, da mesma forma que necessitam de uma visão ampla do processo educativo, não são resolvidas através de conhecimentos pedagógicos generalizantes acerca de sua profissão e de suas práticas.

Nessa perspectiva, a prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e sobre aquisição que articulam diferentes contribuições da Linguística e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, por exemplo, a área já desenvolve pesquisas sobre temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua materna e de língua estrangeira; o professor de língua/literatura como pesquisador; o professor de Língua Portuguesa como leitor e produtor de texto.

Além disso, a articulação entre teoria e prática já referida se efetiva concretamente através desses conhecimentos específicos da área de estudos. Sem isso, os saberes permaneceriam estanques e pouco relacionados com o exercício específico da docência nas disciplinas.



## 6. HABILIDADES, COMPETÊNCIAS, ATITUDES

As diretrizes curriculares nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil têm colocado, em consonância com uma tendência mundial, a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Segundo Perrenoud (1999), não existe uma noção clara e partilhada das competências. Pode-se entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Merece destaque aí o termo “mobilizar”, pois a competência não é o uso estático de regras aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário. A competência abarca, portanto, um conjunto de coisas. Perrenoud fala de esquemas, em um sentido muito próprio. Seguindo a concepção piagetiana, o esquema é uma estrutura invariante de uma operação ou de uma ação. Não está, entretanto, condenado a uma repetição idêntica, mas pode sofrer acomodações, dependendo da situação. A competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possui para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Diz Perrenoud que "uma competência orchestra um conjunto de esquemas. Envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação" (p.20).

O conceito de habilidade também varia de autor para autor. Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

A direção do foco do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências implica em ressaltar que essas habilidades e competências precisam ser vistas, em si, como objetivos de ensino. Em outras palavras, é preciso que se ensine a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos, entre outras coisas, independentemente do objeto comparado ou classificando, por

exemplo. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

Isso significa que, no tocante à formação do profissional que deve lidar com o ensino de línguas, o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso das línguas e literaturas não é suficiente. Esse processo meramente informativo que dá ênfase na reprodução do já sabido, memorização temporária de conhecimentos, sem maior significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do professor de língua e literatura.

O formando deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos cujo alcance e significado desconhece dentro do domínio do conhecimento linguístico. Não se está negando a importância das informações, mas se está mostrando que sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no aluno uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata mais de acumular informações, porque elas estão disponíveis a quase qualquer um, mas de desenvolver-se individualmente, atingindo a maturidade necessária para operar com a abundância de conteúdos de forma crítica e responsável.

O Curso de Letras/Português a distância da UFAL está sendo pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua, em sua modalidade escrita, por exemplo. Mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori. Mas de uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macro-competência está em conformidade com o marco referencial do projeto, e envolve as seguintes habilidades:

## **Gerais**

- Raciocínio lógico, análise e síntese;
- Leitura e escrita, numa perspectiva da produção de sentido e compreensão de mundo,
  - Leitura e escrita proficientes de diferentes gêneros textuais, em Língua Portuguesa;
  - Utilização de metodologias de investigação científica;
  - Assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática do ensino;
  - Utilização de recursos de informática necessários a sua formação.

## **Específicas**

- Descrição e explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua em estudo;
- Compreensão, à luz de diferentes referenciais teóricos, de fatos linguísticos e literários, tendo em vista a condução de investigações sobre a linguagem e sobre os problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de língua;
- Estabelecimento e discussão de relações entre textos literários e os contextos em que se inserem, e outros tipos de discursos;
- Relação do texto literário com problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;
- Compreensão e aplicação de diferentes teorias e métodos de ensino que permitem a transposição didática do trabalho com a língua e suas literaturas, para a educação básica.

## **7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**

### **7.1 A PESQUISA**

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

As pesquisas desenvolvidas na área de Letras, concernentes ao uso da Língua Portuguesa em situações de ensino e aos estudos em Literatura Brasileira, aliadas às necessidades de renovação do ensino de graduação, levaram à criação do Curso de Mestrado em Letras, credenciado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em 5 de setembro de 1994, através do Parecer 625/94.

O Doutorado em Letras, criado em 1991 e implantado em 1995, teve a primeira turma selecionada em 1995 e foi recomendado pela CAPES em 1999. Constituiu-se, assim, o Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL). Atualmente, o programa conta com duas áreas: Linguística e Estudos Literários.

Assim, no âmbito do curso de Letras, a pesquisa vem sendo desenvolvida com significativa importância da colaboração de professores e estudantes do PPGLL e também auxiliando e orientando os trabalhos de conclusão de curso dos estudantes de graduação.

Para o curso de graduação em Letras há importantes programas institucionais de bolsas de inovação tecnológica e iniciação científica, para os quais sempre há extensa participação de estudantes do curso. A pesquisa no setor das universidades públicas basicamente se dá por financiamentos em editais de pesquisa, ao quais o curso de Letras vem ocorrendo por meio dos editais CNPq e FAPEAL, dentre outros.

No âmbito do curso de Português (EaD), a pesquisa se realiza desde o primeiro período, por meio dos Projetos Integradores que têm caráter interdisciplinar, e busca fortalecer a articulação entre teoria e prática, valorizando não só a pesquisa

individual, como também a coletiva, proporcionando ao futuro professor, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

A partir do sexto período, o aluno iniciará sua pesquisa individual, desenvolvendo seu pré-projeto de pesquisa e escolhendo o orientador para o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

No curso de Letras da UFAL, há dois programas de pesquisa para os graduandos: o PET e o PIBIC, que serão mais detalhados na parte “Atividades Acadêmico-científico-culturais”.

## **7.2 A EXTENSÃO**

A LDB (lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto se voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, tendo, em 2011 realizado 802 destas ações.

A Faculdade de Letras, por meio do programa "FALE em linguagens: integrando ensino e pesquisa na extensão" visa a integrar projetos e ações de extensão da Faculdade de Letras, articulando as práticas de pesquisa e ensino com o objetivo de propor reflexões e alternativas sobre a relação da universidade com a sociedade. Também é objetivo ampliar os conhecimentos acerca da realidade

vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras, a partir dos projetos, ações, cursos e eventos que são desenvolvidos de modo articulado.

Dentre seus vários programas, estão o "Casas de Cultura no Campus", que estimula a difusão das línguas alemãs, espanhola, italiana, francesa, portuguesa e suas expressões culturais. O Casas de Cultura é um programa de extensão permanente desenvolvido pela Faculdade de Letras que tem como objetivo oferecer curso de línguas estrangeiras modernas, em nível básico, intermediário e avançado, para a sociedade, e possibilitar a criação de um espaço de vivência de ensino de línguas estrangeiras para os alunos dos cursos de graduação e pós, mantidos pela Unidade. Nesse programa, os graduandos e pós-graduandos em Letras, sob a devida orientação de um professor, podem participar como professor-bolsista, em regime de estágio, curricular ou não, como monitor, auxiliando o professor titular no preparo de aulas e material didático, entre outras atividades.

Destaca-se ainda o PIBID, através da formação continuada de professores de Língua Portuguesa na perspectiva dos letramentos, buscando ressignificar as práticas pedagógicas de ex-pibidianos e o PET-Letras, que busca propor reflexões e alternativas sobre a relação da universidade com a sociedade e ampliar os conhecimentos acerca da realidade vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras.

Ainda, o Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI), também vinculado à Faculdade de Letras, pretende incentivar estudos e pesquisas relacionadas ao índio brasileiro, abrangendo os mais variados aspectos das ciências humanas.

Criado em janeiro de 1995 e vinculado ao Programa de pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, o NEI tem por meta a pesquisa científica com retorno social. Seus objetivos são: promover ações para a compreensão da cultura indígena brasileira; incentivar estudos e pesquisas relacionados ao índio brasileiro, abrangendo os mais variados aspectos das ciências humanas; promover ações para a compreensão da cultura indígena brasileira; divulgar os resultados das pesquisas e estudos realizados e, quando necessário, se fazer presente no cenário local e nacional em prol das causas indígenas.

Estes projetos contribuem significativamente na formação dos estudantes do curso de Letras.

### **7.3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeito desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

Neste sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

### **7.4 ACESSIBILIDADE**

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: auto-declaração. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de

Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013 orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

Para tal, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva, cognitiva ou autista sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

Neste sentido o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas de forma a promover a integração de todos ao ambiente acadêmico.

De forma institucional, os coordenadores e professores do curso vem sendo estimulados a participar de capacitações pedagógicas e humanísticas relacionadas às políticas de inclusão da pessoa com deficiência na educação, no qual estudantes também têm acesso a esses eventos.

Entretanto, em caso de comprovada necessidade de apoio as atividades de comunicação, locomoção, alimentação e cuidados pessoais a pessoa com transtorno do espectro autista ou outra deficiência será também disponibilizado pela IES profissional para apoio nos termos da legislação 12.764/2012.

O Curso de Letras Português, por se tratar de um curso a distância, naturalmente promove a acessibilidade, já que os estudantes poderão participar das atividades propostas pelo curso sem sair da região em que residem, beneficiando-se



das adaptações feitas pelas famílias. No entanto, o curso desenvolverá, junto ao NAE, mecanismos de auxílio ao estudante que tenha alguma necessidade particular e necessite de atendimento particular.

## **7.5 INCLUSÃO**

### **7.5.1 POLÍTICA DE COTAS**

No ano de 2015 foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL é destinar até o ano de 2016 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas

O Curso de Letras Português na modalidade a distância propicia essa inclusão ao possibilitar que pessoas que não teriam a oportunidade de fazer um curso superior possam graduar-se, independente do distanciamento em relação à Ufal, da classe social da qual faça parte e da disponibilidade de tempo em horário regular, para fazer seus estudos.

## **8. OBJETIVOS DO CURSO**

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e

das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente.

## **9. PERFIS DO EGRESSO E CAMPOS DE ATUAÇÃO**

### **9.1 PERFIS DO EGRESSO**

O aluno egresso do Curso de Letras licenciatura a distância estará apto para exercer a docência na educação básica pautada nas concepções atuais de educação. Portanto, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de Língua e suas literaturas, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área e com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras, espera-se desse profissional o seguinte perfil:

- Formação humanística, teórica e prática;
- Capacidade para atuar em escolas das redes pública ou privada conforme as exigências pedagógicas atuais.
- Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Conhecimento dos diferentes usos da língua e suas gramáticas;
- Conhecimento ativo e crítico de um repertório representativo de literatura, da língua em estudo;

- Capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento da língua em estudo;
- Capacidade de analisar discursos de pontos de vista teóricos fundamentados em teorias presentes em sua formação;
- Capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adequação dos conteúdos para os diferentes níveis de ensino (transposição didática);
- Conhecimento de processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica.

## **9.2 CAMPOS DE ATUAÇÃO**

Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da língua portuguesa e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, os espaços de atuação do licenciado em Letras estão mais diretamente voltados para a atuação como professor na educação básica, nos domínios público e privado. Há, ainda, a possibilidade de atuação deste profissional na revisão de textos, desenvolvimento e análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino de língua portuguesa e respectiva(s) literatura(s), elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio-históricas.

## **10. PROCESSO SELETIVO**

Serão ofertadas 50 vagas por polo em um regime de entrada única, anual, sempre no primeiro semestre do ano.

De acordo com a Portaria Normativa nº 09, de 30 de junho de 2009, do Ministério da Educação, art. 4º, será mantido, pelo MEC, sistema eletrônico denominado "Plataforma Paulo Freire", com vistas a reunir informações e gerenciar a participação nos cursos no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores.

Conforme parágrafo 1º, do art. 4º, os profissionais do magistério interessados em participar dos cursos deverão efetuar sua pré-inscrição por meio da referida plataforma, indicando o curso pretendido e a Secretaria de Educação a que se encontra vinculado. As pré-inscrições serão analisadas pelas Secretarias de Educação dos Municípios, Estados e do Distrito Federal. Serão validadas aquelas inscrições que correspondam às necessidades da respectiva rede, de acordo com planejamento estratégico elaborado. Após a conclusão do procedimento de validação pelas Secretarias de Educação, as listas com as inscrições serão submetidas à COPEVE para fins de seleção e matrícula.

Havendo um número de inscrições validadas superior às 50 vagas ofertadas para o curso de Letras Português a distância em cada polo serão definidos critérios internos de seleção, devidamente estabelecidos no edital.

## **11. METODOLOGIA DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

### **11.1 ORGANIZAÇÃO**

O curso é estruturado em oito períodos, sendo os seis primeiros compostos por dois módulos cada e os dois últimos com um módulo cada, computando um total de 14 módulos, cujas atividades serão desenvolvidas na modalidade a distância com

momentos presenciais no início e término de cada módulo e com a avaliação presencial. Além dos encontros presenciais previstos com o professor, serão, também, oferecidos plantões pedagógicos com os tutores em cada polo.

## **11.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA:**

O curso de Licenciatura em Letras na modalidade a distância da UFAL possui estrutura administrativo-pedagógica vinculada à estrutura organizacional da FALE, que contempla:

- **Coordenador de Curso:** a coordenação do curso será formada pelos coordenadores de cada uma das habilitações oferecidas. Trata-se de profissional graduado em Letras ou áreas afins, com formação mínima de mestre, com experiência comprovada de 03 (três) anos de magistério superior, responsável pelas articulações em setores específicos e que transitará pelos diversos tipos de atividades no sistema geral.

**Funções:** dentre as suas funções estão a de supervisionar o funcionamento do curso e de todo processo educacional, permitindo o bom andamento do processo pedagógico; supervisionar as tutorias; indicar e avaliar a nomeação dos tutores e supervisores; acompanhar os aspectos formais e administrativos do curso, como matrícula, calendário de atividades, acompanhamento de oferta das disciplinas, recebimento e distribuição do material; acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso; acompanhar e supervisionar as atividades dos professores, coordenador de tutoria e coordenadores de polo.

- **Estudante:** estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”.

**Funções:** construir e manter uma postura autônoma, independente, que seja agente ativo em seu processo de aprendizagem; aprender a trabalhar em grupo e a desenvolver o espírito de colaboração; manter interações ativas, envolvendo tanto o conteúdo do curso quanto a comunicação pessoal; participar plenamente na

construção de uma aprendizagem colaborativa, evidenciada pelos comentários dirigidos de um aluno a outro, mais que de aluno a professor; construir significados socialmente, evidenciados pelo acordo ou pelo questionamento; compartilhar recursos com outros alunos; expressar apoio e estímulo trocados com outros alunos, além de vontade de avaliar criticamente o trabalho dos colegas.

- **Professores autores/conteudistas:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). O professor conteudista deverá ser especialista, mestre ou doutor na área em que desenvolverá o material didático, ter experiência e domínio na utilização de tecnologias de informação e comunicação. O professor deverá ter conhecimento dos conteúdos específicos da disciplina pela qual será responsável pelo desenvolvimento do material.

**Funções:** elaborar conteúdos; desenvolver a adequação dos conteúdos dos materiais didáticos para as mídias impressas e digitais; supervisionar a linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância; adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias; participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino; participar de grupos de trabalho que focam a produção de materiais didáticos para a modalidade a distância.

- **Professores formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso. O professor formador deverá ser especialista, mestre ou doutor na área da disciplina que ministrará, ter experiência e domínio na utilização de tecnologias de informação e comunicação.

**Funções:** dentre suas funções, estão: assumir uma posição de dinamizador da inteligência coletiva, encorajando os estudantes à autorreflexão e permitindo uma contribuição mais ativa e profunda na discussão on-line; manter relações positivas na sala de aula virtual; promover a participação dos estudantes, encorajando e corrigindo suas contribuições; organizar, planejar e gerenciar continuamente as atividades e a comunidade; desenvolver as atividades docentes na capacitação de

coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação; participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso; participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância; coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação; apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina; elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/ MEC, ou quando solicitado.

- **Coordenador de Tutoria:** professor ou pesquisador que atuará nas atividades de coordenação de tutores do curso e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados ao curso.

**Funções:** participar das atividades de capacitação e atualização; acompanhar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso; acompanhar as atividades acadêmicas do curso; verificar “in loco” o bom andamento dos cursos; informar para o coordenador do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas; acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa; acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores; encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

- **Tutores** (presenciais, a distância): licenciados em Letras, atuando no Polo de Apoio Presencial ou na Instituição.

**Funções:** orientar o processo de aprendizagem dos alunos, garantindo o cumprimento dos objetivos do ensino; criar propostas de atividades e auxiliar na sua resolução, sugerindo - quando necessário - fontes de informação alternativas; interagir com os alunos em encontros presenciais e/ou virtuais, de forma individual ou em grupos, visto que ele atua como um agente dinamizador, organizador e

principalmente orientador, fazendo com que o aluno possa se autoavaliar e assim perceber a construção do seu próprio conhecimento; desenvolver competência tecnológica; assiduidade no feedback; capacidade de gerenciamento de equipes e gestão de pessoas; domínio sobre o conteúdo; competência de comunicação; e competências de mediação.

- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** tem a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

### **11.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TUTORES PARA O EXERCÍCIO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Conscientes de que as competências dos docentes se configuram dentro de um processo cumulativo, uma vez que elas se ampliam, somam-se as antigas às novas, para atender ao processo de ensino/aprendizagem cada vez mais abrangente, conforme a sociedade se “tecnifica” e se “complexifica”, o processo de formação dos atores (aqui entendidos como gestores, professores pesquisadores e tutores) do Sistema UAB na Universidade Federal de Alagoas é desenvolvido pela Coordenação de Formação da CIED.

A Coordenação de Formação da CIED, composta de formadores (docentes e pós-graduandos da Universidade Federal de Alagoas), mantém o pressuposto de que não há formação específica que possa dar conta de tamanha complexidade, sendo necessárias ações que se desenvolvam dentro de uma perspectiva dialógica, e portanto disponibiliza uma série de formações para as ações da EAD ou da Educação permeada pelas TIC

A oferta da Capacitação é dimensionada em três troncos (básico, aprofundamento e específico). O tronco básico, denominado CAPACITA, é ministrado em sete módulos de 30 horas cada um. Para cada um dos módulos são ministradas três horas de aula presenciais. As 27 horas restantes são realizadas com atividades na plataforma Moodle.



Os módulos propostos são os seguintes:

Módulo I - Fundamentação Teórica em EAD (30h)

Módulo II – Estratégia de mediação pedagógica (30h)

Módulo III – Apresentação e oficina para uso das mídias (30h)

Módulo IV – Elaboração do material didático para EAD (30h)

Módulo V – Montando o curso na plataforma Moodle (30h)

Módulo VI – Docência e Tutoria na EAD (30h)

Módulo VII – Gestão Administrativa (30h)

Com o intuito de viabilizar a participação de todos os integrantes do sistema UAB no processo de formação, esses módulos são replicados sistematicamente em horários variados. Dessa forma, cada participante deverá frequentar o momento presencial do curso em horário compatível com sua agenda de trabalho. Para tanto, os horários das aulas presenciais são definidos em revezamento dos turnos matutino, vespertino e noturno e em dias variados da semana, permitindo com isso uma maior flexibilização da oferta, tão presente nos pressupostos da EAD.

O tronco de aprofundamento é conduzido por profissionais formadores (convidados especialistas de outras instituições) com reconhecida experiência na área para ministrarem palestras e/ou oficinas para os integrantes do Sistema UAB. A cada dois meses há um evento dessa natureza, perfazendo um total de seis convidados no ano. Os temas a serem tratados serão os seguintes:

Produção de programas em diferentes mídias

Web conferência na EAD;

Produção e autoria de materiais na web 2.0;

Criação de casos de ensino;

Formação e manutenção de comunidades de aprendizagem e prática;

Interações no AVA

O tronco específico trata da oferta de capacitações específicas para professores e tutores de cada curso, já que estes possuem especificidades no tratamento e condução de seus conteúdos e materiais. Esta oferta promove uma descentralização das capacitações, mas não a sua desintegração.

Nossa proposta para o curso de Letras prevê, semestralmente, uma capacitação para os professores e tutores envolvidos na dinâmica da oferta do curso em cada semestre. Estas capacitações serão acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Coordenação de Formação e coordenação do Capacita, no intuito de colaboração e aperfeiçoamento das ações dos cursos.

#### **11.4 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: RECURSOS, FERRAMENTAS, MATERIAIS**

Para possibilitar a comunicação contínua entre alunos, professores e tutores e para oferecer aos alunos um ambiente em que seja possível disponibilizar materiais e desenvolver as atividades, serão utilizados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

As mídias utilizadas para o público alvo descrito serão o material impresso e digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o aluno tenha a possibilidade de interagir com os colegas, tutor, professor, membros da equipe pedagógica e instituição, através da Internet. Para acesso a este recurso, o aluno terá a disposição nos Polos, computadores conectados à Internet através do AVA.

O aluno terá a disposição todos os recursos oferecidos por um AVA, tais como fórum, email e “chat”. Neste ambiente, o professor poderá disponibilizar propostas para discussão entre os alunos, com a presença virtual ou não do professor ou dos tutores. Na página virtual do curso, o professor de cada disciplina/módulo também poderá disponibilizar materiais complementares para acesso aos alunos, tais como “links” para acesso à páginas na internet ou outros materiais. O material didático que os alunos irão receber e utilizar compõe-se de:

- Guia do aluno: traz os direitos e deveres dos alunos, vantagens e compromissos e esclarece os passos da vida acadêmica do aluno. Inclui orientações quanto à coordenação do curso, secretaria acadêmica, biblioteca e avaliação da aprendizagem.

- Guia do curso: contém informações específicas do curso, tais como objetivos, estrutura organizacional do curso, sistema de avaliação e frequência, grade curricular, recursos e materiais didáticos, orientações do que é e como estudar a distância, sistemática operacional, interatividade, comunicação, tutoria e acompanhamento.

- Módulos: é o material em que o aluno vai buscar o conteúdo para a aprendizagem. Nele encontra-se o conteúdo, as atividades reflexivas, de fixação e de avaliação, textos dos professores, leituras complementares e obrigatórias, materiais complementares (indicações para “sites” na Internet, músicas, livros, artigos, filmes). Gráficos, fotos, tabelas, ilustrações e uma diagramação adequada enriquecem o projeto, contribuindo para uma maior compreensão do conteúdo.

Esses materiais serão disponibilizados em mídia impressa, através de módulos e guias de estudos no formato digital e on-line, no AVA. Os livros indicados pelos autores dos módulos, como leitura obrigatória e complementar, devem estar à disposição dos alunos na biblioteca do polo.

### **11.5 ENCONTROS PRESENCIAIS E FREQUÊNCIA**

Os encontros presenciais serão realizados nos polos do curso. Cada disciplina contará com, no mínimo, dois encontros presenciais. A participação dos alunos nos encontros presenciais é obrigatória em 75% do total da carga horária de cada disciplina.

### **11.6 ARMAZENAMENTO/GERENCIAMENTO DOS DADOS PRODUZIDOS NA MODALIDADE EAD**

A gestão acadêmica dos cursos da UAB na UFAL é realizada no mesmo sistema acadêmico dos cursos presenciais. Todas as rotinas administrativas e trâmites de matrícula, notas, transferência e trancamento são realizados na esfera da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e suas secretarias, além do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA).

A UFAL dispõe de autonomia e infraestrutura na área de Tecnologia da Informação, e desde o início das atividades da UAB na IES fez-se a opção de que os cursos da EAD recebam as mesmas orientações e determinações dos cursos presenciais.

As notas e registro de presença/faltas, além do Ambiente Virtual Moodle da UFAL, a universidade disponibiliza o SIEWEB, um sistema de gerenciamento acadêmico.

**Descrição da plataforma virtual utilizada:**

Moodle versão 1.9.13

Sistema Operacional: FreeBSD 8.1

Banco de dados: PostgreSQL (roda em máquina separada)

Servidor de Emails: Postfix - média de 30000 mensagens / dia (roda em máquina separada)

Backups diários do banco (a cada 6 horas)

Backups automatizados das configurações do servidor (a cada 24 horas)

Usuários inscritos: 22000

Total de cursos criados: 1240

Módulos mais utilizados (em ordem decrescente): Fóruns, Atividades e Blog

Plugins de terceiros utilizados: Acessibilidade, Livro e Dragmath

Customizações internas: SiCAm (sistema de criação de ambientes), mecanismo TLS para conexão segura a servidor de emails, módulo de integração (atualmente escrito em PHP)

Média de usuários únicos / dia: 630

Média de acessos / dia (hits): 270.000 (duzentos e setenta mil)

Média acessos / mês (hits): 8.000.000 (oito milhões)

**11.7 SOBRE A RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS, TRANCAMENTOS, TRANSFERÊNCIAS E OUTROS ITENS RELATIVOS À PERMANÊNCIA DO ALUNO NO CURSO.**

A recuperação de estudos será realizada com a oferta de turmas especiais, como já ocorre em outros cursos da UAB na UFAL, além de atividades de monitoria e grupos de estudo conduzido pela tutoria presencial.

As solicitações de trancamento seguem Resolução nº 56/95 – CEPE, de 18 de julho de 1995<sup>3</sup> e as situações de transferência seguem a RESOLUÇÃO Nº 26/2009-CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009<sup>4</sup>.

A CIED, juntamente com a Procuradoria Federal da Universidade Federal de Alagoas, está revendo as resoluções no que tange às especificidades de alunos da Educação a Distância, tendo em vista a realidade da UAB ser ainda nova nas universidades brasileiras.

Para a permanência do aluno no curso, a CIED, juntamente com a Pró-Reitoria Estudantil (PROEST), a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) tem realizado um conjunto de ações, como a disponibilização de bolsas BDI e bolsas de extensão, visando a inserção do alunado na tríade ensino-pesquisa-extensão.

## **11.8 APOIO AO DISCENTE**

A política de Assistência Estudantil desenvolvida pela Universidade Federal de Alagoas segue os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010). O PNAES apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. A UFAL vai além, pois trabalha também com a

---

3

[http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao\\_56\\_95\\_cepe](http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_56_95_cepe)

4

[http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/RCO%20n%2026%20de%2004%2005%2009%20TRANSFERENCIA.pdf/at\\_download/file](http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/RCO%20n%2026%20de%2004%2005%2009%20TRANSFERENCIA.pdf/at_download/file)

perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário.

A instância de discussão e resolução das políticas de assistência estudantil é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, que a UFAL tem assento, e que se realiza anualmente, no qual são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró- Reitorias em nível nacional.

A operacionalização, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil, em nível local, ocorrem de forma contínua e articulada com as demais políticas governamentais, pois, sendo uma política de inclusão, constitui-se num mecanismo de democratização do Ensino Superior.

É compromisso da UFAL contribuir para a formação integral do estudante, observando os princípios humanitários e sociopolíticos, bem como os valores éticos de respeito e responsabilidade social. Nesse sentido, a base estruturante de suas atividades fundamenta-se no cuidar do “saber ser”, do “saber estar” e do “saber fazer” do estudante ao longo de sua vivência universitária.

### **Política de Assistência Estudantil**

A Política da Assistência Estudantil visa mobilizar recursos de maneira que assegurem a inclusão, a permanência e o percurso dos estudantes. Seu objetivo é contribuir para a promoção da saúde física e mental do assistido,

buscando compreender o indivíduo em sua dimensão de totalidade, a fim de reduzir os efeitos das desigualdades presentes na sociedade e assegurar igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica. Dentre as atividades planejadas encontram-se a formação integral; a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer; a inclusão digital; o acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras; o acesso à saúde, à moradia, à alimentação, ao transporte, à creche; as garantias básicas de acessibilidade aos estudantes com deficiência; o apoio ao desempenho acadêmico e o oferecimento de uma formação em que sejam garantidos os direitos de cidadania e a equidade social.

### **Apoio pedagógico**

A UFAL reconhece a necessidade de acompanhamento dos alunos em vulnerabilidade e desenvolve ações que buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico.

Desenvolvimento de ações de apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área; Desenvolvimento de ações de apoio ao acesso às línguas estrangeiras através de oferta de cursos de formação básica na área.

Disponibilização de plantões sociais e psicológicos, como forma de orientar os/as discentes na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social.

Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas.

### **No âmbito do curso**

A tutoria presencial e à distância em articulação com a coordenação do curso, NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação e PROGRAD - Pró-reitoria de graduação da UFAL oferecem suporte aos alunos, podendo solucionar questões relativas a:

- Uso das facilidades do Ambiente de Ensino e Aprendizagem;
- Dificuldades de acesso à plataforma Moodle e problemas com login e senhas de alunos.

O apoio psicopedagógico na IES envolve o conhecimento das necessidades do aluno e previsão de recursos de acessibilidade, o acompanhamento do desempenho escolar do aluno, a orientação aos professores, tutores e coordenadores de curso e de polo.

O acompanhamento individualizado pode ocorrer por meio de recursos audiovisuais e de comunicação (como e-mails, Skype, Grupo de Whatsapp) e prevê diálogo para compartilhamento das ações em parceria com a estrutura presente na IES que sedia o polo, sob supervisão do coordenador de polo.

A recuperação de estudos será realizada com a oferta de turmas especiais, como já ocorre em outros cursos da UAB na UFAL, além de atividades de monitoria e grupos de estudo conduzido pela tutoria presencial.

As solicitações de trancamento seguem Resolução no 56/95 – CEPE, de 18 de julho de 1995<sup>3</sup> e as situações de transferência seguem a RESOLUÇÃO No 26/2009-CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009<sup>4</sup>.

A CIED, juntamente com a Procuradoria Federal da Universidade Federal de Alagoas, está revendo as resoluções no que tange às especificidades de alunos da Educação a Distância, tendo em vista a realidade da UAB ser ainda nova nas universidades brasileiras.

### **11.9 ESTRUTURA ATUALIZADA DOS POLOS (BIBLIOTECA, ACERVO, LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA) E ARTICULAÇÃO CURSO/POLOS**

A infraestrutura dos polos aonde será ofertado o curso atende aos requisitos da CAPES, tendo em vista as visitas técnicas de avaliadores da própria CAPES que definiram os polos escolhidos para a oferta do curso de Letras como AA (Apto), conforme pode ser visualizado no SisUAB ([http://www.uab.capes.gov.br/sisuab/Login\\_input.action](http://www.uab.capes.gov.br/sisuab/Login_input.action)).

Sobre o acervo da biblioteca, como também a infraestrutura do laboratório de informática de cada polo pode-se informar que:

a) Acervo da biblioteca: a biblioteca do polo possui 1.048 livros essenciais para atendimento ao curso, conseguidos através de uma campanha de doações promovida pela coordenação geral do curso e com o apoio de professores e ex-professores da FALE. Também há um levantamento de outras obras para atendimento ao curso aguardando o financiamento específico para compra de livros.

b) As mantenedoras dos polos têm investido na manutenção dos equipamentos informáticos, além da compra de novos artefatos e de livros, revistas e jornais.



c) A CIED, por meio de financiamentos da CAPES para aquisição de equipamentos de TIC, tem fornecido uma série de artefatos (lousa digital, antena wifi, notebook, desktop, etc) para os polos.

A articulação do curso com o polo é realizada diretamente com as coordenações dos polos, utilizando de meios tecnológicos (telefone, e-mail, skype) ou de visitas periódicas ao polo para reuniões e atendimento aos alunos. Esta articulação também é realizada com a mediação da Coordenação Institucional de Educação a Distância (CIED) da UFAL.

### 11.10 PLANO E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

Atividade / Programa / Ação	Ano				
	2012	2013	2014	2015	2016
Capacitação de Professores	x				
Elaboração de Material didático	x				
Instalação do curso de graduação autorizado		x			
Contratação do pessoal docente e não-docente necessário	x	x	x	x	x
Aquisição / ampliação do acervo da biblioteca	x	x	x	x	x
Aquisição de material de expediente, didático e outros de consumo	x	x	x	x	x
Reposição de equipamentos e peças dos laboratórios e serviços		x	x	x	x
Reconhecimento do curso					x

### 11.11 SISTEMA DE TUTORIA

O tutor atua como um mediador entre os professores, alunos e a instituição. Cumpre o papel de auxiliar do processo de ensino e aprendizagem ao esclarecer

dúvidas de conteúdo, reforçar a aprendizagem, coletar informações sobre os estudantes e prestar auxílio para manter e ampliar a motivação dos alunos.

O tutor é uma figura de destaque, responsável pelo bom andamento das atividades. Este profissional assume a missão de articulação de todo o sistema de ensino-aprendizagem, quer na modalidade semipresencial ou à distância. Cabe ao tutor acompanhar, motivar, orientar e estimular a aprendizagem autônoma do aluno, utilizando-se de metodologias e meios adequados para facilitar a aprendizagem.

Ele assume função estratégica, tendo como finalidade resolver os problemas de comunicação, bem como outros que surjam ao longo do processo de ensino. Há dois tipos de tutorias: presencial e a distância.

A tutoria presencial ocorrerá quando o aluno sozinho ou em pequenos grupos, se dirigir ao Polo para esclarecer dúvidas a respeito de questões administrativas e acadêmicas do curso, bem como sobre as disciplinas que está cursando com o tutor presencial nos polos.

Na tutoria a distância o tutor é um orientador da aprendizagem do aluno solitário e isolado que, frequentemente, necessita do docente ou de um orientador para indicar o que mais lhe convém em cada circunstância. Essa tutoria ocorre quando o aluno busca contato com o tutor, através dos seguintes meios de comunicação: telefone, whatsapp, ferramentas do ambiente virtual de ensino e de aprendizagem e e-mail.

O curso se propõe a desenvolver um fluxo de comunicação interativa e bidirecional, mediada pela ação tutorial com acompanhamento pedagógico e avaliação sistemática da aprendizagem. Concebe-se a educação como uma ação consciente e co-participativa que possibilite ao aluno a construção de um projeto profissional político e inovador. É nesta perspectiva que se situa a ação tutorial, com o propósito de propiciar ao estudante a distância um ambiente de aprendizagem personalizado, capaz de satisfazer suas necessidades educativas.

A relação tutor/aluno para o curso de Letras segue os parâmetros indicados no Ofício Circular 20/2011 DED/CAPES, sendo 1 tutor a cada 30 hora/aula por grupo de 25 alunos para atividades online e 2 tutores presenciais por polo (mínimo de 50 alunos).

A seleção dos tutores, realizada pela Coordenadoria Institucional de Educação a Distância e pela COPEVE, segue os parâmetros dos ofícios 20/2011 e 21/2011 da DED/CAPES (anexos X e XI).

A formação dos tutores é realizada pela Coordenação de Tutoria da CIED, acompanhada pela Coordenação de Tutoria do próprio curso.

## **11.12 PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS DA EVASÃO**

A implementação do ambiente de aprendizagem e a formalização dos alunos em um curso não garantem, por si só, que as redes comunicacionais se instaurem e que a aprendizagem colaborativa passe a ser construída. É necessário que haja monitoramento e retroalimentação: o projeto de monitoramento e retroalimentação diz respeito às ações intencionais previstas pelo curso.

Essas ações intencionais são importantes para que todos os alunos sintam-se acolhidos e ouvidos e para que esse espaço de convivência possa ser reestruturado de acordo com as necessidades que vão emergindo no processo. Considera-se que quanto maior a interatividade em um curso online e quanto maior o sentimento de pertença a uma comunidade, menor será a evasão escolar.

Por esse motivo, o apoio oferecido pela instituição por meio da tutoria e da formação de tutores é de fundamental importância para o sucesso e prevenção da evasão de alunos do Curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa na modalidade a distância.

Particularmente, no caso da EAD, o papel do tutor é fundamental, já que o seu sucesso está na relação aluno, material didático e professor, e o tutor é o principal responsável pela interação entre as três pontas desse tripé, desenvolvendo uma atividade permanente no processo de desenvolvimento do curso, mas em conjunto com a Coordenação de Tutoria, o professor e o Coordenador do Curso.

Assim, especifica-se melhor as ações do tutor quando parte-se em busca de prevenir o curso da evasão:

- Acompanhar e oferecer aos alunos o auxílio necessário ao seu processo de autoaprendizagem, motivando-o na realização de tarefas e na relação dos conhecimentos adquiridos com a sua prática concreta;

- Garantir o fluxo comunicacional entre os participantes. A comunicação com seus alunos, assim como a eficiência de suas orientações pode resolver problemas como a falta de atenção ou de motivação, que podem ocorrer durante o processo.
- Estruturar o ambiente cooperativo para incentivar a interação entre os alunos.
- Familiariza-se com o Ambiente de Aprendizagem na Internet e com a estrutura do curso, para que, durante o processo de tutoria, possa realizar suas funções de forma rápida e eficaz.
- Corrigir cuidadosamente as atividades propostas em um tempo previamente determinado (em um prazo máximo de 24 horas), para que se tenha a chance de interferir no processo de aprendizagem e fazer o acompanhamento necessário. Ao avaliar esse processo, verifica-se o grau de satisfação do aluno por meio de métodos estatísticos, fichas de avaliação e de observação, entre outros.

## **12. AVALIAÇÃO**

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando ao crescimento qualitativo do curso. Para tanto, os principais instrumentos adotados serão os propostos pelo INEP/MEC, como a Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008, que trata da Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a Portaria nº 1 de 5 de janeiro de 2009 que trata da avaliação para reconhecimento de cursos superiores de Tecnologia do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

A avaliação, sendo um instrumento essencial para a determinação das efetivas condições de ensino-aprendizagem do aluno-professor (aspirante a uma formação de primeira licenciatura) e fundamental para a realização de seus objetivos educativos e profissionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- Avaliações feitas pelo corpo docente: avaliações dos alunos; avaliação da disciplina e dos recursos educacionais;
- Avaliações feitas pelo corpo discente: avaliação dos professores, dos recursos educacionais e da disciplina.
- Avaliação institucional.

## **12.1 AVALIAÇÕES DO CURSO FEITAS PELO CORPO DOCENTE E DISCENTE**

O curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa à distância da FALE deve passar periodicamente por um processo de avaliação interna, visando garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. Uma comissão interna de avaliação, formada por docentes e representantes discentes, designada para este fim pela diretoria da FALE, avaliará, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica da FALE, os seguintes aspectos: a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante; b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos; d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativo; e) instalações físicas.

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso a ser implementado com esta proposta é importante para aferir o sucesso do novo currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, uma vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências.

Além disso, a avaliação do desempenho docente e a auto-avaliação serão efetivadas pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. Os pontos avaliados são: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional.

## 12.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O advento das TIC produziu mudanças em nosso modo de pensar e agir, alterando profundamente nosso cotidiano e não poderia ser diferente na dimensão educacional, sobretudo, na modalidade a distância.

A concepção de EaD nos conduz a todas as formas de aprendizagem em que a figura do professor e do aluno encontram-se distantes e englobam um conjunto de estratégias educativas que pressupõe a utilização de tecnologias convencionais e modernas (digitais), permitindo estudos individuais ou em grupo.

Em EaD, a avaliação é feita em momentos presenciais e on-line, sendo a avaliação presencial preconizada pela legislação (através da LDBEN 9394/96 e, sobretudo, pelo Decreto 5622/2005), que exige definição prévia dos locais para sua realização. Além disso, os resultados dos exames presenciais devem prevalecer sobre os demais resultados da avaliação a distância.

O processo avaliativo se dará durante todo o desenvolvimento do curso, tendo como pressupostos básicos a avaliação participativa e processual, atendendo aos diversos níveis de avaliação, tais como: a avaliação da aprendizagem, do material utilizado, da metodologia tanto do professor quanto do curso.

A avaliação didático-pedagógica está fundamentada numa perspectiva emancipatória em que o aluno, a partir da reflexão da sua prática pedagógica associando-a aos conceitos teóricos discutidos ao longo do curso, possa desenvolver uma proposta de autonomia pessoal e desenvolvimento profissional que extrapole os modelos tradicionais de avaliação.

A importância desta avaliação processual, nos seus diversos níveis, constitui uma prática constante de realimentação, possibilitando as intervenções que se fizerem necessárias, como forma de minimizar as possíveis dificuldades do processo. O processo avaliativo da aprendizagem desenvolve-se de forma quantitativa e qualitativa de acordo com as normatizações da UFAL.

O processo de avaliação da aprendizagem constará de avaliações presenciais e não presenciais, tais como:

- Avaliações a distância: podem se constituir, de acordo com a essência de cada módulo, de trabalhos enviados para os polos pelos tutores e por eles

corrigidos, ou de exames a distância, com prazo para retorno das soluções. Também serão utilizadas atividades avaliativas através das quais se procurará verificar o processo de construção do conhecimento proposto pelo módulo ou atividade de curso, bem como seu progresso na aquisição de habilidades e competências previstas.

Estas atividades serão elaboradas pelo professor de cada disciplina e discutidas com os tutores coordenadores. São exemplos de avaliações a distância: relatórios de projetos ou de pesquisas; participação em trabalhos, provas; estudo de caso, preparação e análise de planos; observação de aulas; entrevistas; memorial; monografia; exercícios; redação de textos; elaboração de material didático, comentários e resenhas sobre textos e vídeos; resolução de problemas, solução de casos práticos. Essas avaliações devem incluir atividades em grupo, para estimular a interação entre estudantes com o objetivo de compartilhar as dificuldades e buscar soluções para os problemas. As avaliações não-presenciais podem ser feitas através de ferramentas de comunicação e interação síncronas (chat, sala de aula virtual, tutoria online, etc.) e assíncronas (e-mail, lista de discussão, fóruns, prova virtual, portfólio do aluno, etc.), em vista do monitoramento à distância do aluno.

- Avaliações presenciais: os alunos realizarão, nos polos, uma avaliação presencial ao final de cada módulo, considerando a exigência legal do MEC para os cursos a distância. A avaliação será elaborada pelos especialistas do módulo e discutida com os professores tutores. O processo de impressão, empacotamento e transporte da avaliação será acompanhado pelo coordenador do curso e pelos tutores que também estarão presentes nos polos no momento de sua aplicação.

- Auto-avaliação: deverá permear o material didático levando o aluno a avaliar seu progresso e a desenvolver estratégias de metacognição ao se conscientizar dos diversos aspectos envolvidos em seus processos cognitivos. A auto-avaliação auxiliará o estudante a tornar-se mais autônomo, responsável, crítico, capaz de desenvolver sua independência intelectual. O aluno realizará as atividades de auto-avaliação que se encontram no material didático. Ele permitirá uma forma de auto-observação, autoconhecimento, que o aluno avalie o seu progresso e desenvolva

estratégias de metacognição ao se conscientizar dos diversos aspectos envolvidos nos seus processos cognitivos.

A avaliação nas disciplinas ocorre de duas formas :

- a distância : compreende a média aritmética das atividades avaliativas e postadas no ambiente virtual de aprendizagem, sendo atribuída a cada atividade uma nota de zero a dez. Esta avaliação tem um caráter processual e peso 4.

- presencial : compreende o resultado da avaliação aplicada presencialmente, pelo professor, sendo atribuída uma nota de zero a dez. Esta avaliação tem peso 6.

### **12.3 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO - PPC**

Para a avaliação do PPC serão feitas reuniões semestrais com o NDE (Núcleo Docente Estruturante), bem como com o Colegiado do Curso.

Em relação ao NDE, há um acompanhamento permanente da implementação e desenvolvimento do PPC de forma a garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas, os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir sempre que necessária no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

## **13. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEGAGÓGICA**

### **13.1 CONTEÚDO/MATRIZ CURRICULAR**

#### **13.1.1 Núcleo básico de formação específica do curso de Letras**

O núcleo básico é o núcleo do qual devem compartilhar alunos de licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Língua Inglesa. Tem como objetivo a formação geral do aluno na área dos estudos da Linguagem. Essa formação geral



deve ser adquirida através de disciplinas de Leitura e Produção de Texto, Teoria Linguística, Teoria Literária, Linguística Aplicada, Língua Latina e Introdução à Língua Estrangeira.

A prática de leitura e produção de texto tem como objetivo desenvolver no aluno, enquanto habilidade de estudo, capacidade de leitura e escrita, de diversos gêneros, com ênfase nos gêneros acadêmicos.

As disciplinas de Teoria Linguística e Teoria Literária são encarregadas de dar ao aluno a fundamentação teórica para o estudo das diferentes línguas e suas respectivas literaturas. Enquanto na Linguística se ensina, por exemplo, teoria fonológica, em Língua Portuguesa, se ensina o sistema fonológico do Português. De forma análoga, enquanto na Teoria da Literatura se discutem os conceitos, as funções, os gêneros e a periodização da literatura, bem como os elementos constitutivos da prosa, da poesia e do teatro, nas literaturas se realiza o estudo da formação de uma literatura específica e da constituição do seu cânon, bem como o exame de suas obras relevantes e da relação entre o campo literário e outros campos discursivos.

A disciplina Linguística Aplicada visa a uma reflexão não-dicotômica entre teorias e práticas utilizadas na sala de aula de línguas, priorizando dados de pesquisa de linha antropológica e etnográfica.

Os estudos em Língua Latina objetivam introduzir o aluno nos Estudos Clássicos no sentido de estimular uma reflexão sobre o intervalo entre o mundo contemporâneo e o clássico, numa perspectiva histórica e crítica dessa contemporaneidade, tanto no que diz respeito a aspectos da língua como da cultura.

As disciplinas de Introdução à Língua Estrangeira visam, por um lado, nivelar alunos que ingressam à Universidade com algum conhecimento do idioma e, por outro, oferecer aos ingressantes uma formação básica que objetiva o desenvolvimento das quatro habilidades (compreensão oral e escrita, produção oral e escrita) em língua estrangeira.

O núcleo básico deve ser integralizado em 600 horas de aulas em disciplinas, distribuídas da seguinte forma:

<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Teoria Linguística 1 e 2	120 h/a
Teoria da Literatura 1 e 2	120 h/a
Introdução à Língua Estrangeira 1 e 2	120 h/a
Língua Latina	80 h/a
Leitura e Produção de Texto em Língua Portuguesa	80 h/a
Linguística Aplicada	80 h/a
Total	600 h/a

Além da formação básica, o curso de Letras/Português a distância contempla dois núcleos de formação: a) núcleo de formação do conhecimento sobre a língua e suas literaturas; b) núcleo de formação para a docência.

Assim, o aluno que optou pela habilitação em Língua Portuguesa segue sua formação específica sobre a língua e suas literaturas, definida pelo núcleo de formação do conhecimento sobre a língua.

### **13.1.2 Núcleo de Formação sobre a língua e suas literaturas**

O primeiro núcleo de formação, articulado organicamente ao conhecimento adquirido pelo aluno durante o núcleo básico, tem como objetivo descrever e explicar a estrutura, os usos e as variações da língua, bem como apresentar as literaturas a partir do estudo das organizações discursivas e literárias de obras representativas. Envolve uma parte obrigatória mínima, com conteúdos considerados básicos sobre o funcionamento da língua e de suas literaturas, e uma parte eletiva, com conteúdos mais direcionados aos interesses específicos de cada aluno.

O núcleo de formação do conhecimento sobre a língua e suas literaturas deve ser integralizado em 880 horas de aulas (580 horas de disciplinas obrigatórias e 300 horas de eletivas).

<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	<b>Carga horária</b>
Fonologia do Português	80 h/a
Morfologia do Português	80 h/a
Sintaxe do Português	80 h/a
Semântica do Português	60 h/a
Literatura de Língua Portuguesa 1	80 h/a
Literatura de Língua Portuguesa 2	80 h/a
Literatura de Língua Portuguesa 3	60 h/a
Literatura de Língua Portuguesa 4	60 h/a
<b>Total</b>	<b>580h/a</b>

### **13.1.3 Núcleo de Formação para a docência**

O núcleo de formação para a docência tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do professor. Esse núcleo se articula ao outro, numa correlação entre teoria e prática, ou seja, em um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão e solução de situações próprias do ambiente da educação escolar. Em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001, o núcleo de formação inclui aulas e atividades relacionadas à prática docentes e o estágio curricular supervisionado de ensino.

Deste modo, o curso segue os princípios orientadores das Licenciaturas na UFAL (Resolução Nº 32/2005-CEPE, de 14 de dezembro de 2005), a qual está em consonância com o que reza o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), a Resolução CNE/CP nº 01/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de

Licenciatura, de Graduação Plena e de acordo com o atendimento aos padrões mínimos de qualidade para a Graduação estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 (LDBEN).

Desse modo, os alunos de Letras/Língua Portuguesa a distância, assim como todos os alunos dos cursos de licenciatura da UFAL, discutem questões relativas ao trabalho docente e à atualização profissional, ao desenvolvimento e à avaliação da aprendizagem, ao currículo, à pesquisa educacional, à organização e gestão do trabalho escolar, e à política e organização da educação básica. O curso também oferece, durante os 07 (sete) períodos, as disciplinas de Projetos Integradores, constituídas de atividades interdisciplinares especificamente relacionadas à integração do conhecimento teórico sobre a língua e suas literaturas e a prática docente (ANEXO VI).

Quanto aos dois vieses de formação, as especialidades e a experiência prática, os Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1999, pp. 68-70) alertam para a promoção de um trabalho integrado, que não deixe o futuro professor sozinho para “integrar e transpor tudo o que aprendeu na esfera do “saber” para a esfera do “saber fazer”. A totalidade de saberes de um curso de licenciatura é complexa e tem aspectos próprios importantes para a formação do professor e que “só podem ser vistos e compreendidos no cotidiano escolar e que dizem respeito às diferentes áreas e disciplinas que integram o currículo de formação”.

O Documento sugere ainda uma organização curricular e institucional que estabeleça uma “ligação visceral” entre a instituição e o sistema de ensino “constituindo um campo de ação comum, compartilhado”:

Tomar o desenvolvimento de competências profissionais como alvo central da formação inicial implica propor uma organização curricular que busque reorientar os conteúdos e incorporar a tematização da prática em todas as áreas, assim como institucionalizar uma forma de interação com as escolas do sistema de ensino (BRASIL, 2002, p. 69).

E, se a licenciatura com habilitação em Língua Portuguesa na modalidade a Distância habilita também, para titulação, professores em exercício nas redes de ensino, como no caso da parceria com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-Parfor, conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), torna-se necessário que os

conhecimentos profissionais “sejam trabalhados num nível de profundidade que de fato traga um ganho diferenciado” (BRASIL, 2002, p. 70) na possibilidade de o professor compreender e atuar na profissão.

O núcleo de formação para a docência deve ser integralizado em 760 horas de aulas, sendo: 700 horas de formação para a docência, 60 horas específicas da Educação a Distância, além de 280 horas de Projetos Integradores e 400 horas de estágio supervisionado, num total de 1.440 horas, conforme quadro abaixo:

<b>Disciplina</b>	<b>Carga-horária</b>
História da Língua Portuguesa	60 h/a
Fundamentos de Libras	60 h/a
Profissão Docente	60 h/a
Organização do Trabalho Acadêmico	80 h/a
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	80 h/a
Desenvolvimento e Aprendizagem	80 h/a
Planejamento Curricular e Avaliação da Aprendizagem	80 h/a
Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	80 h/a
Pesquisa Educacional	60 h/a
Introdução à Educação a Distância	60 h/a
História e Cultura Afro-brasileira e indígena	60 h/a
Projetos Integradores	280 h/a
Estágio Supervisionado	400 h/a
<b>Total</b>	<b>1.440 h/a</b>

A integralização do curso compreende um total de 3.200 horas de aulas-atividades. Essa forma de estruturação do curso permite ao aluno a participação na sua própria formação, conforme sugere o Parecer CNE/CES 492/2001: “Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade/heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto

aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão” (p. 29).

Nesse sentido, o curso de Letras da FALE permite ao aluno flexibilidade no que diz respeito à escolha de conteúdos, ou seja, as disciplinas do núcleo de formação obrigatória de uma habilitação poderão ser computadas como disciplinas do núcleo de formação eletivo para as demais. Isso facultará ao aluno a possibilidade de concluir mais de uma habilitação, caso haja o reingresso e a complementação de estudos relativos à formação específica de cada habilitação.

#### **13.1.4 Disciplinas Eletivas**

O Curso de Letras na modalidade a distância oferece ao discente disciplinas eletivas que podem ser realizadas tanto no formato comum – a distância – como no momento em que as disciplinas forem ofertadas no formato presencial, através do sistema de tutoria (em que o professor presencial da disciplina orienta e avalia o aluno do curso a distância). O aluno poderá também, dependendo de sua disponibilidade e possibilidade de locomoção, cursar disciplinas eletivas, presencialmente, tanto no campi da Capital como nos interiorizados. O curso oferta atualmente as seguintes disciplinas eletivas:

<b>Disciplinas Eletivas (Mínimo de 300 horas)</b>	<b>Carga horária</b>
Análise do discurso	60 h/a
Aquisição da escrita	60 h/a
Aquisição da linguagem	60 h/a
Arte, cultura e literatura dos países de língua espanhola.	60 h/a
Arte, cultura e literatura dos países de língua francesa.	60 h/a
Filologia Românica	60 h/a
Gramática textual do Português	60 h/a

Gramáticas e Ensino de Línguas	60 h/a
Introdução à Descrição e Análise Linguística	60 h/a
Introdução aos Estudos Clássicos	60 h/a
Introdução às línguas indígenas	60 h/a
Linguística Aplicada: práticas interativas do discurso	60 h/a
Literatura de língua portuguesa e outras linguagens	60 h/a
Literatura africana de língua portuguesa (Angola e Cabo Verde)	60 h/a
Literatura Dramática	60 h/a
Literatura e Sociedade	60 h/a
Literatura Infanto-Juvenil	60 h/a
Mitologia Greco-romana	60 h/a
Literatura e Pensamento crítico na América Latina	60 h/a
Sociolinguística	60 h/a
Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação	60 h/a

Além disso, o curso prevê ainda 200 horas de Atividades Complementares e 80 horas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

### 13.2 RESUMO DA ESTRUTURA CURRICULAR

<b>Resumo da Estrutura Curricular</b>	<b>Carga Horária</b>
Núcleo Básico	600 hrs



Núcleo de Formação do Conhecimento sobre a língua e suas literaturas (obrigatórias e eletivas)	580 hrs
	300 hrs
Núcleo de Formação para a Docência	1.440 hrs
Trabalho de Conclusão de Curso e Outras atividades	280 hrs

## **14. EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

Desta forma, o curso de Letras Português atende à legislação vigente, quando da aplicação da temática ambiental na inclusão de conteúdos curriculares nas diversas disciplinas obrigatórias e eletivas, no que tange principalmente a disciplina de Leitura e produção de textos, ao tratar através de textos polêmicos e críticos produzidos pelas principais autoridades na área.

Também ocorrem eventos institucionais realizados pela UFAL relacionadas a educação ambiental.

## **15. RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

O estudo das relações Étnico Raciais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena é abordado nos conteúdos das disciplinas de Leitura e Produção de Textos, Teoria Linguística 2, Linguística Aplicada, Literatura de Língua Portuguesa 4, Introdução às línguas indígenas (eletiva), Literatura africana de língua portuguesa (eletiva) e, principalmente, na disciplina História e cultura afro-brasileira e indígena.

## 16. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O curso de Letras Português trata a temática de Educação de Direitos Humanos de forma transversal nos conteúdos abordados nas disciplinas de Leitura e Produção de Textos, Política e organização da educação básica no Brasil e Desenvolvimento e Aprendizagem. O tema Educação em Direitos Humanos também pode ser abordado em outras disciplinas de forma multidisciplinar e indireta.

## 17. LIBRAS

De acordo com o Art. 3º do Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. O curso de Letras Português oferece a disciplina de Fundamentos de Libras como disciplina obrigatória no 3o semestre do curso.

## 18 .ORDENAMENTO CURRICULAR

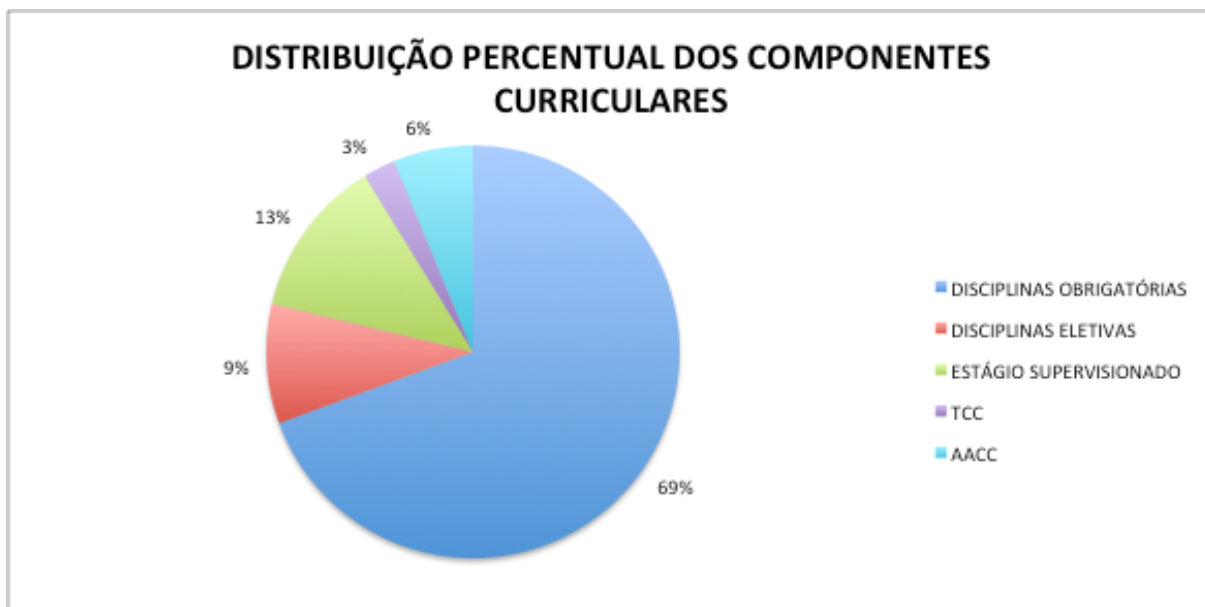
<b>Quadro de Saberes da Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa – modalidade a distância</b>				
<b>Semestre</b>		<b>Saberes Específicos da Formação do Professor na UFAL</b>	<b>Saberes Específicos de Letras Licenciatura em Português</b>	<b>Carga horária</b>
Primeiro	Módulo 1	✓Introdução a EaD (60)	✓Leitura e Produção de Texto em Língua Portuguesa (80) ✓Teoria Linguística 1 (60)	200 h
	Módulo 2	✓Projetos Integradores 1 (40) ✓Profissão Docente (60)	✓Teoria da Literatura 1 (60) ✓Introdução à Língua Estrangeira 1 (60)	220 h

Segundo	Módulo 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Organização do Trabalho Acadêmico (80)</li> <li>✓ Projetos Integradores 2 (40)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Teoria Linguística 2 (60)</li> </ul>	180 h
	Módulo 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Política e Organização da Educação Básica no Brasil (80)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Introdução à Língua Estrangeira 2 (60)</li> <li>✓ Teoria da Literatura 2 (60)</li> </ul>	200 h
Terceiro	Módulo 5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolvimento e Aprendizagem (80)</li> <li>✓ Fundamentos de Libras (60)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Língua Latina (80)</li> </ul>	220 h
	Módulo 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projetos Integradores 3 (40)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Literatura de Língua Portuguesa 1 (80)</li> <li>✓ Linguística Aplicada (80)</li> </ul>	200 h
Quarto	Módulo 7	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem (80)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fonologia do Português (80)</li> <li>✓ Disciplina eletiva 1 (60)</li> </ul>	220 h
	Módulo 8	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projetos Integradores 4 (40)</li> <li>✓ História da Língua Portuguesa (60)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Literatura de Língua Portuguesa 2 (80)</li> </ul>	180 h
Quinto	Módulo 9	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar (80)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Morfologia do Português (80)</li> <li>✓ Disciplina eletiva 2 (60)</li> </ul>	220h
	Módulo 10	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projetos Integradores 5 (40)</li> <li>✓ Estágio Supervisionado 1 (80)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Literatura de Língua Portuguesa 3 (60)</li> </ul>	180 h
Sexto	Módulo 11	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pesquisa Educacional (60)</li> <li>✓ História e cultura afro-brasileira e indígena (60)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sintaxe do Português (80)</li> </ul>	200 h
	Módulo 12	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projetos Integradores 6 (40)</li> <li>✓ Estágio Supervisionado 2 (80)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Disciplina eletiva 3 (60)</li> <li>✓ Literatura de Língua Portuguesa 4 (60)</li> </ul>	240 h
Sétimo	Módulo 13	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estágio Supervisionado 3 (80)</li> <li>✓ Projetos Integradores 7 (40)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Semântica do Português (60)</li> <li>✓ Disciplina eletiva 4 (60)</li> </ul>	240 h
Oitavo	Módulo 14	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estágio Supervisionado 4 (160)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Disciplina eletiva 5 (60)</li> </ul>	220 h

			Carga Horária	2.920 h
			Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200 h
			Trabalho de Conclusão de Curso	80 h
			Carga Horária Total	3.200 h

Ordenamento Curricular de Letras/Português a distância na UFAL						
Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga horária		
				Teórica	Prática	Semestral Total
1		LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO EM LP	Sim	40	40	80
		INTRODUÇÃO À LÍNGUA ESTRANGEIRA 1	Sim	30	30	60
		TEORIA DA LITERATURA 1	Sim	60	-	60
		TEORIA LINGUÍSTICA 1	Sim	60	-	60
		PROFISSÃO DOCENTE	Sim	60		60
		PROJETOS INTEGRADORES 1	Sim	-	40	40
		INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	Sim	30	30	60
			<b>Total</b>			<b>420h</b>
2		ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	Sim	60	20	80
		INTRODUÇÃO À LÍNGUA ESTRANGEIRA 2	Sim	30	30	60
		TEORIA DA LITERATURA 2	Sim	60	-	60
		TEORIA LINGUÍSTICA 2	Sim	60	-	60
		POL. E ORG. DA EDUC. BAS. NO BRASIL	Sim	70	10	80
		PROJETOS INTEGRADORES 2	Sim	-	40	40
			<b>Total</b>			<b>380h</b>
3		FUNDAMENTOS DE LIBRAS	Sim	50	10	60
		LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA 1	Sim	70	10	80
		LÍNGUA LATINA	Sim	70	10	80
		LINGUÍSTICA APLICADA	Sim	60	20	80
		DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	Sim	70	10	80
		PROJETOS INTEGRADORES 3	Sim	-	40	40
			<b>Total</b>			<b>420h</b>
4		FONOLOGIA DO PORTUGUÊS	Sim	70	10	80
		LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA 2	Sim	70	10	80
		HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	Sim	50	10	60
		PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	Sim	60	20	80
		DISCIPLINA ELETIVA 1	Sim	40	20	60
		PROJETOS INTEGRADORES 4	Sim	-	40	40

			<b>Total</b>			<b>400</b>
5		MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS	Sim	70	10	80
		LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA 3	Sim	50	10	60
		PROJETO PEDAGÓGICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR	Sim	60	20	80
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1	Sim		80	80
		DISCIPLINA ELETIVA 2	Sim	40	20	60
		PROJETOS INTEGRADORES 5	Sim	-	40	40
			<b>Total</b>			<b>400</b>
6		SINTAXE DO PORTUGUÊS	Sim	70	10	80
		LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 4	Sim	50	10	60
		PESQUISA EDUCACIONAL	Sim	30	30	60
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2	Sim		80	80
		DISCIPLINA ELETIVA 3	Sim	40	20	60
		PROJETOS INTEGRADORES 6	Sim	-	40	40
		HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	Sim	30	30	60
		<b>Total</b>			<b>440</b>	
7		SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS	Sim	60		60
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3	Sim		80	80
		DISCIPLINA ELETIVA 4	Sim	40	20	60
		PROJETOS INTEGRADORES 7	Sim		40	40
			<b>Total</b>			<b>240</b>
8		ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	Sim		160	160
		DISCIPLINA ELETIVA V	Sim	40	20	60
			<b>Total</b>			<b>220</b>
<b>RESUMO DO ORDENAMENTO CURRICULAR</b>						
		<b>Disciplinas obrigatórias</b>				<b>2.220</b>
		<b>Disciplinas eletivas</b>				<b>300</b>
		<b>Estágio</b>				<b>400</b>
		<b>TCC</b>				<b>80</b>
		<b>AACC</b>				<b>200</b>
		<b>TOTAL DA CHIC</b>				<b>3.200</b>
		<b>Observação:</b> AACC – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais CHIC – Carga Horária de Integralização Curricular TCC – Trabalho de Conclusão de Curso				



## 19. INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO

A integração com a rede pública de ensino ocorre através dos Estágios Supervisionados, além dos projetos de pesquisa ou extensão que visem o benefício da sociedade e da educação.

## 20. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Parecer CNE/CP 28/2001, ao estabelecer a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura define que “o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico” (p.11). O mesmo parecer estabelece um tempo mínimo legal para o estágio de 400 horas.

O Estágio previsto no Curso de Letras licenciatura em Língua Portuguesa na modalidade a distância está em consonância com a Lei n. 11.788 de 25/11/2008, bem como com a RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012 (anexo VIII deste PPC) que estabelece normas de realização, organização e estruturação

do estágio, além de atribuições dos envolvidos no processo e avaliação. Ademais, no documento também consta: carta de apresentação, carta de recebimento do relatório e carta de aceite.

O principal objetivo do estágio é que o aluno adquira experiência prática na sua área de formação. A partir do quinto semestre, o aluno começa a realizar atividades de estágio supervisionado, as quais se estendem até o último semestre. O curso de Letras na modalidade a distância objetiva formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos alunos. Essa formação só pode ser atingida através de uma prática que viabilize um real contato entre estágio e instituições educacionais. É no seu local de estágio que o aluno poderá entender a significação da escola e o laço que esta possui com sua comunidade, percebendo como deve ajustar o conteúdo curricular adquirido no Ensino Superior à sala de aula do Ensino Fundamental ou Médio.

Para o estabelecimento desse contato entre as ações do Estágio Supervisionado e as Instituições Educacionais, o curso de Letras deve manter, de acordo com os Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1999, p. 124) uma interação sistemática com escolas de ensino fundamental e médio, “tomando-as como referência para estudo, observação e intervenção”. O documento reafirma essa articulação sugerindo o estabelecimento de parcerias e convênios com “um conjunto de escolas do sistema de ensino”, compartilhando com elas ações e projetos que atendam os interesses e demandas tanto das escolas quanto da formação inicial dos professores em curso.

Quanto à modalidade de formação profissional a distância, esses Referenciais (BRASIL, 1999, pp. 133. 134) apresentam indicações para que se assegure a necessária qualidade dessa formação. Destacam-se aqui alguns pontos:

- A necessidade de espaços presenciais (não só para exames e avaliações finais) com formadores que sejam “parceiros experientes dos professores”, em pequenos grupos e com periodicidade pelo menos quinzenal. Esse acompanhamento em grupos precisa ser assumido pelos tutores e por alunos/professores mais experientes do grupo,

visando uma vivência “da interlocução requerida pelo trabalho do professor”.

- Além desses momentos presenciais, a necessidade de o programa de formação a distância disponibilizar, como condição para uma formação profissional efetiva, materiais (textos, vídeos, programas de computador, cadernos de atividades, entre outros), acervo de livros para estudo e pesquisa; além da disponibilização de espaço para encontros eventuais de formação.
- A organização de um grupo que estruture, sistematize e operacionalize as ações previstas para o estágio na modalidade a distância;
- O incentivo à utilização de meios de comunicação diferenciados para favorecer a interlocução entre os participantes, como cartas, telefone, rádio, internet (e-mails, redes sociais e blogs);
- O desenvolvimento de uma avaliação processual, acompanhando a habilidade de instrumentos no uso de plataformas e outros instrumentos utilizados na educação a distância.

Nos cursos de modalidade a distância aprovados pelo atendimento ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-Parfor, conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), as escolas das quais os alunos fazem parte podem, especificamente, ser tomadas como parceiras para o desenvolvimento dessas atividades. Para esses professores já em exercício, os Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1999, p. 131) afirmam a necessidade “de potencializar a tematização da prática que já realiza, tomando-a como objeto de reflexão e também garantir a possibilidade de observação de outras experiências”. Desse modo, ter a prática como tema para discussão e reflexão deve ser o ponto de partida das atividades do Estágio Supervisionado na modalidade a distância, tendo em vista a participação de professores em exercício no curso de Letras.

Essa possibilidade de discussão justifica, e vale ressaltar aqui, uma observação anexada ao Parecer CNE/CP 28/2001 que estabelece duração e carga horária dos cursos de Licenciatura: “Os alunos que exerçam atividade docente



regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas” (p. 16).

A Instrução Normativa Prograd/Fórum das Licenciaturas N. 01 de 27 de setembro de 2013 que disciplina a redução de carga horária para os alunos de licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica determina, no inciso III do art. 6º, que essa atividade ou disciplina seja “equivalente à atividade docente regular efetivamente em exercício”. Para isso, o Art. 6º também delimita como especificidades para a dispensa do aluno:

- I – o tempo do exercício de atividade docente regular será regulamentado pelo colegiado de cada curso;
  - II – cabe ao aluno apresentar vínculo de trabalho, regular e vigente, contratual ou estatutário, junto aos órgãos do respectivo sistema de ensino ou à unidade escolar;
  - III- considera-se exercício de atividade docente na educação básica, atividade ou disciplina equivalente à atividade docente regular efetivamente em exercício;
  - IV- se a atividade docente regular exercida pelo aluno corresponder à atividade docente a que o seu curso de Licenciatura habilita e seja concomitante a realização do estágio e no nível de ensino do estágio.
- Parágrafo Único: Não serão consideradas atividades docentes exercidas sob a forma eventual de estágio curricular não obrigatório ou de trabalho voluntário.”

Essas 200 (duzentas) horas não implicam a dispensa do aluno de uma ou mais das quatro disciplinas de Estágio Supervisionado (1, 2, 3 e 4), mas na diminuição da carga horária de docência em sala de aula, ação característica do Estágio 3 – docência no Ensino Fundamental e do Estágio 4 – docência no Ensino Médio (conforme ementas dessas disciplinas, adiante).

O aproveitamento das horas de estágio curricular supervisionado será aprovado pelo Colegiado de Curso, ouvidos os professores envolvidos e o Coordenador de Curso.

O Estágio Supervisionado no curso de Letras na modalidade a distância envolve quatro momentos: prática inicial, prática intermediária, processos pedagógicos e prática docente, definidas a seguir:

**A prática inicial** envolve observação em sala de aula de Língua Portuguesa e de Literatura, em escolas. Essas observações envolvem também o uso de recursos tecnológicos como o uso de áudios e vídeos educacionais, para a reflexão sobre a

prática. Nesse momento, os alunos podem também planejar, acompanhar ou desenvolver pequenos projetos temáticos (sondagem e avaliação de escrita; jogos de linguagem; processo de produção textual; audição e leitura de um determinado gênero textual, uso de materiais institucionais, como: o livro didático e o dicionário escolar adotados nas escolas; acervos literários e instrucionais da biblioteca escolar, entre outros).

**A prática intermediária** envolve, além da observação, a pesquisa educacional e a coparticipação em sala de aula, visando a promoção de práticas de transposição didática dos conteúdos do curso, de modo a preparar os alunos para o efetivo exercício da docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Essas práticas, podem envolver, também: a) análise de materiais didáticos existentes no mercado e de suas aplicações; b) elaboração de materiais didáticos e paradidáticos que visam a subsidiar as atividades do estágio; e c) investigações em bibliotecas e centros de documentação<sup>5</sup>.

**A participação em processos pedagógicos** envolve, além da observação e da pesquisa educacional, uma participação mais efetiva (como atendimento a grupos de alunos que estejam em dificuldade ou atendimento na biblioteca etc.) ou regência acompanhada, em sala de aula das séries finais do ensino fundamental ou do Ensino Médio.

**A prática docente** envolve observação, coparticipação e docência com aulas supervisionadas e avaliadas por professor regente de turmas das séries finais do Ensino Fundamental (no Estágio 3) e no Ensino Médio (Estágio 4) da escola escolhida para estágio, a partir de documento de avaliação.

Essas quatro etapas, diretamente relacionadas a cada semestre letivo da carga horária do estágio, não precisam acontecer de forma isolada ou estanque. A reflexão sobre a prática pode surgir tanto da observação de uma atividade registrada em vídeo quanto da observação/participação direta na sala de aula. Desse modo, todas as atividades do estágio devem estar diretamente articuladas com a prática e todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

---

<sup>5</sup> Práticas já desenvolvidas no Curso de Graduação em Letras do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp – São Paulo, conforme apresentado no Projeto Pedagógico atual do Curso.

- **Apresentação:** situar a disciplina e a discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Ex: Produção escrita – Ortografia - Dificuldades da aprendizagem em LP - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio, objetivos previamente traçados; como a proposta foi elaborada, dificuldades encontradas no início do estágio e como foi possível seguir o planejamento, etapas da atividade programada e as adaptações que foram feitas.
- **Caracterização da escola - Dados Gerais:** Identificação da Escola: campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento). Instalações da Escola: infraestrutura e recursos materiais (Biblioteca-dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; Sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio). Organização do trabalho escolar: calendário escolar; horários de funcionamento; índices de evasão e repetência. Prática Sócio-Político-Pedagógica: identificar a existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; planejamento: como é feito, quem participa; entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.
- **Diário de Campo:** descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registrando os conteúdos abordados, as metodologias, as estratégias adotadas e as avaliações empregadas, as datas de realização e os tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.
- **Análise de dados e produtos de aprendizagem:** relatório que pode ser feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na Escola). Nessa parte do Relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na Escola: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.

- **Comentários finais:** o aluno pode abordar questões, tais como a importância do estágio para a formação; dificuldades encontradas e como elas foram superadas; e sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem naquele contexto do estágio.
- **Referências:** autores citados no relatório e nas notas de rodapé.
- **Anexos:** material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio; registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

Será escolhido, dentre os professores que compõem o colegiado do curso, um coordenador de estágio para o curso de Letras – Língua Portuguesa na modalidade a distância, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio.

O estágio poderá ser interrompido se houver trancamento de matrícula; mudança de curso; e se o aluno deixar de frequentar o curso regularmente.

As demais condições e prerrogativas para o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório seguem a resolução N° 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

## **21. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Além da integralização em aulas/atividades previstas para o Curso de Língua Portuguesa, é ainda condição para a finalização do curso a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso. O TCC corresponde a 80 horas-aula, que serão integralizadas na carga-horária total do curso.

Esse trabalho – realizado individualmente - deve constituir resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo aluno sobre tema na área de estudos linguísticos ou

literários, ensino-aprendizagem de português língua materna e de literatura de língua portuguesa. A pesquisa apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso poderá ter o formato de Monografia ou Artigo Científico.

A pesquisa de que resultará o TCC deverá ser iniciada no quinto semestre do curso e será acompanhada por um professor-orientador e supervisionada pelo coordenador do TCC, professor designado especialmente para esta função, a quem compete ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

## **22. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS**

O aluno de Letras a distância da UFAL, além das atividades e aulas obrigatórias previstas para sua formação, pode ainda participar de programas de pesquisa e extensão, como outras atividades complementares a sua qualificação profissional. No curso de Letras da UFAL, há dois programas de pesquisa para os graduandos: o PET e o PIBIC.

O Programa Especial de Treinamento (PET) é um programa que visa à formação de grupos de tutoriais de aprendizagem em cursos de graduação. Tem como objetivo oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação do profissional crítico e atuante; promover a integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso de carreira universitária; estimular a melhoria do ensino de graduação através de: desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito do curso; atuação dos bolsistas como agentes multiplicadores disseminando novas ideias e práticas entre o conjunto dos alunos do curso; interação dos bolsistas do Programa com os corpos docente e discente da instituição em nível de pós-graduação; a participação em atividades características de programas de pós-graduação<sup>6</sup>.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo CNPQ, pela FAPEAL (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas) e pela própria UFAL, é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. É voltado para o aluno de graduação,

---

<sup>6</sup> PET/Letras/UFAL: [www.ufal.chla/petletras](http://www.ufal.chla/petletras).

como incentivo a sua formação. Privilegia a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada, que culminam com um trabalho final avaliado e valorizado.

Os objetivos das atividades de pesquisa previstas por esses programas estão em consonância com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), oferecido pela Faculdade de Letras, o que permite grande integração entre graduação e pós.

No tocante à extensão, é possível a participação, além de programas pontuais, desenvolvidos pelos professores do curso, em mais dois programas permanentes de extensão nos quais os graduandos podem desenvolver atividades a serem creditadas na sua vida acadêmica: as Casas de Cultura e o Núcleo de Estudos Indígenas (NEI).

O Casas de Cultura é um programa de extensão permanente desenvolvido pela Faculdade de Letras que tem como objetivo oferecer curso de línguas estrangeiras modernas, em nível básico, intermediário e avançado, para a sociedade, e possibilitar a criação de um espaço de vivência de ensino de línguas estrangeiras para os alunos dos cursos de graduação e pós, mantidos pela Unidade. Nesse programa, os graduandos e pós-graduandos em Letras, sob a devida orientação de um professor, podem participar como professor-bolsista, em regime de estágio, curricular ou não, como monitor, auxiliando o professor titular no preparo de aulas e material didático, entre outras atividades.

O Núcleo de Estudos Indígenas, também vinculado à Faculdade de Letras, pretende incentivar estudos e pesquisas relacionados ao índio brasileiro, abrangendo os mais variados aspectos das ciências humanas. Os objetivos do Núcleo são:

- Incentivar estudos e pesquisas sobre a linguagem do índio e seus agentes condicionadores;

- Realizar pesquisas sobre temas relacionados com os índios brasileiros, abrangendo aspectos das Ciências Humanas: linguísticos, literários, antropológicos, religiosos, de saúde; das Artes: música, artes plásticas, etc.;

- Promover exposições, conferências e ciclos de debates sobre temas indígenas;
- Divulgar os resultados dos estudos e pesquisas realizadas;
- Estabelecer intercâmbio com entidades locais e nacionais que se dedicam também ao estudo do índio brasileiro, e se fazer representar, quando necessário, no cenário nacional em prol das causas indigenistas.

## **23. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DO CURSO**

### **23.1 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS**

#### **Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA (80 HORAS)**

##### **Ementa:**

Prática de leitura e produção de texto, de diversos gêneros, em português, fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interlocutiva e no texto como unidade básica significativa na língua.

##### **Tema transversal:**

A prática de leitura e produção irá englobar também a reflexão acerca das relações entre língua, história, cultura e sociedade, com destaque especial para as questões étnico-raciais que remetem aos afrodescendentes e aos povos indígenas no Brasil. Além disso, a disciplina é um espaço fundamental para se discutir temas atuais relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos, através de textos polêmicos produzidos pelas principais autoridades na área.

##### **Bibliografia básica:**

ANTUNES, I. *Lutar com palavras – coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, C.A.; TEZZA, C. *Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 243p ISBN 8532608426 : (Broch.)

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. : Cortez, c2002. 168 p ISBN 8524908378 (Broch.).

##### **Bibliografia complementar:**

BRUM, E. Índios, os estrangeiros nativos. Publicado em: Revista Época, 10.06.2013.

CAVALLEIRO, E. (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola*. São Paulo: Solo Negro, 2001.

GARCIA, O. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S.; LOUREIRO, C. F. B. *Repensar A Educação Ambiental - Um Olhar Crítico*. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, I. A. A. *Direitos humanos e as práticas de racismo: o que faremos com os brancos racistas?* Tese de doutoramento. Universidade de Brasília, 2009.

### **Disciplina: TEORIA DA LITERATURA 1 (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

Reflexão sobre fundamentos da teoria da literatura, natureza e função de seu objeto e conceituação dos gêneros literários, desde a Antiguidade aos estudos contemporâneos, com base na análise de textos teórico-críticos.

#### **Bibliografia básica:**

ARISTÓTELES; H.; LONGINO. *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1977.

PLATÃO. *Diálogos III: A república*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SOARES, A. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1989.

#### **Bibliografia complementar:**

GONÇALVES, M. T.; BELLODI, Z. C. *Teoria da literatura "revisitada"*. Petrópolis: Vozes, 2005.

PERRONE-MOISÉS, L. A criação do texto literário. In: PERRONE-MOISÉS, L. *Flores da escrivaniinha: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

REIS, C. & LOPES, A. C. M. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

SAMUEL, R. *Manual de Teoria Literária* (Org.) Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUZA, R. A. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1986.

### **Disciplina: TEORIA LINGUÍSTICA 1 (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

Panorama geral dos fenômenos da linguagem e suas abordagens, dos estudos tradicionais à teoria linguística. Pressupostos teórico-metodológicos das correntes teóricas da Linguística moderna.

#### **Bibliografia básica:**

MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. *Introdução à Linguística – domínios e fronteiras 1*. São Paulo: Cortez, 2001.

MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. *Introdução à Linguística – domínios e fronteiras 2*. São Paulo: Cortez, 2001.

MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. *Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos 3*. São Paulo: Cortez, 2004.

#### **Bibliografia complementar:**

FIORIN, J. L. *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2002.

FROMKLIN, V. *Introdução à linguística*. Lisboa: Almedina, 1997.

LYONS, J. *Linguagem e Linguística*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.



MATTOSO CÂMARA Jr., J. Princípios de Linguística Geral. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1998.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

### **Disciplina: PROFISSÃO DOCENTE (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarianização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como locus do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

#### **Bibliografia básica:**

CHARLOT, B. *Formação dos professores e relação com o saber*. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

LESSARD, C. e TARDIF, M. *O trabalho docente*. SP: Vozes, 2005.

NÓVOA, A. (Org.) *Vidas de Professores*. Porto, Portugal: Porto, 1992.

#### **Bibliografia complementar:**

ALVES, N. *Formação de professores: o pensar e o agir*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ARROYO, M. *Ofício de Mestre*. São Paulo: Vozes, 2005.

COSTA, M. V. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

ESTRELA, M. T. (Org.) *Viver e construir a profissão docente*. Porto, Portugal: Porto, 1997.

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

### **Disciplina: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

A modalidade de EaD: histórico, características, definições, regulamentações. A EaD no Brasil. A Mediação pedagógica na modalidade EaD. Organização de situações de aprendizagem. Ambientes Virtuais de ensino-aprendizagem. Atividades de Prática como Componente Curricular. Aplicativos: processadores de textos, bancos de dados e planilha eletrônica; internet e páginas web; correio eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo. Noções de arquivamento de dados. Ferramentas para navegação.

#### **Bibliografia Básica:**

BELLONI, M. L. *Educação a Distância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

LITTO, F. M. *Aprendizagem a Distância*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MERCADO, L. P. L. Integração de mídias nos espaços de aprendizagem. *Em aberto*, Brasília, v. 22, n. 79, p. 17-44, 2009.

**Bibliografia complementar:**

DEMO, P. *Educação Hoje. "Novas" Tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias. O novo ritmo da informação*. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

MORAN, J. M. *A educação que desejamos. Novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papyrus Editora, 2007.

SEABRA, C. *Tecnologias na escola*. Como explorar o potencial das tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem. Porto Alegre: Telos Empreendimentos Culturais / Instituto Claro, 2010.

TORI, R. *Educação sem distância. As tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo/Escola do Futuro, USP, 2010.

**Disciplina: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA (60 HORAS)****Ementa:**

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena a partir das leis regulamentadoras de n. 9.394/96, 10.630/03 e 11.645/08. As culturas africana e indígena na literatura e história brasileiras. Retrospectiva da história da África e dos africanos; O contato entre o europeu e o africano e a chegada dos africanos no Brasil; As diversas formas e tipos de escravidão. Os negros e sua luta no Brasil. A história de um povo resistente. A cultura negra e a cultura indígena. Influência no Brasil. A formação da sociedade nacional.

**Tema transversal:**

Questões étnico-raciais.

**Bibliografia básica:**

BOAHEN, A. A. (ORG.) *História geral da África: África Sobre Dominação Colonial*. Tradução de João Alves dos Santos. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1991.

SILVA, A. C. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 1995.

\_\_\_\_\_. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2005.

**Bibliografia complementar:**

BRANDÃO, C. J. B. *A cena do Dia do Índio na TV*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.

BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRUM, E. Índios, os estrangeiros nativos. Publicado em: *Revista Época*, 10.06.2013.

CAVALLEIRO, E. (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola*. São Paulo: Solo Negro, 2001.

TIRADENTES, J. A; SILVA, D. R. *Sociedade em construção: história e cultura afro-brasileira (o negro na formação da sociedade brasileira)*. São Paulo: Direção Cultural, 2008.

## **Disciplina: PROJETOS INTEGRADORES**

### **Ementa:**

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso.

**Bibliografia básica: Ver anexo VI**

## **Disciplina: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO**

### **Ementa:**

As Ciências e o Conhecimento Científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos.

### **Bibliografia básica:**

ALVES – MAZOTTI, A. J.; GWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

BRANDÃO, Z. (org.) *A crise dos paradigmas e educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica*. São Paulo: Loyola, 2002.

### **Bibliografia complementar:**

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

CRUZ, A. C.; MENDES, M. T. R. *Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação*. Niterói/RJ: Intertexto, 2004.

FAZENDA, I. (Org.) *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1994.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. *Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa*. Campinas/SP: Papirus, 2000.

## **Disciplina:INTRODUÇÃO À LINGUA ESTRANGEIRA 1 (60 HORAS)**

### **Ementa:**

Desenvolvimento das quatro habilidades (produção de atos de fala, recepção de atos de fala, produção escrita e compreensão de leitura), em língua estrangeira, e das competências Linguística e comunicativa via fundamentação lexical, fonética, fonológica, sintática, semântica e pragmática, em nível introdutório 1.

### **Bibliografia Espanhol básica:**

CHOZAS, D. y DORNELES, F. *Dificultades del español para brasileños*. Madrid: SM, 2003. (capítulos seleccionados).

DUARTE, C. A. *Diferencias de usos gramaticales entre español/português*. Madrid: Edinumen, 1999. (capítulos seleccionados).  
NÚÑEZ ROMERO-LINARES, B. *Tus pasatiempos de los verbos españoles. Práctica de las formas verbales*. Madrid: Edinumen, 2000.

**Bibliografía complementaria:**

ARAGONÉS, L. y PALENCIA, R. *Gramática de uso de español para extranjeros*. Madrid: SM, 2003. (capítulos seleccionados).  
CALZADO, A. *Gramática Esencial – Con el español que se habla hoy en España y en América Latina*. Madrid: SM, 2002. (capítulos seleccionados).  
FLAVIÁN, E. y ERES F.. *Minidicionário EspanholPortuguês/Português-Espanhol*. São Paulo: Ática, 1994.  
GONZÁLEZ H. A (et alli). *Gramática de español lengua extranjera*. Madrid: Edelsa, 1996.  
MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español*. 2 tomos. Madrid: Edelsa, 1998.

**Bibliografía Inglés básica:**

CLANDFIELD, L. *Straightforward: elementary student's book*. Macmillan: Oxford, 2006.  
FLETCHER, C. *Pronunciation dictionary: study guide*. Essex, UK: Longman, 1990.  
HANDBOOK of the International Phonetic Association: a guide to the use of the IPA. Cambridge: Cambridge University, 1999.

**Bibliografía complementaria:**

AZAR, B. S. *Understanding and Using English Grammar*. Englewoodcliffs : Longman, 1999.  
\_\_\_\_\_. *Understanding and Using English Grammar: Workbook*. Englewoodcliffs : Longman, 2000.  
LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A communicative grammar of English*. London: Longman, 1975.  
SILVERSTAIN, B. *Perfecting the sounds of American English: includes a complete guide to the IPA*. Illinois, USA: NTC, 1997.  
SWAN, M. *Practical English usage*. Oxford: OUP, 1980.

**Disciplina: INTRODUÇÃO À LINGUA ESTRANGEIRA 2 (60 HORAS)**

**Ementa:**

Paralelamente e simultaneamente ao trabalho com as competências e habilidades básicas, necessárias ao desempenho linguístico-comunicativo satisfatório nos processos de interação social, a disciplina busca ampliar e consolidar o trabalho desenvolvido ao longo do primeiro semestre.

**Bibliografía Español básica:**

CHOZAS, D. y DORNELES, F. *Dificultades del español para brasileños*. Madrid: SM, 2003. (capítulos seleccionados).

DUARTE, C. *A Diferencias de usos gramaticales entre español/português*. Madrid: Edinumen, 1999. (capítulos seleccionados).  
NÚÑEZ ROMERO-LINARES, B. *Tus pasatiempos de los verbos españoles. Práctica de las formas verbales*. Madrid: Edinumen, 2000.

**Bibliografia complementar:**

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 2001.  
ARAGONÉS, L. y PALENCIA, R. *Gramática de uso de español para extranjeros*. Madrid: SM, 2003. (capítulos seleccionados).  
CALZADO, A. *Gramática Esencial – Con el español que se habla hoy en España y en América Latina*. Madrid: SM, 2002. (capítulos seleccionados).  
CASTRO VIUDEZ, F. *Uso de la gramática*. (intermedio). Madrid: Edelsa, 2000.  
MILANI, E. M. *Gramática de espanhol para brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 1999.

**Bibliografia Inglês básica:**

BIBER, D., CONRAD, S. & LEECH, G. *Student grammar of spoken and written English*. Longman, 2004.  
OSHIMA, A & HOGUE, A. *Writing academic English*. Edição, London/New York: Longman, 1999.  
SWAN, M. *Practical English usage*. Oxford: OUP, 1980.

**Bibliografia complementar:**

BIBER, D.; CONRAD, S.; LEECH, G. *Longman student grammar of written and spoken English*. London/New York: Longman, 2002.  
HINKEL, E.; FOTOS, S. (Ed.). *New Perspectives on grammar teaching in second language classroom*. Mahwah: Lawrence Erlbaum. 2002.  
HUTCHINSON, T. *Lifelines Intermediate*. Oxford: OUP. 1997.  
JONES, L. *New Cambridge advanced English*. Cambridge: CUP, 1998.  
MCCARTHY, M. *Spoken language and applied linguistics*. Cambridge; New York, NY: Cambridge University Press, 1998

**Disciplina: TEORIA DA LITERATURA 2 (60 HORAS)**

**Ementa:**

Estudo das correntes críticas do século XX, tanto as de caráter imanente (Formalismo Russo, New Criticism) quanto as que relacionam a análise da literatura a fatores externos (crítica sociológica, psicológica), com base em leituras teórico-críticas e respectivos suportes literários.

**Bibliografia básica:**

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.  
MARTINS, M. H. (Org.) *Rumos da crítica*. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Itaú Cultural, 2000.  
SCHWARZ, R. *Que horas são? ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

**Bibliografia complementar:**

- AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 2a. ed., São Paulo: Perspectiva, 1987 [Estudos].
- BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética*. A Teoria do Romance. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BORGES, J. L. *Esse ofício do verso*. Trad. São Paulo, Companhia das Letras, 2000
- CORTÁZAR, J. Alguns aspectos do conto e Do conto breve e seus arredores. In.: \_\_\_\_\_. *Valise de Cronópio*. 2. ed., Trad. Davi Arrigucci Júnior. São Paulo: Perspectiva, 1993. [Debates], p. 147-164.
- CANDIDO, A. et al. *A personagem de ficção*. 7. Ed., São Paulo: Perspectiva, 1985. [Debates]

**Disciplina: TEORIA LINGUÍSTICA 2 (60 HORAS)****Ementa:**

Estudo de tendências teóricas linguísticas contemporâneas pós-estruturalistas, que relacionam os aspectos linguísticos e os sociais, seja através da noção de variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso).

**Tema transversal:**

1. Relações étnico-raciais.
2. Cultura afro-brasileira.

**Bibliografia básica:**

- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística – II Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.
- TARALLO, F. *A pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

**Bibliografia complementar:**

- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- GIORGI, M. C.; BIAR, L. A.; BORGES, R. C. S. Estudos da linguagem e questões étnico-raciais: contribuições e limites. *Revista da ABPN*. v7, n. 17, p. 202-218, jul-out 2015.
- PEREIRA, M. C. A escola em contexto sociolinguisticamente complexo e o apagamento das minorias étnico-linguísticas na perspectiva do letramento. *Olhar de professor*. Ponta Grossa, 5 (1): 47-56, 2002.
- PETTER, M.M.T. Talvez sejam africanismos. *Estudos Lingüísticos XXIX – GEL*, – Grupo de estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. v. 1: 713-718, 2000.
- RAIMUNDO, J. O elemento afro-negro na língua portuguesa. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

**Disciplina: POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (80 HORAS)**

**Ementa:**

A Educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade contemporânea. Análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino e dos planos e diretrizes para a educação escolar brasileira. Estudo da estrutura e da organização do sistema de ensino brasileiro em seus aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros, considerando, sobretudo a LDB (Lei 9.394/96) e a legislação complementar pertinente.

**Tema transversal:**

1. Direitos humanos.

**Bibliografia básica:**

AGUIAR, M. A. A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) *Supervisão educacional para uma escola de qualidade*. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2001.

VERÇOSA, E. G. (org.) *Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais*. Maceió/São Paulo: Ed. Catavento, 2001.

**Bibliografia complementar:**

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

BRZEZINSKI, I. (Org.) *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, J. S. F. *Educação, cidadania e direitos humanos*. São Paulo: Vozes, 2004.

FÁVERO, Osmar (Org.) *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. 2ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. ; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2005.

**Disciplina: FUNDAMENTOS DE LIBRAS (60 HORAS)****Ementa:**

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

**Bibliografia básica:**

BRITO, L. F. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

FELIPE, T. A. *Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista*. Brasília: Programa nacional de apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP; 2001.

QUADROS, R. M., KARNOPP, L. B. *Línguas de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**Bibliografia complementar:**

DIAS, V. L. L. *Rompendo a barreira do silêncio: interações de uma aluna surda incluída em classe do ensino fundamental*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

FELLIPPE, T. *Libras em contexto*. MEC/FENEIS, Brasília, 2006.

LACERDA, C. B. F. de. *Surdez, processos educativos e subjetivos*. Editora Lovise, São Paulo, 2000.

SALLES, H. M. M. Lima et al. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica*. 2 v.: Programa nacional de apoio à educação dos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

**Disciplina: LÍNGUA LATINA (80 HORAS)****Ementa:**

Estudo das estruturas básicas do latim e seu funcionamento como fundamento das línguas românicas, máxime o português.

**Bibliografia básica:**

ALMEIDA, N. M. *Gramática latina*. São Paulo, Saraiva, 1981.

CARDOSO, Z. A. *Iniciação ao latim*. São Paulo, Ática, 1989.

GARCIA, J. M. *Introdução à teoria e prática do latim*. Brasília, Editora da UNB, 1993.

**Bibliografia complementar:**

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática latina: curso único e completo*. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

COMBA, P. J. *Programa de Latim: introdução à língua Latina*. 12ª ed. São Paulo: Salesiana, 1997.

FARIA, E. *Dicionário latino-português*, 6ª ed. Rio de Janeiro: Fename, 1985.

FERREIRA, A. G. *Dicionário latim-português*. Lisboa: Porto, 1996.

HARVEY, P. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: grega e latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

**Disciplina: LINGUÍSTICA APLICADA (80 HORAS)****Ementa:**

Contribuições da Linguística Aplicada através do estudo de temas centrados na sala de aula, considerando a interligação entre as práticas efetuadas e os diversos posicionamentos teóricos existentes em torno de cada tema. Diferentes pesquisas aplicadas e seus pressupostos teóricos.

**Temas Transversais:**

1. Relações étnico-raciais e culturais
2. Constituição identitária e pluralidade cultural
3. Relações de poder e práticas sociais de usos da leitura e da escrita



**Bibliografia básica:**

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. A Linguística Aplicada na grande área de linguagem. In: SILVA, K. A. da; ORTIZ ÁLVAREZ, M. L. *Perspectivas de Investigação em Linguística Aplicada*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

ARAÚJO, J. C. et al.. *Linguística Aplicada e Sociedade: ensino e aprendizagem de línguas no contexto brasileiro*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

MOITA LOPES, L. P. da. *Oficina de Linguística Aplicada*. Mercado de Letras, Campinas, 1996.

**Bibliografia complementar:**

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CELANI, M. A. A. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). *Aspectos da linguística aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000.

\_\_\_\_\_. Afinal, o que é linguística aplicada. In: PASCHOAL, M.S.Z.; CELANI, M. A. A. (Orgs.) *Linguística aplicada: da aplicação de linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992. p. 15-23.

LAGARES, X. C; BAGNO, M. (orgs). *Política da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SILVA, T. T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

**Disciplina: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM (80 HORAS)****Ementa:**

Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem na adolescência e na fase adulta, relacionando-os com as diversas concepções de homem e de mundo, identificando a influência das diferentes teorias psicológicas na educação, numa perspectiva histórica. Relação entre situações concretas do cotidiano do adolescente e do adulto com as concepções teóricas de aprendizagem estudadas, considerando os fundamentos psicológicos do desenvolvimento nos aspectos biológico, cognitivo, afetivo e social na adolescência e na fase adulta através das principais teorias da Psicologia do Desenvolvimento.

**Temas transversais:**

1. Educação e direitos humanos.

**Bibliografia básica:**

BIAGGIO, A. M. B. *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOULART, I. B. *Psicologia da Educação: Fundamentos Teóricos e aplicações à Prática Pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MCCOWAN, T. O direito humano à aprendizagem e a aprendizagem dos direitos humanos. *Educar em Revista*, n. 55, p. 25-46. Curitiba: Ed. da UFPR, 2015.

**Bibliografia complementar:**

ERIKSON, E. H. *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, M. G. *Psicologia Educacional: Análise Crítica*. São Paulo, 1987.

GALLANTIN, J. *Adolescência e Individualidade*. São Paulo: Harbra, 1978.  
HURLOCK, E. B. *Desenvolvimento do Adolescente*. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.  
INHELDER, B. e PIAGET, J. *Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente: Ensaio sobre a Construção das Estruturas Operatórias Formais*. São Paulo: Livraria Pioneira Editores, 1976.

### **Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 1 (80 HORAS)**

#### **Ementa:**

Estudo do Renascimento português e suas ligações com o espírito moderno humanista também presente na chamada literatura de informação sobre a terra, no Brasil, assim como do Barroco, do Neoclassicismo e de manifestações pré-românticas, nas literaturas portuguesa e brasileira.

#### **Bibliografia básica:**

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.  
CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. v. 1..  
SARAIVA, A. J.; LOPES, O. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, s/d.

#### **Bibliografia complementar:**

COELHO, J. do P. (s/d). *Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira*. Lisboa: Porto.  
GUIMARÃES, R. *Dicionário da mitologia grega*. São Paulo: Cultrix, 1998.  
MENDES, J. *Literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, volume I., 1979.  
\_\_\_\_\_. *Literatura Portuguesa*. Lisboa: Verbo, volume III, 1979.  
MOISÉS, M. *A literatura portuguesa através de textos*. São Paulo: Cultrix, 1994.

### **Disciplina: PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (80 HORAS)**

#### **Ementa:**

Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica.

#### **Bibliografia básica:**

COSTA, M. V. (org) *O currículo nos limiões do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.  
LUCK, H. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.  
ZABALA, A. *Conhecer o que se aprende, um instrumento de avaliação para cada tipo de conteúdo*. V Seminário Internacional de Educação do Recife. Recife, 2001.

#### **Bibliografia complementar:**

GOVERNO DO BRASIL. *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica*. Resoluções CNE/CEB nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1998; nº 3/98 de 26.06.98; nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1999; nº 3/99 de 03.04.2002.

HERNANDEZ, F. Repensar a função da escola a partir dos projetos de trabalho. In: *Pátio Revista Pedagógica nº 6*. AGO/OUT 1998

HERNANDEZ, F. e VENTURA, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

ROMÃO, J. E. *Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas v2*. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

### **Disciplina: FONOLOGIA DO PORTUGUÊS (80 HORAS)**

#### **Ementa:**

Estudo do sistema fonológico do português: segmentos, supra-segmentos, processos e sílabas. Aspectos relevantes da descrição desse sistema para o ensino do português como língua materna.

#### **Bibliografia básica:**

ABAURRE, M. B. M. Fonologia: a gramática dos sons. *Revista Letras*. Santa Maria, p. 09 - 24., 1993.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Editora do Autor, 1997.

CALLOU, D. & LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

#### **Bibliografia complementar:**

COUTO, H. *Fonologia e fonologia do português*. Brasília: Thesaurus, 1997.

CRYSTAL, D. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LEMLE, M. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1994.

LYONS, J. *Lingua(gem) e Linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

### **Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 2 (80 HORAS)**

#### **Ementa:**

Estudo da produção literária do Romantismo (o romance histórico português, a vertente indianista brasileira, o romance social e de costumes, a poesia intimista e a social, realista), do Realismo (com a inclusão da poesia realista e a do cotidiano, em Portugal), do Naturalismo, do Parnasianismo e do Simbolismo, em Portugal e no Brasil.

#### **Bibliografia básica:**

BALAKIAN, A. *O simbolismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

BOSI, A. (org.) *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (v. 2).

**Bibliografia complementar:**

AUERBACH, E. *Mimeses (A representação da realidade na literatura ocidental)*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

COELHO, J. P. (s/d) *Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira*. Lisboa: Porto.

LIMA, L. C. *Mimesis e modernidade*. RJ: Graal, 2003.

LOBO, L. (org). *Teorias poéticas do Romantismo*. SP: Mercado Aberto, 1987.

MOISÉS, M. *A literatura portuguesa através de textos*. São Paulo: Cultrix, 1994.

**Disciplina: HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (60 HORAS)**

**Ementa:**

Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico, considerando aspectos fonológicos, morfossintáticos e semânticos.

**Bibliografia básica:**

CAMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1973.

**Bibliografia complementar:**

COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. 8.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CUNHA, C. *Sob a pele das palavras*. Organização, introdução e notas Cilene da Cunha Pereira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Academia Brasileira de Letras, 2004.

DIAS, P. *Arte da língua de Angola*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

SPINA, S. (org). *História da língua portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**Disciplina: PROJETO PEDAGÓGICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR (80 HORAS)**

**Ementa:**

A Escola como organização social e educativa. As Instituições escolares em tempos de mudança. O planejamento escolar e o Projeto Político-Pedagógico: pressupostos e operacionalização. Concepções de organização e gestão do trabalho escolar. Elementos constitutivos do sistema de organização e gestão da escola. Princípios e características da gestão escolar participativa. A participação do professor na organização e gestão do trabalho da escola.

**Bibliografia básica:**

- BICUDO, M. A. V. e SILVA JÚNIOR, M. A. *Formação do educador: organização da escola e do trabalho pedagógico*. V.3. São Paulo: ENESP, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.
- VEIGA, I. P. A. e RESENDE, L. M. G. (Orgs) *Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico*. São Paulo: Papyrus, 1998.

**Bibliografia complementar:**

- FURLAN, M. e HARGREAVES, A. *A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- LIMA, L. C. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2001.
- VASCONCELOS, C. S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2001.
- VEIGA, I. P. A. e FONSECA, M. (Orgs) *As dimensões do projeto político-pedagógico*. São Paulo: Papyrus, 2001.
- VIEIRA, S. L. (Org) *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

**Disciplina: MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS (80 HORAS)****Ementa:**

Estudo da morfologia do português: flexão nominal e flexão verbal. Formação das palavras. Aspectos relevantes dessa descrição para o ensino do português como língua materna.

**Bibliografia básica:**

- BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1991
- CÂMARA JR., J. M. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.
- CARONE, F. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986. [ Fundamentos, 12]

**Bibliografia complementar:**

- CAMARA JR, J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes. 1970.
- BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KEHDI, V. *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1999.
- LYONS, John. *Lingua(gem) e Linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 1990.
- MATEUS, M. H. M. *Fonética, fonologia e morfologia do português*. Lisboa: Almedina. 1991.

**Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 3 (60 HORAS)****Ementa:**

Estudo da produção literária dos períodos do Realismo, do Naturalismo e do Parnasianismo, no Brasil e em Portugal (incluindo-se a poesia portuguesa realista e do cotidiano).

**Bibliografia básica:**

ABDALA JUNIOR, B. (Org). *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*. São Paulo: Senac/ São Paulo, 2000.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, A.; CASTELLO, J. A. *Presença da literatura brasileira: do romantismo ao simbolismo*. v. 2. São Paulo; Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1976.

**Bibliografia complementar:**

BERARDINELLI, C. *Estudos de Literatura Portuguesa*. Lisboa: IN/CM, 1985.

CUNHA, A. G. *Índice Analítico de Os Lusíadas*. Rio: INL/MEC, 1966, 3 vols.

DAVID, S. N. *O século de Silvestre da Silva – Estudos queirosianos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

LOURENÇO, E. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MELO e Castro E. M. *Literatura Portuguesa de Invenção*. S. Paulo: Difel, 1984.

**Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1 (PORTUGUÊS) (80 HORAS)****Ementa:**

Desenvolvimento de atividades que levem o licenciando a conhecer a prática escolar do ensino e aprendizagem da língua Portuguesa através de atividades de pesquisa e/ou intervenção nos âmbitos da língua oral, da leitura, da produção textual e da análise linguística, inclusive considerando a incursão desse licenciando nas tecnologias de informação e comunicação no ensino escolarizado.

**Bibliografia básica:**

ANTUNES, I. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. *Pesquisa na escola: o que é e como se faz*. São Paulo, Loyola, 1998.

DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (orgs.) *O livro didático de português: múltiplos*

**Bibliografia complementar:**

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, SEF/MEC, 1998.

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs.) *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

GERALDI, W. (org.) *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

MATENCIO, M. L. M. *Leitura, produção de textos e a escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2004.

**Disciplina: PESQUISA EDUCACIONAL (60 HORAS)****Ementa:**

Pressupostos e características da pesquisa em educação. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de

Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional.

**Bibliografia Básica:**

BICUDO, M. e SPOSITO, V. *Pesquisa qualitativa em educação*. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber*. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SANTOS-FILHO, J. e GAMBOA, S. (Orgs.) *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. SP: Cortez, 1995.

**Bibliografia complementar:**

FAZENDA, I. A. (Org) *Metodologia da pesquisa educacional*. SP: Cortez, 1989.

FAZENDA, I. A. *Novos enfoques da pesquisa educacional*. SP: Cortez, 1992.

FAZENDA, I. C. A. (Org). *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 2009.

GATTI, B. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**Disciplina: SINTAXE DO PORTUGUÊS (80 HORAS)**

**Ementa:**

Estudo da sintaxe do Português: estrutura da sentença e do período. Concordância e regência. Aplicações ao ensino de português.

**Bibliografia básica:**

MIOTO, C. et alli. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2001.

SOUZA e SILVA, M. C. e KOCH, I. G. V. K. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 1993.

**Bibliografia complementar:**

AZEREDO, J. C. de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BERLINCK, R., M. Augusto & A. P. Scher. "Sintaxe". In: Mussalim, F. & A. C. Bentes. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEMLE, M. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática.

NEGRÃO, E. e outros. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: Fiorin, J. Luiz (org.) *Introdução à linguística*. v.2. São Paulo: Contexto, 2003.

RAPOSO, E. *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1994.

**Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 4 (60 HORAS)**

**Ementa:**

Estudo da produção literária do Simbolismo como processo de deflagração e amadurecimento da modernidade e como momento de abertura para a compreensão das tendências do Modernismo e das variadas manifestações da literatura contemporânea, em Portugal, no Brasil e em países africanos de língua portuguesa.

**Temas transversais:**

1. Relações étnico-raciais.
2. Cultura afro-brasileira.

**Bibliografia básica:**

ABDALA JUNIOR, B. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. São Paulo: Ática, 1989.  
CANDIDO, A. ; CASTELLO, J. A. *Presença da literatura brasileira: modernismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.  
OLIVEIRA, V. L. *Poesia, mito e história no modernismo brasileiro*. São Paulo: Editora da UNESP; Blumenau: Furb, 2002.

**Bibliografia complementar:**

BALAKIAN, A. *O simbolismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.  
DUARTE, E. A. *Literatura afro-brasileira - abordagens na sala de aula*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.  
GOMES, A. C. *O poético: magia e iluminação*. São Paulo: Perspectiva. Editora da Universidade de São Paulo, 1989.  
MATTOS, R. A. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.  
MOISÉS, M. *O simbolismo (1893-1902)*. São Paulo: Cultrix, 1973.

**Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2 (80 HORAS)**

**Ementa:**

Desenvolvimento de experiências relativas à prática do ensino/aprendizagem da literatura e de seus modos de interpretação com base em conhecimentos, adquiridos no curso de Letras, das disciplinas Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa.

**Bibliografia básica:**

BLOOM, B. et alii. *Taxionomia de objetivos educacionais: domínio cognitivo*. Porto Alegre: Globo, 1977.  
FREITAS, A. C. ; CASTRO, M. de F. F. (Orgs.) *Língua e literatura: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2003.  
MAIA, A. S.; LIMA, R. S. *Poesia é brincar com palavras: leitura do poema infantil na sala de aula*. Maceió: EdUFAL; Brasília: Inep, 2002.

**Bibliografia complementar:**

CEREJA, W. R. *Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura*. São Paulo: Atual, 2005.  
FRANCHI, E. *E as crianças eram difíceis... a redação na escola*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.  
GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1991.  
LAJOLO, M. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.



LEAHY-DIOS, C. *Educação literária como metáfora social: desvios e rumos*. Niterói: Eduff, 2000.

### **Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3 (80 HORAS)**

#### **Ementa:**

Atividades de observação e planejamento para regência em sala de aula de Educação Básica – anos finais do Ensino Fundamental, exercida sob supervisão docente, como subsídio para o exercício do ensino de língua portuguesa de acordo com o regulamento de estágio do Curso de Letras da Faculdade de Letras/Fale.

#### **Bibliografia Básica:**

ANTUNES, I. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo, Parábola, 2003.  
CHIAPPINI, L (coord.). *Aprender e ensinar com textos*. São Paulo, Cortez, 1997.  
DUTRA, R. *O falante gramático: introdução à prática de estudo e ensino do português*. Campinas-SP, Mercado de Letras, 2003.

#### **Bibliografia complementar:**

BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.  
BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, SEF/MEC, 1998.  
DOLZ, J.; GAGNON, R. & DECÂNDIO, F. *Produção escrita e dificuldades de aprendizagem*. Campinas-SP, Mercado de Letras, 2010.  
MORAIS, A. G. de. *Ortografia: ensinar e aprender*. São Paulo, Ática, 1998.  
RANGEL, E. de O.. *Letramento literário e livro didático de língua portuguesa: “Os amores difíceis”*, In: PAIVA, A. et al. *Literatura e Letramento. Espaços, suportes e interfaces - O jogo do livro*. Belo Horizonte, Ceale/Autêntica/FAE, UFMG, 2003.

### **Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4 (160 HORAS)**

#### **Ementa:**

Atividades de observação e planejamento para regência em sala de aula de Educação Básica - Ensino Médio, exercida sob supervisão docente, como subsídio para o exercício do ensino de língua portuguesa e suas literaturas, de acordo com o regulamento de estágio do Curso de Letras da Faculdade de Letras/Fale.

#### **Bibliografia Básica:**

ANTUNES, I. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo, Parábola Editorial, 2010.  
BRANDÃO, H. N. *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo, Cortez, 2003.  
FIORIN, J. L. *Linguagem e interdisciplinaridade*. São Paulo, ALEA, v.10, n. 1, jan./jun.2008.

#### **Bibliografia complementar:**

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília, MEC/SEMTEC, 2000.  
CEREJA, W. R. *Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura*. São Paulo, Atual, 2005.  
CHIAPPINI, L. (coord.). *Aprender e ensinar com textos*. São Paulo, Cortez, 1997.

FREITAS, A. C. de; CASTRO, M. de F. F. (Orgs.). *Língua e literatura: ensino e pesquisa*. São Paulo, Contexto, 2003.

RUIZ, E. D. *Como corrigir redações na escola: uma proposta textual interativa*. São Paulo, Contexto, 2010.

### **Disciplina: SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

Análise de questões sobre fundamentos de significado e de produção do sentido nas línguas naturais, especialmente na língua portuguesa;

#### **Bibliografia básica:**

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I e II*. Campinas: Pontes, 1988.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

ILARI, R. e GERALDI, J. W. *Introdução à semântica*. São Paulo: Ática, 2001.

#### **Bibliografia complementar:**

CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, E. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

ILARI, R. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2002.

## **23.2 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS ELETIVAS**

### **Disciplina: ANÁLISE DO DISCURSO (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

Estudo sobre a história da Análise do Discurso na França e no Brasil. Definição do objeto e do método da AD. Estudo da relação discurso, sujeito, língua, história e ideologia na produção de sentidos. Categorias teóricas e metodológicas: condições de produção, intradiscurso, interdiscurso, formação discursiva e formação ideológica.

#### **Bibliografia básica:**

AMARAL, V. *O avesso do discurso*. Maceió: EdUFAL, 2007.

FLORENCIO, A. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: EdUFAL, 2009.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

#### **Bibliografia complementar:**

INDURSKY, F. & FERREIRA, C. (org) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

INDURSKY, F. & FERREIRA, M. C. (org) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

## **Disciplina: AQUISIÇÃO DA ESCRITA (60 HORAS)**

### **Ementa:**

Diferentes concepções sobre a aquisição da escrita. A relação entre fala e escrita. A constituição do sujeito pela língua. O normal e o patológico na linguagem. Princípios que norteiam a ortografia do Português e suas particularidades. A interferência da oralidade na aquisição da escrita.

### **Bibliografia básica:**

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MAIA, E. M. *No reino da fala: a linguagem e seus sons*. Ática, 1986.

ZORZI, J. L. *Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

### **Bibliografia complementar:**

JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. S. Paulo: Cultrix, 1969.

LEMOS, C. T. G. *Relatório (Cnpq)*. Campinas: IEL/Unicamp (Mimeo), 1999.

LIER-DE-VITTO, M. F.; ARANTES, L. *Aquisição Patologias e Clínica de Linguagem*, Educ., PUC SP, 2006.

MOREIRA, N. R. & PONTECORVO, C. Chapeuzinho/Cappuccetto: as variações gráficas e a norma ortográfica. In: Ferreiro, E. et al. *Chapeuzinho vermelho aprende a escrever - estudos comparativos psicolinguísticos em três línguas*. São Paulo, Ática, 1996.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2005.

## **Disciplina: AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM (60 HORAS)**

### **Ementa:**

Estudo das relações entre as áreas da Aquisição de Linguagem, da Linguística e da Psicologia ao longo do intervalo de tempo que compreende a criação da disciplina Psicolinguística, em 1954, até os dias de hoje, buscando destacar as concepções de linguagem e de criança subentendidas nas diferentes abordagens que serão adotadas pelas principais teorias empirista, racionalista e sociointeracionista.

### **Bibliografia básica:**

CHOMSKY, N. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

KATO, M. A. *Sintaxe e aquisição na teoria de Princípios e Parâmetros*. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 57-73, 1995.

SCARPA, E. Aquisição de linguagem. In: Mussalin, F e Bentes, Anna C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.2. São Paulo: Cortez, 2001.

**Bibliografia complementar:**

AIMARD, P. *A linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

CORREA, L. M. *Aquisição da Linguagem e Problemas do desenvolvimento linguístico*. PUC-Rio. São Paulo, 2006.

LEMOS, C. T. G. de. Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. In: *Boletim da ABRALIN*, Recife, n. 3, p.97-126, 1982.

LEMOS, M. T. G. de. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em Aquisição de Linguagem*. Campinas, SP: Mercado de Letras; FAPESP: São Paulo, 2002.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

**Disciplina: ARTE, CULTURA E LITERATURA DOS PAÍSES DE LÍNGUA ESPANHOLA (60 HORAS)**

**Ementa:**

A disciplina visa ampliar e consolidar a formação dos estudantes no que se refere à recente produção artística dos países de língua espanhola, através do estudo da produção literária, musical, cinematográfica e pictórica, em suas relações com os contextos sociais, históricos, políticos e culturais.

**Bibliografia básica:**

BONFIL BATALLA, G. *Pensar nuestra cultura*, México: Alianza, 1991.

FERNÁNDEZ MORENO, C. (org) *América Latina en su literatura*. México: Siglo XXI, 2000.

ORTEGA, J. *Las horas y las hordas. Antología del cuento latinoamericano del siglo XXI*. México: Siglo XXI, 1997.

**Bibliografia complementar:**

BARROS, R.; GONZÁLEZ, A.M.; FREIRE, M. *Curso de Literatura. Español lengua extranjera*. Madrid: Edelsa, 2006.

BARQUET, Jesús J. *El grupo Orígenes ante el negrismo*. Revista de cultura, Fortaleza – São Paulo, n. 2 Jun 2005. Disponível em: [www.jornaldepoesia.jor.br](http://www.jornaldepoesia.jor.br)  
Acesso em: 27/02/2016.

BENSA, T. Identidad latinoamericana en la literatura del boom. *Revista de Estudios Iberoamericanos*, nº 2 Jun 2005.

LOTMAN, I. *A estrutura do texto artístico*. Lisboa: Estampa, 1978.

PURO MORALES, A. El amor en la poesía de Octavio Paz. *CAUCE*, nº 5, Centro Virtual Cervantes. Disponível em:  
[http://cvc.cervantes.es/literatura/cauce/pdf/cauce05/cauce\\_05\\_008.pdf](http://cvc.cervantes.es/literatura/cauce/pdf/cauce05/cauce_05_008.pdf)

**Disciplina: ARTE, CULTURA E LITERATURA EM LÍNGUA FRANCESA (60 HORAS)**

**Ementa:**

Reflexão sobre expressões artísticas e culturais dos países de língua francesa. Interpretação de referências culturais em diversas modalidades de textos.

**Bibliografia básica:**

DUROZOI, G. *Le surréalisme: théories, thèmes et techniques*. Paris: Larousse, 1972.  
PLOQUIN, F.; HERMELINE, L. *Outils pour la classe: les textes essentiels*. Paris: Hachette, 2000.  
ZARATE, G. *Enseigner une culture étrangère*. Paris: Hachette, 1986.

**Bibliografia complementar:**

ARMENTIER, L. *Dictionnaire de la théorie et de l'histoire littéraires du XIX e siècle à nous jours*. Paris: Retz, 1986.  
BÉNAC, H. *Guide des idées littéraires*. Paris: Hachette, 1974.  
BINET, A. *Société et culture em France depuis 1945*. Paris: Ellipses (Coll. Qui, que, quoi, quand), 2001.  
BRETON, A. *Manifestes du Surréalisme*. Paris: Gallimard, 1987. BRUNEL, P.; THORAVAL, J. *Les grandes étapes de la civilisation française*. Paris: Bordas, 1967.

**Disciplina: FILOLOGIA ROMÂNICA (60 HORAS)**

**Ementa:**

Visão evolutiva do latim vulgar para as modernas línguas românicas. Estudo histórico-comparativo de alguns aspectos das principais línguas românicas, tendo em vista a compreensão dos mecanismos de funcionamento linguístico.

**Bibliografia básica:**

COUTINHO, I. L. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.  
ELIA, S. *Preparação à Linguística Românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.  
WALTER, H. *A aventura das línguas no Ocidente*. São Paulo: Mandarin, 1997

**Bibliografia complementar:**

BASSETO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2001.  
FARACO, C. A. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1994.  
ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática.  
MELO, G. C. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.  
SILVA NETO, S. *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

**Disciplina: GRAMÁTICA TEXTUAL DO PORTUGUÊS (60 HORAS)**

**Ementa:**

Análise de aspectos textuais-discursivos em textos, falados e escritos, do português. Contribuições dessa análise para o ensino da leitura e da escrita.

**Bibliografia básica:**

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes: 2004.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

KOCH, I. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1995.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

**Bibliografia complementar:**

ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da Língua Portuguesa*. 44ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

COSTA VAL, M. da G. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, C. e CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FAVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística textual: introdução*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

JOLIBERT, J. et al. *Formando crianças produtivas de textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

**Disciplina: GRAMÁTICAS E ENSINO DE LÍNGUAS (60 HORAS)**

**Ementa:**

Estudo das concepções de gramática de acordo com diferentes correntes de pensamento, relacionando-as com o ensino de línguas e sua história.

**Bibliografia básica:**

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.

FARACO; M. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1999.

**Bibliografia complementar:**

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola, 2006.

GERMAIN, C.; SÉGUIN, H. *Le point sur la grammaire*. Paris: Clé International, 1998.

NICOLA, J.; INFANTE, U. *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1999.

ZOZZOLI, R. M. D. *O processo de constituição de uma gramática do aluno leitor e produtor: a busca de autonomia*. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, n. 33, p. 7- 21. 1999.

ZOZZOLI, R. M. D. Atividades de reflexão gramatical na sala de aula e autonomia relativa do sujeito. In: LEFFA, Vilson J. (Org.) *A interação na aprendizagem das línguas*. Pelotas: EDUCAT, 2003.

**Disciplina: INTRODUÇÃO À DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA (60 HORAS)**

**Ementa:**

Visão geral dos métodos de investigação científica da linguagem, a partir das perspectivas mais gerais de descrição e de explicação dos fenômenos da linguagem, considerando aspectos como: as áreas da linguística, os níveis de análise, os métodos de coleta e tratamento de dados, as categorias de análise.

Discussão e problematização de fatos relativos às teorias linguísticas. Análise linguística de dados.

**Bibliografia básica:**

FIORIN, J. L. (Org) *Introdução à linguística I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

FIORIN, J. L. (Org) *Introdução à linguística II. Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. *Introdução à linguística 1. Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2000.

**Bibliografia complementar:**

FROMKIN, V. e RODMAN, R. *An introduction to language*. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1993.

MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. *Introdução à linguística 1. Fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

SAUSSURRE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

WILSON, V., MARTELOTTA, M. E. e CEZARIO, M. M. (orgs). *Linguística: fundamentos*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006.

**Disciplina: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CLÁSSICOS (60 HORAS)**

**Ementa:**

Fornecer um repertório de textos representativos da Antiguidade Clássica de forma a propiciar aos alunos matéria de reflexão sobre questões literárias e linguísticas.

**Bibliografia básica:**

BRANDÃO, J. S. *Mitologia grega*. Editor: Vozes. Petrópolis/RJ, 1992/3.

PEREIRA, M. H. R. *Estudos de História da Cultura Clássica*, I Vol., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

ROSENFELD, K. H. *Sófocles e Antígona*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

**Bibliografia complementar:**

ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

ARISTÓFANES. *As vespas. As aves. As rãs*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HOMERO. *Ilíada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

JAEGER, W. W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LESKY, A. *Historia de la Literatura Griega*. Madrid: Gredos, 1985.

**Disciplina: INTRODUÇÃO ÀS LÍNGUAS INDÍGENAS (60 HORAS)**

**Ementa:**

Estudo das línguas indígenas no Brasil, considerando aspectos sócio-culturais e linguísticos.

**Tema transversal:**

## 1. Cultura indígena.

### **Bibliografia básica:**

CUNHA, M. C. (Org) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil: Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

### **Bibliografia complementar:**

ARAÚJO, A. V. et al. *Povos indígenas e a Lei dos "Branços": o direito à diferença*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada: LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação, *Referencial nacional para as escolas indígenas*. 2. ed. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2005.

COELHO, Elizabete Maria Bezerra (Org.). *Estado multicultural e políticas indigenistas*. São Luis-MA: EDUFMA, CNPq, 2008.

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília; Editora da UnB, 1987.

SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B. (Org) *A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC / MARI / UNESCO, 1995.

## **Disciplina: LINGUÍSTICA APLICADA: PRÁTICAS INTERATIVAS DO DISCURSO (60 HORAS)**

### **Ementa:**

Conceituação e espaços de atuação da Linguística Aplicada, tomando por base os pressupostos teóricos e metodológicos de pesquisas aplicadas sobre a linguagem de áreas das Ciências Sociais e Humanas, como a Sociologia, a Antropologia e a Educação, que tem características diferenciadas, mas que fazem interface nas reflexões teórico-metodológico sobre o sujeito e sua linguagem. Especial ênfase é dada aos aspectos interacionais do discurso à luz de teorias linguísticas contemporâneas, sob a influência da vertente de Análise do discurso anglo-saxônica.

### **Bibliografia básica:**

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 1993.

CAVALCANTI, M. C. SIGNORINI, I. (orgs) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 1998.

LEFFA, V. (org.) *A interação na aprendizagem das línguas*. Pelotas, RS: EDUCAT, 2003.

### **Bibliografia complementar:**

CELANI, M. A. A. Afinal, o que é linguística aplicada? In: PASCHOAL e CELANI. *Linguística Aplicada: da aplicação à linguística transdisciplinar*. São Paulo: Educ, 1992.



COX, M. I. P. e ASSIS-PETERSON, A. A. *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

KRAMSCH, C. *Context and culture in language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

TAVARES, R. R. O discurso interacional em sala de aula de línguas. In: *Revista Leitura*, n. 28 e 29, Maceió: UFAL, 2004.

TAVARES, R. R. *Conceitos de cultura no ensino/aprendizagem de línguas*. Trabalho apresentado no 14 INPLA, PUS-SP, 2004.

### **Disciplina: LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA (ANGOLA E CABO VERDE) (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

Estudo de textos (em verso e em prosa) das literaturas angolana e cabo-verdiana, com base nos conceitos de angolanidade e cabo-verdianidade.

#### **Tema transversal:**

1. História e cultura afro-brasileira.

#### **Bibliografia básica:**

ABDALA JUNIOR, B. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, M. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Cultura; Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTILI, M. A. *Africanidades*. São Paulo: Ática, 1985.

#### **Bibliografia complementar:**

APA L. et al. *Poesia africana de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2003.

CHAVES, R. *Angola e Moçambique - experiência colonial e territórios literários*. Cotia: Ateliê, 2005.

CHAVES, R., CAVACAS, F., MACÊDO, T. (Org). *Mia Couto: o desejo de contar e de inventar*. Maputo: Nzila, 2010.

CHAVES, R., MACÊDO, T. C. de, SECCO, C. T. (Org). *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. 02. ed. São Paulo/ Luanda: UNESP/ Chá de Caxinde, 2006.

CHAVES, R., VIEIRA, J. L., COUTO, M. (Org). *Contos africanos de língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 2009.

### **Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA E OUTRAS LINGUAGENS (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

Reflexão crítica sobre textos literários em língua portuguesa e suas relações com outras manifestações artísticas e áreas de conhecimento, como a música, o cinema, as artes plásticas, a história, a filosofia.

#### **Bibliografia básica:**

CAMPOS, A. *Despoesia*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

MENEZES, P. *Poética e visualidade: uma trajetória da poesia brasileira contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.  
RISÉRIO, A. *Ensaio sobre o texto poético em contexto digital*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Copene, 1998.

**Bibliografia complementar:**

CAMPOS, H. Texto e história. In: CAMPOS, H. *A operação do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1976.  
MARQUES, J. A. ; MELO E CASTRO. E. M. *Antologia de poesia concreta em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1973.  
MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. SP: Cultrix, 1974.  
SARAIVA, A. J. *Iniciação à Literatura Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.  
SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto ed., s/d.

**Disciplina: LITERATURA DRAMÁTICA (60 HORAS)**

**Ementa:**

Estudo dos gêneros literários e das relações entre literatura e dramaturgia com base na leitura e análise de textos: a tragédia grega clássica (Ésquilo, Sófocles e Eurípidés) e a comédia de Aristófanes.

**Bibliografia básica:**

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, 1993.  
BRANDÃO, J. S. *Teatro grego: origem e evolução*. São Paulo: Ars Poética, 1992.  
NUÑEZ, C. F. P. et al. *O teatro através da história: o teatro ocidental*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

**Bibliografia complementar:**

ADLER, S. *Técnica da Representação Teatral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.  
BERTHOLD, M. *História Mundial do Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.  
COELHO, B. *Contar Histórias: Uma Arte sem Idades*. São Paulo: Ática, 1999. IOSHI, O. O ator Invisível. São Paulo: Via Lettera, 2007.  
STANISLAVSKI, C. *A Construção do Personagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.  
STANISLAVSKI, C. *A Preparação do Ator*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

**Disciplina: LITERATURA E PENSAMENTO CRÍTICO NA AMÉRICA LATINA (60 HORAS)**

**Ementa:**

Estudo da tradição de pensamento crítico latino-americano a partir de sua ensaística e de sua produção literária.

**Bibliografia básica:**

FERNÁNDEZ MORENO, C. (org) *América Latina en su literatura*. México: Siglo XXI, 2000.

RESENDE, B. (org.) *A literatura latino-americana do século XXI*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

SCHWARTZ, J. *Vanguardas latino-americanas. Polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Iluminuras/Fapesp: 1995.

#### **Bibliografia complementar:**

ARANTES, P. *Sentimento da dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BARBOSA, J.A. *A Metáfora Crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CEVASCO, M. E. e OHATA, M. (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: companhia das Letras, 2007.

GLEDSON, J. Roberto Schwarz: Um mestre na periferia do capitalismo – um guia para leitores anglófonos. In: *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. (5ª ed., revista. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2000.). Em inglês: *Misplaced Ideas: Essays on Brazilian Culture*. Ed. and with an introduction by John Gledson. London: Verso, 1992.

### **Disciplina: LITERATURA E SOCIEDADE (60 HORAS)**

#### **Ementa:**

Estudo da literatura como processo de construção textual em que elementos externos (sociais, psicológicos, históricos) são compreendidos e apreciados esteticamente através da análise de elementos da estrutura do texto literário, com base em uma reflexão sobre o método de abordagem.

#### **Bibliografia básica:**

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LAFETÁ, J. L. Estética e ideologia: o modernismo em 30. In: \_\_\_\_\_. *A dimensão da noite e outros ensaios*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [196-]

#### **Bibliografia complementar:**

BOURDIEU, P. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.

CANDIDO, A. "Literatura e subdesenvolvimento" e "Literatura de dois gumes". In: Candido, Antonio. *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. São Paulo, Ática, 1987.

FREDERICO, C. "A Sociologia da Literatura de Lucien Goldmann". In: *Estudos Avançados*. Vol.19 no.54 São Paulo Aug. 2005.

SCHWARZ, R. Pressupostos, salvo engano, de "Dialética da malandragem". In: \_\_\_\_\_. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ZÉRAFFA, M. *Romance e Sociedade*. Lisboa, Estúdios COR, 1974.

## **Disciplina: LITERATURA INFANTO-JUVENIL (60 HORAS)**

### **Ementa:**

Análise crítica de textos infanto-juvenis de variadas literaturas ocidentais, em verso e em prosa, desde o momento da formação da sociedade burguesa europeia, no século XVIII, e seus vínculos com a dimensão ético-pedagógica da época, até a contemporaneidade, com a redefinição estética desse campo literário.

### **Bibliografia básica:**

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A. 1981.

LAJOLO, M. *Do mundo da leitura à leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.

ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. (Orgs) *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988.

### **Bibliografia complementar:**

BUSATTO, C. *A arte de contar histórias no Século XXI: tradição e ciberespaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COELHO, N. N. *Literatura infantil-teoria, análise, didática*. São Paulo, Ática, 1997 6ª 108d.

COELHO, N. N. *Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil*. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, M. A. A. *Literatura Infantil: teoria e prática*. São Paulo: Ática, 1990 4ª 108d.

LAJOLO, M & ZILBERMANN, R. *Literatura infantil brasileira: histórias & histórias*. São Paulo: Ática, 1987.

## **Disciplina: MITOLOGIA GRECO-ROMANA (60 HORAS)**

### **Ementa:**

Fornecer um repertório de textos representativos da Antiguidade Clássica de forma a propiciar aos alunos matéria de reflexão sobre questões literárias e linguísticas.

### **Bibliografia básica:**

BRANDÃO, J. S. *Mitologia Grega*. Volume I, Petrópolis, Vozes, 1996.

BRANDÃO, J. S. *Mitologia Grega*. Volume II, Petrópolis, Vozes, 1996.

BRANDÃO, J. S. *Mitologia Grega*. Volume III, Petrópolis, Vozes, 1995.

### **Bibliografia complementar:**

CAMPBELL, J. *O poder do Mito com Bill Moyers*. Org. por Betty Sue Flowers, São Paulo: Associação Palas Athena, 1996.

ELIADE, M. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

KERÉNYI, K. *Os Heróis gregos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

PEREIRA, M. H. R. *Estudos de História da Cultura Clássica*, I Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

SCHWAB, G. *As mais belas histórias da antiguidade clássica. Os mitos da Grécia e de Roma*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

## **Disciplina: SOCIOLINGUÍSTICA (60 HORAS)**

**Ementa:**

História, conceitos, princípios, métodos e aplicações da Sociolinguística.

**Tema transversal:**

1. Relações étnico-raciais

**Bibliografia básica:**

CALVET, L-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

FONSECA, M. S. V. & NEVES, M. F. (org.) *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

TRUDGILL, P. *Sociolinguistics: an introduction*. Great Britain: Penguin Books, 1974.

**Bibliografia complementar:**

FISHMAN, J. A. *The sociology of language: an interdisciplinary social science approach to language in society*. Rowley, Massachusetts: Newbury House Publishers, 1972.

LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

PEREIRA, M. C. A escola em contexto sociolinguisticamente complexo e o apagamento das minorias étnico-linguísticas na perspectiva do letramento. *Olhar de professor*, 5 (1): 47-56, 2002.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

**Disciplina: TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO (60 HORAS)****Ementa:**

As TIC e a Educação. A instrumentação pedagógica do processo de ensino e aprendizagem por meio das TIC. Utilização das TIC na educação considerando duas dimensões intrínsecas: a teórica, por meio do estudo das principais teorias e conceitos, das mudanças sociais e educacionais, das concepções pedagógicas, da competência docente e da relação professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem; e a prática por meio do desenvolvimento de conhecimentos para a elaboração de atividades de uso das TIC como recurso didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. Atividades de Prática como Componente Curricular.

**Bibliografia Básica:**

JOSSO, M. C. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Org.) *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

SILVA, M. *Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa*. São Paulo: Loyola, 2003.

**Bibliografia complementar:**

SILVA, M. ; PESCE, L. ; ZUIN, A. (Org.) *Educação online: cenário, formação e questões didático-metodológicas*. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

SILVA, M. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.  
VALENTE, J. A. Educação ou aprendizagem ao longo da vida. *Pátio Revista Pedagógica*. Editora Artes Médicas Sul, Ano VIII, Nº 31, Agosto/Outubro 2004, pág. 12-15, 2004.

VALENTE, J. A. Educação em uma comunidade saudável: criando oportunidades de aprendizagem para a vida. Em J.P.S. Martins & H.A. Rangel (org) *Campinas no rumo das comunidades saudáveis* (pp. (209-218). Campinas, SP: IPÊS Editorial, 2004.

VALENTE, J. A. O papel do computador no processo ensino-aprendizagem. *Boletim o Salto para o Futuro*. TV escola. Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED. Ministério da Educação, 2003. Disponível em [www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ppm/tetxt3.htm](http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ppm/tetxt3.htm).

## 24. VIABILIZAÇÃO DO CURSO

- Dos polos: Local no qual o estudante terá acesso local a biblioteca, laboratório de informática (por exemplo, para acessar os módulos de Curso disponíveis na internet), ter atendimento de tutores, assistir às aulas, realizar práticas de laboratórios, dentre outros. Em síntese, os polos são os “braços operacionais” da instituição de ensino superior na cidade do estudante ou mais próxima dele.

- De recursos materiais: Para garantir o desenvolvimento do Curso, através de rede, o polo garante a instalação e implementação de um núcleo tecnológico que possibilite a ligação EaD- Letras/Polo Regional.

- De recursos físicos: Para desenvolver o Curso a Distância, o Curso de Letras/Língua Portuguesa precisa contar, minimamente, com o seguinte espaço físico: 1 sala para a coordenação geral e secretaria; 1 sala para instalação do Núcleo Tecnológico; 1 sala para a tutoria e reunião dos professores do Curso.

- De recursos financeiros: Os recursos financeiros para sustentação do Curso de Letras na modalidade a distância serão assumidos pela UAB e municípios participantes dos polos.

Dos recursos provenientes da UAB estão previstas as seguintes despesas:

- Pagamento de bolsa para os professores responsáveis pelo desenvolvimento do curso;
- Pagamento de diárias e passagens para deslocamento aos polos regionais;
- Pagamento das despesas relativas à formação dos tutores em curso de EaD;
- Pagamento dos custos de impressão de material didático;
- Pagamento de bolsas para professores, alunos e técnicos da UFAL que participarem do projeto;
- Pagamento de professores, técnicos e/ou profissionais externos à UFAL que participarem do projeto;
- Compra de livros, softwares para o curso e material de expediente.
- Pagamento de tutores.

## 25. REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2001.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury*. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, SEF/MEC, 1998.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.
- BRZEZINSKI, Iria (Org.) *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CALVET, Louis-Jean. *Las políticas lingüísticas*. Buenos Aires: Edicial, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CAVALCANTI, M. & MOITA LOPES, L. P. *Implementação da pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro*. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, n. 17, 1991.
- FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. *Educação a Distância: o estado da arte*. Pearson Education do Brasil: São Paulo, 2009.
- FREITAS, Alice Cunha de; CASTRO, Maria de Fátima F. (Orgs.). *Língua e literatura: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997. pp 33-41.

- GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino. Exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- GREGORY, Michael; CARROLL, Susanne. *Language and situation: language and society*. London, UK: Western Printing Services Ltd, 1978.
- IBGE. Banco de Dados Agregados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2012.
- HAGÈGE, Claude. *Halte à la mort des langues*. Paris: Ed. Odile Jacob, 2001
- KRAMSCH, Claire. *Context and Culture in Language Teaching*. Oxford: OUP, 2000.
- LAZAR, Gillian. *Literature and Language Teaching*. Cambridge. CUP, 1993
- LICERAS, J.M., *La adquisición de las lenguas extranjeras*. Madrid, Visor, 1992, pp. 143-152.
- LYONS, John. *Linguística. Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- MARTIN, Robert. *Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, São Paulo: Parábola, 2003. p. 161-180.
- MARTÍNEZ-CACHERO, Álvaro. *La enseñanza del español en el sistema educativo brasileño/ O ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro*. Ed. bilingue. Col. Orellana, n.19, Brasília: Thesaurus, 2008.
- MASON, R.; KAYE, A: R. (1989(Eds) - *Mindweave: communication, computers and distance education*, Oxford, Pergamon Press.
- MEC. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br/seb](http://www.portal.mec.gov.br/seb).
- Núñez, Carlinda Pate et alii. *O Teatro Através da História*, vol.1: O teatro ocidental. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, Entourage Produções Artísticas, 1994.
- PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- REATTO, Diogo & BISSACO, Cristiane Magalhães. *O ensino do espanhol como língua estrangeira: uma discussão sócio-política e educacional*. Revista LETRA MAGNA, número 7, segundo semestre de 2007. Disponível em: <http://www.letramagna.com/espanholensinolei.pdf>
- RIVENC, Paul. *Pour aider à communiquer dans une langue étrangère*. Paris: Didier Éruditions, et Centre International de Phonétique appliquée, 2001.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- SILVA, Aracy Lopes & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org). *A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC / MARI / UNESCO, 1995.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- TRUDGILL, Peter. *Sociolinguistics: an introduction*. Great Britain: Penguin Books, 1974.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Faculdade de Letras. *Projeto Político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Português*. Maceió, AL, 2007.
- VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (Orgs.) *As dimensões do projeto político-pedagógico*. São Paulo: Papyrus, 2001.



## ANEXOS

### ANEXO I - CORPO DOCENTE FALE E QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

#### CORPO DOCENTE FALE

<b>Professores efetivos</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime trabalho</b>
Adna de Almeida Lopes	Doutora	DE
Adriana Lopes Lisboa Tibana	Mestre	DE
Alan Jardel de Oliveira	Doutor	DE
Aldir Santos de Paula	Doutor	DE
Aline Vieira Bezerra Higino de Oliveira	Mestre	DE
Ana Cecília Acioli Lima	Doutora	DE
Ana Lúcia Guerra Milito	Mestre	DE
Ana Margarita Barandela Garcia	Mestre	DE
Andrea Silva Pereira	Doutor	DE
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz	Mestre	40 h
Daniel Paes de Albuquerque	Especialista	DE
Eliana Kefalás Oliveria	Doutora	DE
Eliane Barbosa da Silva	Doutora	DE
Emanoelly Caldas de Oliveira	Especialista	DE
Fabiana Pincho de Oliveira	Doutora	DE
Fábio Rodrigues dos Santos	Especialista	DE
Fernando Otávio Fiúza Moreira	Doutor	DE
Flávia Colen Meniconi	Doutora	DE

Francisco Jadir Lima Pereira	Especialista	DE
Gláucia Vieira Machado	Doutora	DE
Helson Flávio da Silva Sobrinho	Doutor	DE
Humberto Meira de Araújo Neto	Especialista	DE
Ildney de Fátima Souza Cavalcanti	Doutora	DE
Irene Maria Dietschi	Doutora	DE
Izabel de Fátima Oliveira Brandão	Doutora	DE
Jacqueline Elizabeth Vásquez Araújo	Mestre	DE
Jair Barboza da Silva	Doutor	DE
Jair Gomes Farias	Doutor	DE
José Niraldo de Farias	Doutor	DE
Jozeph Fernando Soares Queiroz	Mestre	DE
Kristianny Brandão Barbosa de Azambuja	Mestre	DE
Lígia dos Santos Ferreira	Doutora	DE
Lúcia de Fátima Santos	Doutora	DE
Luiz Fernando Gomes	Doutor	DE
Marcio Alexandre Cruz	Doutor	DE
Marcos Grutzmacher	Especialista	DE
Marcus Vinícius Matias	Mestre	DE
Maria Gabriela Cardoso Fernandes Costa	Doutora	DE
Maria Stela Torres Barros Lameiras	Doutora	DE
Miguel José Alves de Oliveira Júnior	Doutor	DE
Nágib José Mendes dos Santos	Mestre	DE
Núbia Rabelo Bakker Faria	Doutora	DE
Paulo José da Silva Valença	Doutor	DE
Paulo Leôncio da Silva	Doutor	DE

Paulo Rogério Stella	Doutor	DE
Raquel D'Elboux Couto Nunes	Mestre	DE
Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima	Doutora	DE
Rita Maria Diniz Zozzoli	Doutor	DE
Roberto Sarmiento Lima	Doutor	DE
Rosária Cristina Costa Ribeiro	Doutora	DE
Roseanne Rocha Tavares	Doutora	DE
Sérgio Ifa	Doutor	DE
Simone Makiyama	Mestre	DE
Sônia Cristina Simões Felipeto	Doutora	DE
Susana Souto Silva	Doutora	DE
Telma Moreira Vianna Magalhães	Doutora	DE
Yann Jean Christophe Hamonic	Mestre	DE

#### QUADRO TECNICO-ADMINISTRATIVO

<b>Nome do técnico</b>	<b>Cargo</b>	<b>Categoria</b>
Ana Lucia Cardoso de Barros	Assistente em administração	Técnico administrativo
Carlos Alberto Matias de Oliveira	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Edmilson Canel Machado Junior	Programador visual	Técnico administrativo
Gilson Miquelino Ferreira	Técnico de laboratório	Técnico administrativo
Iole Costa Terso	Bibliotecário-documentalista	Técnico administrativo
Janaína da Rocha Ribeiro	Técnico de audiovisual	Técnico administrativo
Jean Bernardo da Silva Vieira	Revisor de textos braille	Técnico administrativo
Jeanine Waleria Oliveira Braga	Assistente em administração	Técnico administrativo
Johnny Lucas Calheiros	Assistente em administração	Técnico administrativo
Jorge Henrique Silvestre Barbosa	Assistente em administração	Técnico administrativo

Judson Leão de Mello	Assistente em administração	Técnico administrativo
Juliana Vanessa dos Santos Silva	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Laudicea Candido de Oliveira	Assistente em administração	Técnico administrativo
Marcos Paulo Jose de Melo Silva	Técnico de tecnologia da informação	Técnico administrativo
Maria Ines Bassi Peil	Assistente em administração	Técnico administrativo
Maria Valeria Marinho Maia	Assistente em administração	Técnico administrativo
Maykew Douglas Assis de Gusmão	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Meire Santos Pereira	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Paulo Jorge Ferreira Medeiros	Auxiliar em administração	Técnico administrativo
Pollyanna Lino de Araujo	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Rivanilda Lopes de Araujo	Assistente em administração	Técnico administrativo
Rosana Taciana Portela Nicacio dos Santos	Técnico em assuntos educacionais	Técnico administrativo
Simone Dornelles Schulze	Secretário executivo	Técnico administrativo
Sonia da Silva	Porteiro	
Thiago Bruno de Souza Santos	Tradutor intérprete de linguagem de sinais	Técnico administrativo
Wesslen Nicácio de Mendonça Melânia	Assistente em administração	Técnico administrativo

# LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

## ANEXO II

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

#### I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

#### II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

Silke Weber DCNeds

## DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

### Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de **currículo**, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se **currículo** como *todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso*. Essa definição introduz o conceito de **atividade acadêmica curricular** – *aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador*, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder

não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

### *Diretrizes Curriculares*

#### *1. Perfil dos Formandos*

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades lingüísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários.

#### *2. Competências e Habilidades*

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e

comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

### 3. *Conteúdos Curriculares*

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos **Estudos Linguísticos e Literários**, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

### 4. *Estruturação do Curso*

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

### 5. *Avaliação*

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

Parâcer CES 492/2001

31



## ANEXO III

### CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

#### RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.<sup>(\*)</sup>

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO  
Presidente da Câmara de Educação Superior

---

<sup>(\*)</sup> CNE. Resolução CNE/CES 18/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

## ANEXO IV

### CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO

#### RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.<sup>(\*)</sup>

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “F”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET  
Presidente do Conselho Nacional de Educação

<sup>(\*)</sup> CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

## ANEXO V

22/08/2016

Decreto nº 5626



### Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

**DECRETA:**

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

#### CAPÍTULO II

##### DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

#### CAPÍTULO III

##### DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilingüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilingüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- III - professor ouvinte bilingüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

#### CAPÍTULO IV

#### DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O

#### ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

a) o ensino e uso da Libras;

b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e

c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

a) professor de Libras ou instrutor de Libras;

b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;

c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e

d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilingüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

## CAPÍTULO V

### DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em

tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguístas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

## CAPÍTULO VI

### DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilingüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilingües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilingües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilingüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

## CAPÍTULO VII

## DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU

## COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

## CAPÍTULO VIII

## DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de



atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

#### CAPÍTULO IX

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184<sup>º</sup> da Independência e 117<sup>º</sup> da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005**

## ANEXO VI



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE LETRAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS  
COMISSÃO DE PROJETOS INTEGRADORES

### GUIA DE REALIZAÇÃO DOS PROJETOS INTEGRADORES

DISCIPLINA: PROJETOS INTEGRADORES

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS POR SEMESTRE

EMENTA: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

PROPOSTA: Integrar as diferentes áreas de conhecimento dos cursos de Letras (e áreas afins, quando necessário).

REALIZAÇÃO: A proposta da disciplina será realizada através de elaboração de projetos que deverão integrar duas ou mais disciplinas do semestre ao qual o projeto se refere.

EXECUÇÃO:

1. Cada turma de Projetos Integradores tem um/a coordenador/a geral, que é responsável pelos aspectos formais (receber dos professores as inscrições de temas e de alunos inscritos para o seu projeto, repassar essas inscrições à Coordenação

de Letras, supervisionar, convocar reuniões, organizar e divulgar atividades vinculadas aos PIs).

2. Todos os professores (inclusive substitutos) podem propor um tema para o desenvolvimento de um projeto no semestre em curso. O tema do projeto pode estar vinculado ao tema geral proposto pela comissão de PIs ou pode ser escolhido pelo professor que se propuser a orientar um determinado grupo de alunos.

3. Para que haja a integração desejada entre as disciplinas, é necessário que todos os professores disponham-se a colaborar com qualquer projeto quando a sua competência se fizer necessária para o desenvolvimento do projeto em questão.

4. O professor propõe o tema aos alunos e inscreve o seu grupo de trabalho. Essa inscrição será feita em duas vias, que são entregues ao coordenador de PIs. Uma das vias é encaminhada para ser arquivada na coordenação dos cursos de Letras.

5. O número de alunos por equipe para um projeto é de, no mínimo, 5 e, no máximo, 10 alunos.

6. A nota final do PIs resulta da avaliação de:

- a) um trabalho escrito individualmente;
- b) uma apresentação em forma de comunicação oral, entre 15 a 20 minutos, (acatam-se outras formas de apresentação, desde que sejam julgadas adequadas pela comissão) na semana de avaliação de projetos;
- c) frequência do aluno às apresentações dos trabalhos na semana. (Dado que as apresentações dos trabalhos visam a estimular o debate entre estudantes e professores, espera-se que a presença dos estudantes não se restrinja a sua própria apresentação.)

7. A avaliação é feita da seguinte forma:

- a) a nota do trabalho escrito é atribuída pelo professor orientador.
- b) a nota da apresentação dos trabalhos é atribuída pela comissão examinadora
- c) a nota da frequência do aluno é atribuída pela presença a todas as apresentações de PIs do seu respectivo turno.

O resultado final é a média ponderada das notas do professor orientador (peso:4); da média aritmética das notas dos professores da comissão examinadora (peso:4); e a frequência do aluno durante as apresentações dos trabalhos (peso 2):

$$\underline{NA = \frac{NPO \times 4 + NCE \times 4 + NFA \times 2}{10}}$$

10

NPO – nota do professor orientador

NCE – nota da comissão examinadora

NFA – nota da frequência do aluno (100%)

8. A comissão examinadora é definida após a inscrição dos projetos.

9. Os casos omissos são analisados pela Comissão dos PIs.

## ANEXO VII

**Universidade Federal de Alagoas  
Faculdade de Letras - Fale**



### **RESOLUÇÃO Nº 2/2009 FACULDADE DE LETRAS**

Aprovada em Sessão Plenária  
realizada em setembro de 2009.

#### **RESOLUÇÃO Nº 2/2009 – FALE, de 17 de setembro de 2009.**

ESTABELECE NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LETRAS – FALE.

**O CONSELHO DA FACULDADE DE LETRAS**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno, **CONSIDERANDO** as indicações de reformulação feitas pela Comissão de Reestruturação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na Plenária Ordinária mensal ocorrida em 17 de setembro de 2009,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** – Os TCCs serão coordenados por um/a professor/a do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), nomeado/a pelo/a Diretor/a da Faculdade, através de Portaria, por um período de um ano letivo, podendo ser reconduzido/a.

**Parágrafo único.** atribuições do coordenador. Dentre as atribuições do/a coordenador/a do TCC, estão: julgar se há compatibilidade entre a área de experiência/especialização do orientador e o tema do TCC, podendo rejeitar uma carta de aceite; receber a monografia do TCC; encaminhar a documentação após entrega da versão final; receber a carta de aceitação; e solicitar um/a orientador/a para o/a aluno/a que ainda não o/a tenha.

**Art. 2º** – O TCC de Letras consistirá em uma pesquisa de caráter monográfico, apresentada em forma de artigo ou ensaio.

**Art. 3º** – O objetivo geral do TCC é propiciar aos/às alunos/as do Curso de Letras a oportunidade de elaborar um trabalho acadêmico-científico relacionado aos estudos linguísticos e literários, constantes do desenho curricular de Letras, e elaborado segundo as normas técnicas de produção de trabalhos científicos.

**Art. 4º** – A pesquisa do TCC deverá ser desenvolvida individualmente.

**Art. 5º** – O/A aluno/a deverá solicitar orientação a um/a professor/a, que lhe dará uma carta de aceitação.

**§1º** – A carta de aceitação, que terá validade de dois períodos letivos, deverá ser encaminhada ao/à Coordenador/a do TCC, acompanhada da proposta de trabalho.

**§2º** – A carta de aceitação deverá ser encaminhada a partir do 5º período até o final do 6º período letivo.

**§3º** – O/A aluno/a que estiver sem orientador/a deverá encaminhar ao/à Coordenador/a do TCC uma solicitação de orientação, no 5º semestre do Curso, acompanhada da proposta do TCC, para as devidas providências.

**Art. 6º** – O TCC poderá ser desenvolvido sob a orientação de professores/as tanto de Letras quanto de outros cursos da Ufal, desde que aqueles/as estejam cadastrados junto à Coordenação de Letras e tenham produção e/ou experiência vinculada à área de estudos do trabalho.

**Parágrafo único.** O/A orientando/a, de comum acordo com seu orientador/a, pode solicitar a colaboração de um/a coorientador/a.

**Art. 7º** – Orientador/a e orientando/a poderão desfazer o vínculo autorizado pela Coordenação de Graduação, mediante justificativa.

**Art. 8º** – Compete ao/à orientador/a:

- a) acompanhar sistematicamente o trabalho dos/as orientandos/as; e
- b) entregar ao/à Coordenador/a do TCC a ficha de acompanhamento semestral do/a orientando/a, ao final de cada semestre letivo.

**Art. 9º** – Compete ao/à orientando/a:

- a) participar das reuniões e sessões de estudo convocadas pelo/a orientador/a;
- b) cumprir os prazos fixados para a entrega de atividades; e
- c) apresentar o TCC de conformidade com o Artigo 12 e subsequentes.

**Art. 10** – Os critérios de avaliação do TCC serão os seguintes:

- a) relevância do tema;
- b) adequação da fundamentação teórico-metodológica ao tema;
- c) equilíbrio e inter-relação na divisão das partes do trabalho;
- d) utilização da linguagem acadêmica na redação; e
- e) atendimento aos padrões e às normas técnicas de produção de trabalhos científicos.

**Art. 11** – A formatação do TCC deve apresentar os seguintes requisitos:

- a) a digitação deve ser em espaço 1,5; o papel, em formato A-4; a fonte 12; e o tipo de letra é o *Times New Roman*;
- b) as margens inferior e direita devem ter 2,5cm cada;
- c) as margens superior e esquerda devem ter 3cm;
- d) a encadernação encaminhada para a banca deverá ser em forma impressa simples, sem exigência de brochura;
- e) o TCC deve ter, no mínimo, 15 e, no máximo, 50 páginas, da introdução à conclusão.

**Parágrafo único.** A capa da versão definitiva do TCC deverá seguir o modelo padrão da Fale.

**Art. 12** – A monografia deverá ser entregue ao/à Coordenador/a do TCC no prazo máximo de sessenta dias antes do término do 8º período, em 3 exemplares, para ser encaminhados aos membros da banca examinadora.

**§1º** – O/A orientador/a comunicará à Coordenação do Curso de Letras a composição da banca examinadora.

**§2º** – O/A aluno/a que descumprir o disposto no *caput* do Art. 12 só poderá reapresentar o TCC trinta dias antes do prazo estabelecido pelo cronograma da Reitoria para colocações de grau fora do prazo.

**§3º** – O/A aluno/a que descumprir os prazos terá de efetuar rematrícula para o TCC.

**Art. 13** – O TCC será avaliado por uma banca examinadora, presidida pelo/a orientador/a da monografia e por mais dois/duas docentes.

**Parágrafo único.** O/A orientador/a deve indicar um/a suplente que fica encarregado/a de substituir qualquer um/a dos/as titulares em caso de impedimento de um/a deles/as.

**Art. 14** – Os/a integrantes da banca examinadora, a contar da data prevista no Art. 12, têm o prazo de até vinte dias para proceder à leitura e à avaliação da monografia.

§ 1º - Os/as integrantes da banca examinadora receberão uma cópia do TCC impressa e encadernada de forma simples.

§ 2º – O/A discente tem até quinze dias após a divulgação do resultado da banca para entregar a cópia definitiva à Coordenação.

§ 3º - A versão definitiva do TCC a ser entregue à Coordenação será em CD.

**Art. 15** – A nota final do/a aluno/a será a média ponderada entre a média aritmética das notas atribuídas pela banca examinadora.

§1º – Para aprovação, o/a aluno/a deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete inteiros).

§ 2º A apresentação do TCC poderá ser pública ou não, a critério do/a orientador/a.

§ 3º - No caso de o TCC ser apresentado de forma pública, a apresentação poderá ocorrer sob a forma de comunicação oral durante a Semana de Letras (1º semestre) ou no Congresso Acadêmico (2º semestre), ou em eventos similares, com a presença dos/as integrantes da banca examinadora.

§ 4º A Coordenação de TCC só encaminhará a documentação dos/as alunos/as que tiverem entregado a versão final (em CD e uma cópia impressa) à coordenação.

**Art. 16** – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Letras.

**Art. 17** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

### **CARTA DE ACEITAÇÃO**

**ALUNO/A:** \_\_\_\_\_

MATRÍCULA: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

TEL.: \_\_\_\_\_ ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CURSO: \_\_\_\_\_ ANO DE ENTRADA: \_\_\_\_\_ TURNO: \_\_\_\_\_

**ORIENTADOR/A:** \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_ TEL: \_\_\_\_\_ UA: \_\_\_\_\_

ATUAÇÃO NA FALE: ( ) GRADUAÇÃO ( ) PPGLL ( ) NÃO

**PROJETO:** \_\_\_\_\_

OUTROS (ESPECIFIQUE): \_\_\_\_\_

ÁREA DO CONHECIMENTO:

( ) ESTUDOS LINGUÍSTICOS ( ) ESTUDOS LITERÁRIOS

### **FICHA DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL**

#### **RELATÓRIO SUCINTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Maceió, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

PROFESSOR/A RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_

COORDENADOR/A: \_\_\_\_\_

**ESTA FICHA DEVERÁ SER ENTREGUE NA COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS ATÉ O PRAZO FINAL DE DIGITAÇÃO DE NOTAS.**



## ANEXO VIII



### FACULDADE DE LETRAS

#### **RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012.**

#### **Estabelece normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras**

O Colegiado do Curso de Letras, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**CONSIDERANDO** as indicações de reformulação feitas pela Comissão de Estágio Supervisionado;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas.

### **CAPÍTULO I DO ESTÁGIO E SUAS FINALIDADES**

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês fundamenta-se na Lei nº11.788, de 25.09.2008, na Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, na Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e na Resolução

Nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006 que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

§ 1º. O Estágio é um conjunto de atividades e práticas que consta no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês como Estágio Supervisionado.

§ 2º. O Estágio visa ao desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional docente – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do(a) estagiário(a) para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

§ 3º. Os Estágios Supervisionados em Língua Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa serão realizados a partir do 5º período e deverão contemplar, por exemplo, atividades de ensino, a observação da prática docente e a regência de aulas nos ensinos Fundamental e Médio.

Art. 3º - São objetivos do Estágio Supervisionado:

I. Formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos alunos.

II. Possibilitar a reflexão sobre o cotidiano escolar, a análise dos pressupostos teóricos estudados e sua prática, a fim de que o(a) estagiário(a) possa assumir posicionamento crítico aliado à competência técnica-metodológica e compromisso político do seu papel na sociedade.

III. Possibilitar, por meio do contato constante com as diversas realidades escolares e instâncias educacionais, a reflexão crítica e contextualizada sobre o papel do educador, da escola e do ensino de língua e literatura da sua habilitação ou área de atuação.

IV. Estabelecer formas de desenvolvimento e articulação entre os componentes curriculares teóricos, a dimensão prática, as disciplinas eletivas, as

atividades extensionistas, as ações de formação continuada, os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes da FALE.

V. Proporcionar, ao graduando, condições para a reflexão ao fazer a transposição didática dos conteúdos da área de Letras de suas habilitações para a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio);

VI. Proporcionar, ao graduando, condições para o desenvolvimento das atividades de observação, análise, síntese e reflexão críticas do trabalho pedagógico e da realidade em que atua, enquanto agente do processo ensino-aprendizagem para a formação de cidadãos;

VII. Integrar o Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, às demais Instituições de Educação Básica das redes pública e privada de ensino.

VIII. Tomar a prática como objeto de reflexão organizada e compartilhada, como campo de conhecimento específico do professor;

IX. Envolver-se na prática pedagógica, afetiva e cognitivamente, questionando as próprias crenças, propondo e experimentando alternativas;

X. Promover interações com o corpo docente e discente das instituições parceiras.

Art. 4º – O Estágio Supervisionado deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado pela Comissão de Estágio Supervisionado em conformidade com o Projeto do Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, e, respeitando, o calendário acadêmico.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

Art. 5º – O (A) estagiário(a) deverá receber da Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras os seguintes documentos, no início do semestre letivo:

I – Carta de apresentação do(a) estagiário(a) assinada pela Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras atestando que o(a) estagiário(a) é aluno(a) regularmente matriculado(a) e apto(a) a realizar estágio no semestre.

II – Carta de aceite para que o responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio será realizado autorize o(a) estagiário(a) a cumprir as atividades requeridas de estágio.

III – Ficha de controle das atividades de Estágio Supervisionado na qual o(a) estagiário(a) irá registrar as atividades realizadas.

Art. 6º – Ao término do estágio, o(a) estagiário(a) deverá entregar ao professor responsável pelo Estágio Supervisionado:

I – A carta de aceite assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

II – O Relatório individual de Estágio Supervisionado.

III – A ficha de controle preenchida corretamente e assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

### **CAPÍTULO III DO LOCAL DE REALIZAÇÃO**

Art. 7º – O Estágio Supervisionado será realizado, preferencialmente, em instituições escolares públicas e privadas da Educação Básica, em cursos livres de idiomas, em alguns órgãos da UFAL, bem como projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, desde que apresentem condições para:

I. Planejamento e execução conjunta das atividades de estágio.

II. Aprofundamento dos conhecimentos prático-teóricos a partir das experiências vividas em situações concretas das atividades de estágio.

Art. 8º – O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em mais de um instituição pública ou privada, na área de formação do aluno.

Parágrafo único – O(A) estagiário(a) deverá, preferencialmente, exercer as atividades de regência na instituição em que desenvolveu o Estágio de observação.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO**

**SEÇÃO I**  
**DO COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS**

Art. 9º – Ao Coordenador do Curso compete:

- I. Indicar um membro da Comissão de Estágio Supervisionado como Coordenador de Estágio Supervisionado;
- II. Designar a Comissão de Estágio Curricular Supervisionado responsável pelas providências necessárias à efetiva realização do Estágio;
- III. Arquivar por dois anos os documentos comprobatórios dos estagiários (os relatórios de estágio supervisionado assinados pelo professor supervisor e pelo(a) estagiário(a), as fichas de controle de estágio supervisionado e as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado).

Parágrafo único – A Comissão de Estágio Curricular Supervisionado será composta pelo coordenador do Curso de Letras, pelo coordenador de Estágio e por Professores Responsáveis pelo Estágio Supervisionado, lotados na Faculdade de Letras.

**SEÇÃO II**  
**DO COORDENADOR DE ESTÁGIO**

Art. 10º – É de competência do Coordenador de Estágio:

- I – Disponibilizar horário, na coordenação do curso, para planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades propostas referentes a essa atividade curricular.
- II – Convocar a Comissão para as reuniões.
- III- Organizar a participação dos integrantes da Comissão nas discussões de planejamento e desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

IV – Vistar, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios recebidos dos professores responsáveis pelo Estágio Supervisionado.

V – Entregar os documentos comprobatórios dos estagiários ao Coordenador de Graduação no final de cada período letivo.

Art. 11º – Em relação aos alunos, cabe ao Coordenador de Estágio Supervisionado:

I – Prestar esclarecimentos a respeito de dúvidas gerais sobre a realização dos estágios.

II – Divulgar dias e horários de atendimento.

### **SEÇÃO III DA COMISSÃO DE ESTÁGIO**

Art. 12º – À Comissão de Estágio compete:

I. Avaliar, propor mudanças, se necessário, e aprovar os Planos de Estágio Supervisionado e os instrumentos de avaliação;

II. Viabilizar o desenvolvimento e o acompanhamento do Estágio Supervisionado;

III. Participar do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado e estimular a participação dos demais professores do Curso nesse evento;

IV. Resolver os casos omissos, considerando a legislação vigente.

### **SEÇÃO IV DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ESTÁGIO**

Art. 13º – Ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado compete:

I. Aprovar o Plano de Estágio apresentado pelos estagiários, levando em consideração os objetivos estabelecidos nesta Resolução;

II. Encaminhar os estagiários para o desenvolvimento do Estágio em Línguas Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Francesa na Educação Básica, preferencialmente em unidades escolares da rede pública de ensino e/ou escolas de línguas estrangeiras;

III. Organizar o Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado, o qual visa a avaliar as atividades desenvolvidas pelos estagiários;

IV. Fixar e divulgar a data e horário do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado;

V. Acompanhar os estagiários no Seminário de Socialização de Estágio;

VI. Orientar os estagiários para a apresentação de Relatório ao final de cada período letivo em que o Estágio se realiza;

VII. Avaliar o Relatório Final de Estágio;

VIII. Realizar a avaliação final dos estagiários e efetuar o lançamento das notas no SIE WEB;

IX. Recolher dos estagiários sob sua supervisão, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios da realização do Estágio Supervisionado (relatórios de estágio assinados, as fichas de controle de estágio supervisionado, as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado) e entregá-los ao Coordenador de Estágio Supervisionado.

**SEÇÃO V**  
**DO(A) ESTAGIÁRIO(A)**

Art. 14º – É de competência do(a) estagiário(a):

I. Seguir as normas estabelecidas por esta Resolução;

II. Elaborar o Plano de Estágio em comum acordo com o Professor supervisor do Estágio Supervisionado;

III. Apresentar o Plano de Estágio ao Professor Supervisor do Estágio Supervisionado, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para o início das atividades;

IV. Acatar as normas da Instituição de Ensino em que ocorrerá o Estágio;

VI. Apresentar, ao final das atividades, o Relatório de Estágio ao Professor supervisor do Estágio Supervisionado;

VII. Participar do Seminário de Socialização de Estágio;

VIII. Apresentar o Relatório de Estágio no Seminário de Socialização de Estágio.

IX. Ter uma postura ética ao manter um ótimo relacionamento com todos os profissionais da unidade escolar e eximir-se de criticá-los, especialmente no local do estágio.

Parágrafo único – o(a) estagiário(a) que desenvolve seu Estágio na instituição em que trabalha deve fazê-lo fora de suas atividades rotineiras ou dentro delas, desde que contemple um caráter inovador.

## **CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO**



## **SEÇÃO I**

### **DO PLANO DE ESTÁGIO**

Art. 15º – Deverão constar no Plano de Estágio Supervisionado, obrigatoriamente:

- I. Dados de identificação do(a) estagiário(a);
- II. Identificação do Estabelecimento de Ensino onde será realizado o Estágio;
- III. Pressupostos teóricos dos conteúdos estruturantes;
- IV. Desenvolvimento metodológico dos conteúdos estruturantes a serem aplicados;
- V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas;
- VI. Bibliografia de consulta e de referência.

Art. 16º – O Plano de Estágio deverá ser apresentado pelo estudante ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado, para análise, discussão e aprovação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para início das atividades.

## **SEÇÃO II**

### **DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA**

Art. 17º – O Estágio Supervisionado está distribuído em 4 semestres, a partir do quinto período do curso de Letras.

I – A carga horária do Estágio Supervisionado 1 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

15h caracterização

20h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

20h elaboração de relatório

05h socialização das experiências

II – A carga horária do Estágio Supervisionado 2 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

30h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

10h registros sobre a prática

20h elaboração de relatório

III – A carga horária do Estágio Supervisionado 3 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

5h supervisão

10h para caracterização Unidade Escolar

5h entrevistas

15h observação no ensino fundamental

10h elaboração de aula para regência

15h regência no ensino fundamental

5h socialização das experiências e reflexão

10h elaboração de relatório

IV – A carga horária do Estágio Supervisionado 4 contempla 160 horas e está distribuída em:

10 h planejamento

10 h supervisão

30 h para caracterização da Unidade Escolar

10 h entrevistas

15h observação no ensino médio

20h elaboração de aula

15h regência no ensino médio

05 h socialização das experiências e reflexão

20h elaboração de relatório

Parágrafo único: As atividades de Ensino para o Estágio Supervisionado 1 e 2 podem ser:

- observação de aula
- participação em aulas
- regência de aulas (parcial ou total)
- participação em eventos culturais, reuniões na escola,
- realização de rodas de leitura
- trabalho na biblioteca
- atividades extra classe (festas, gincanas, atividades culturais)
- acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem
- confecção de materiais didáticos
- análise de material didático
- observação de práticas em DVD
- observação e acompanhamento de uma turma-referência
- acompanhamento de grupos de alunos
- pequenos projetos envolvendo o uso de leitura e escrita
- oficinas
- aulas de reforço
- montagem de peças teatrais

Outras atividades de ensino podem ser consideradas mediante aprovação da Comissão de Estágio.

### **SEÇÃO III**

#### **DA ESTRUTURAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

Todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

1. Apresentação: Situar a disciplina e a discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Ex: Produção escrita – Ortografia - Dificuldades da aprendizagem em LP - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio, objetivos previamente traçados; como a proposta foi elaborada, dificuldades encontradas no início do estágio e como foi possível seguir o planejamento, etapas da atividade programada e as adaptações que foram feitas.

2. Caracterização da escola - Dados Gerais:

a) Identificação da Escola: Campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento).

b) Instalações da Escola: Infraestrutura e recursos materiais (Biblioteca-dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; Sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio).

c) Organização do trabalho escolar: Calendário escolar; Horários de funcionamento; Índices de evasão e repetência.

d) Prática Sócio-Político-Pedagógica: Identificar a existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; planejamento: como é feito, quem participa; entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.

3. Diário de Campo: Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registrando os conteúdos abordados, as metodologias, as estratégias adotadas e as avaliações empregadas, as datas de realização e os tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

4. Análise de dados e produtos de aprendizagem: Relatório que pode ser feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na Escola). Nessa parte do Relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na Escola: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.

5. Considerações finais: O aluno pode abordar questões, tais como a importância do estágio para a formação; dificuldades encontradas e como elas foram superadas; e sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem naquele contexto do estágio.

6. Referências: Autores citados no relatório e nas notas de rodapé.

7. Anexos: Material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio; registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

## **SEÇÃO IV**

### **DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO**

Art. 18º – Para a avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão consideradas as seguintes atividades:

I. Apresentação dos Planos de Estágio Supervisionado nos prazos estipulados;

II. Frequência às reuniões de supervisão entre o professor supervisor de Estágio e o(a) estagiário(a);

IV. Apresentação do Relatório Final de Estágio, nos quais deverão constar as atividades desenvolvidas e as avaliações anteriores, após a conclusão de todas as etapas, ao professor supervisor;

V. Participação como ouvinte dos relatos de colegas estagiários no Seminário de Socialização;

VI. Apresentação oral dos resultados no Seminário de Socialização de Estágio, coordenado pelo Professor supervisor de Estágio.

Parágrafo único: O estudante que deixar de participar do Seminário de Socialização deverá, mediante a apresentação de justificativa ao Coordenador de Estágio Supervisionado, agendar sua apresentação para o evento seguinte.

Art. 19º – A avaliação de desempenho do(a) estagiário(a), nas diferentes fases dos Estágios de Línguas Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa, é feita pelo professor supervisor que deve considerar:

I.o compromisso e a participação nas atividades propostas;

II.a interlocução e postura colaborativa com o professor supervisor;

III.o desempenho nas atividades pedagógicas;

IV.a capacidade de diagnosticar problemas e propor soluções para situações surgidas no ambiente escolar;

§1º Em cada etapa da avaliação, serão utilizados instrumentos específicos elaborados pelos professores supervisores e aprovados pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§2º - A nota final referente aos Estágios Supervisionados de Licenciatura em Língua Portuguesa, em Língua Inglesa, em Língua Espanhola e em Língua Francesa deverá ser composta considerando as notas parciais do aluno obtidas quando da realização dos Estágios.

§3º - O Relatório Final do Estágio Supervisionado deverá ser elaborado de acordo com as normas vigentes adotadas pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§4º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser composto pelos relatórios parciais desenvolvidos em cada uma das etapas dos Estágios.

§5º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá conter as assinaturas do estagiário e do seu professor supervisor de Estágio.

Art. 20º - O não cumprimento do previsto nos Artigos desta Resolução implica reprovação do(a) estagiário(a) em Estágio Supervisionado e na obrigatoriedade de realização de um novo estágio.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 21º – O desenvolvimento das atividades de Estágio prevê as seguintes modalidades:

I – Observação - destinada a levar o estudante à tomada de contato com a realidade educacional, especialmente nas situações que envolvem professor-aluno, bem como elaboração de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares.

II – Regência - destinada a permitir ao(à) estagiário(a) ministrar aulas, aplicar um projeto de intervenção ou outra atividade acerca do processo de ensino e aprendizagem, sob orientação e supervisão do Professor de Estágio.

III – Participação - realizada para permitir ao estudante tomar parte como cooperador em aulas e em outras atividades educativas definidas pelo Professor de Estágio Supervisionado.

Art. 22º – Em acordo com o parecer CP/CNE 028, de 02/10/2001, em caso de aluno em efetivo exercício da atividade docente na educação básica, a carga horária total do semestre poderá ser reduzida, no máximo, em até 50%.

I – o aluno atuando como docente no Ensino fundamental ou Médio, em escola reconhecida pelo MEC/Secretaria da Educação, deverá apresentar à Comissão de Estágio Supervisionado documentação comprobatória descrevendo plano de curso e especificando as atividades e a carga horária.

II – as atividades do monitor em escolas públicas de Alagoas só serão consideradas se o(a) estagiário(a) desenvolver projeto ou atividades na sua habilitação ou área de atuação.

Art. 23º – O(A) estagiário(a) deverá concluir cada estágio em um semestre letivo.

Art. 24º – Nos termos da legislação vigente, o estágio supervisionado obrigatório para qualquer habilitação da Faculdade de Letras, não cria vínculo empregatício.

Art. 25º – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estágio Supervisionado da Faculdade de Letras.

Art. 26º – A presente Resolução terá vigência após aprovação pelo Conselho da Faculdade de Letras.

Art. 27º – Esta Resolução poderá ser alterada a qualquer tempo, caso a Comissão de Estágio julgar necessária, e/ou a pedido de um grupo de professores e mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado e do Conselho do Curso da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas - *Campus* A.C. Simões.

Miniauditório Heliônia Cêres – FALE, em 15 de maio de 2012.

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva  
Diretora da FALE  
Presidenta do Conselho da FALE





UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS



## CARTA DE RECEBIMENTO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Eu, \_\_\_\_\_, responsável por este estabelecimento de ensino, recebi do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_ um exemplar do Relatório de Estágio Supervisionado contendo informações, descrições e análises do estágio realizado neste semestre.

Maceió, \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

---

Carimbo e assinatura do responsável  
(carimbo da escola)

## CARTA DE APRESENTAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS**

Maceió, 14 de fevereiro de 2011.

**Ao**

**Ilmo(a). Sr(a) Diretor(a)**

Assunto: Apresentação de estagiário

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a V. S.a, \_\_\_\_\_,  
aluno(a) regularmente matriculado no Curso de Licenciatura em Letras/Inglês da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, para o desenvolvimento de atividades de estágio supervisionado nesta unidade de Ensino.

Atenciosamente,

**Prof. Dra. Ana Maria Gama Florêncio**  
**Responsável pelo Estágio Supervisionado**  
**FALE – UFAL**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS



## CARTA DE ACEITE

O(A) aluno(a) abaixo designado(a) está credenciado(a), por esta Instituição de Ensino a solicitar nessa Unidade a devida autorização para o período de estágio, declarando submeter-se a todas as determinações legais.

Maceió, 1 de setembro de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo Estágio Supervisionado

FALE – UFAL

Aluno(a) _____
E-mail _____ telefone _____
Endereço _____ CEP _____

Escola _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Nome do(a) Diretor(a) _____

AUTORIZAÇÃO DO(A) DIRETOR(A)

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pelo estabelecimento de ensino, autorizo o estágio solicitado pelo(a) aluno(a) acima designado(a).

Maceió, \_\_\_\_\_ de 2011.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do responsável

\_\_\_\_\_  
Carimbo da escola



Nome do Módulo / Disciplina	Carga horária total	6º Semestre																			
		Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4				Mês 5			
		S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Sintaxe do Português	80	20	20	20	20	5	5	5	5	9	9	9	9	13	13	13	13	17	17	17	17
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	60					15	15	15	15												
Pesquisa Educacional	60									15	15	15	15								
Literatura de Língua Portuguesa 4	60													15	15	15	15				
Disciplina Eletiva 3	60																	15	15	15	15
Projetos Integradores 6	40		4		4		4		4		4		4		4		4		4		4
Estágio Supervisionado 2	80	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Total/ horas	440	24	28	24	28	19	23	19	23	19	23	19	23	19	23	19	23	19	23	19	23

Nome do (a) Módulo / Disciplina	Carga horária total	7º Semestre																			
		Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4				Mês 5			
		S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Semântica do Português	60	15	15	15	15																
Disciplina Eletiva 4	60					15	15	15	15												
Projetos Integradores 7	40		4		4		4		4		4		4		4		4		4		4
Estágio Supervisionado 3	80	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Total/ horas	240	19	23	19	23	19	23	19	23	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8

Nome do(a) Módulo / Disciplina	Carga horária total	8º Semestre																			
		Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4				Mês 5			
		S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Disciplina Eletiva 5	60	15	15	15	15	7	7	7	7												
Estágio Supervisionado 4	160	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Total/ horas	220	23	23	23	23	15	15	15	15	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8

## ANEXO X

SPArq 097130/2011



Ministério da Educação  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Setor Bancário Norte, Quadra 02, Lote 06, Bloco L, 7º andar  
70.040-020 – Brasília, DF  
(61) 2022 6400 – ded@capes.gov.br

Ofício Circular 20/2011 – DED/CAPES

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2011.

Ao(À) Senhor(a)  
**Coordenador(a) UAB**

Assunto: **Apresenta decisões e encaminhamentos procedentes do 5º Encontro Nacional de Coordenadores UAB.**

Senhor(a) Coordenador(a),

Aproveitando para cumprimentá-lo(a), agradecemos pela participação no 5º Encontro Nacional de Coordenadores UAB e registramos, por meio deste, questões importantes, decisões e encaminhamentos procedentes daquela reunião, a saber:

### 1. Reprogramação para 2012/2 de Articulações/Ofertas Relativas a 2012/1

Considerando a manifestada dificuldade, por parte de determinadas IES, em cumprir a programação original de oferta de cursos para 2012/1, faculta-se a reprogramação para 2012/2, mediante envio de Ofício do Coordenador UAB à DED/CAPES. Não obstante, ponderamos que seja considerado(a) para a tomada dessa decisão:

- a) o possível impacto da postergação da data do início do curso para os professores das redes públicas da Educação Básica, que constituem o público-alvo prioritário do PARFOR (Plataforma Freire), uma vez que ela poderia gerar a desistência de alguns professores; e
- b) a possibilidade da aplicação de alternativas, como, por exemplo, uma postergação do início real do curso dentro do mesmo semestre (até 2 meses), adequando-se o calendário de atividades.

### 2. Propostas de Articulação/Oferta de Cursos para 2012/2

Considerando que parte das IES integrantes do Sistema UAB ainda não propuseram as articulações/ofertas a serem implementadas em 2012/2, informamos do cronograma e diretrizes para realização de tal proposição:

- a) a IES que porventura ainda não tenha realizado a proposta de articulação/oferta de cursos para o 2º semestre de 2012 poderá fazê-lo até o dia 15 de março de 2012, mediante envio de Ofício do(a) Coordenador(a) UAB à DED/CAPES em que contenha o quadro de cursos, polos e vagas propostos, bem como o ateste de existência de infraestrutura adequada nos polos de apoio presencial; e
- b) a proposição e a análise das articulações/ofertas dar-se-á nos termos da INSTRUÇÃO 01/2011 – DED/CAPES, de 09 de fevereiro de 2011 (anexa).

### 3. Perfil do Tutor, Parâmetros de Fomento para Bolsas de Tutoria e Processo de Transição

3.1 Reiteramos a orientação de que os Tutores do Sistema UAB devam:

- a) possuir formação na área da disciplina ou do curso em que atuam, garantindo assim a qualidade da formação em nível superior oferecida no âmbito do Sistema UAB; e
- b) estar vinculado ao setor público, ser aluno de programa de pós-graduação de IES pública ou possuir outro tipo de vínculo com a IES de atuação, como, por exemplo, ser professor voluntário, assistente ou similar.

3.2 Frisamos ainda que, embora para fins do fomento não se mantenha a diferenciação na nomenclatura “Tutor Presencial” e “Tutor a Distância”, é facultado às IES a designação e alocação de seus Tutores (Presenciais e/ou a Distância) de acordo com seu modelo de EaD e projetos pedagógicos dos cursos. Assim, não estão sendo eliminados tutores presenciais nem tutores a distância, cabendo às IES definir a configuração da tutoria e as atribuições dos tutores, compatíveis com a respectiva proposta pedagógica.

3.3 Em relação aos parâmetros para concessão de bolsas de tutoria, ficaram patentes as desigualdades e a fragilidade dos critérios existentes. Resultante de estudos realizados, de discussões entre os Grupos de Trabalho do Fórum Nacional de Coordenadores UAB e a DED/CAPES, e considerando o interesse mútuo entre as IES integrantes do Sistema UAB e a DED/CAPES na qualificação da tutoria, na distribuição equânime e efetiva dos recursos e na sustentabilidade do Sistema UAB, propõem-se os seguintes parâmetros:

- ✓ 1 bolsa a cada 15 horas/aulas por grupo de 50 alunos; ou<sup>1</sup>
- ✓ 1 bolsa a cada 30 horas/aulas por grupo de 25 alunos.

3.4 A DED/CAPES reiterou, ainda, a disposição de discutir a inclusão de um profissional de apoio nos polos na matriz de fomento do Sistema UAB, este dedicado à organização das atividades dos cursos e ao atendimento de demandas acadêmico-administrativas de alunos e professores.

3.5 Considerando a necessidade de se estabelecer um período de transição para a consolidação/reformulação dos parâmetros de fomento de bolsas do Sistema UAB, faculta-se às IES, as seguintes alternativas:

- a) permanecer utilizando o parâmetro básico vigente, qual seja: 1 bolsa de tutoria a distância a cada 25 alunos por 12 meses; e 2 tutores presenciais por polo (com mínimo de 50 alunos), indistinta a quantidade de cursos; ou
- b) aderir a um dos parâmetros propostos, descritos no item 3.3; ou, ainda,
- c) negociar com a DED/CAPES no 1º semestre de 2012 um plano de transição, com vistas à adequação progressiva a um dos parâmetros acima referidos.

#### 4. Revisão/Atualização e Proposição de Projetos Pedagógicos de Cursos

Considerando a natureza contínua de revisão/atualização de Projetos Pedagógicos de Cursos no âmbito das IPES e a implicação deste processo nas políticas de articulação acadêmica e fomento da DED/CAPES, faz-se necessário regulá-lo para viabilizar a adequação destes documentos às diretrizes técnico-pedagógicas, bem como à matriz de fomento aprovadas e praticadas pela CAPES. Assim:

a) os Projetos Pedagógicos de Cursos já aprovados pela DED/CAPES (Edital UAB I, Edital UAB II ou Cursos PAR) que sejam objeto de revisão/atualização, bem como os Projetos Pedagógicos para novos cursos, devem ser encaminhados por ofício do Coordenador UAB à

<sup>1</sup> Numericamente, não há distinção entre estes dois parâmetros, embora a distinção tenha sido solicitada pelo Fórum Nacional de Coordenadores UAB e respectivos grupos de trabalho para fins de compreensão e customização do parâmetro aos diversos modelos de cursos, suas disciplinas e cargas-horárias, bem como sistemática de oferta.





DED/CAPES até as 23h55 do dia 30 de abril de 2012, por meio de postagem no Box 04 do ATUAB. Uma via original assinada deverá ser protocolada na CAPES até 18 de maio de 2012;

b) os referidos Projetos Pedagógicos serão encaminhados a comissão *ad hoc* de especialistas na área de conhecimento do curso e em Educação a Distância para análise de viabilidade técnica, conforme instrumento de avaliação desenvolvido no âmbito dos Fóruns de Área do Sistema UAB, aperfeiçoado por especialistas e homologado pela DED/CAPES. Esse processo permitirá uma diligência para revisão/correções, que será oportunamente comunicada à IES. O prazo para conclusão da avaliação será de 180 dias, a contar da data da postagem do Projeto Pedagógico;

c) até que o processo de avaliação da proposta de revisão/atualização do Projeto Pedagógico seja concluído pela DED/CAPES, segue válido o documento original aprovado por Edital ou Chamada atinente. A aprovação do Projeto Pedagógico revisado/reformulado não gerará qualquer efeito retroativo e sua efetivação restringir-se-á às ofertas seguintes.

d) nenhuma alteração de carga-horária e/ou disciplinas deverá ser procedida no SisUAB até a conclusão do processo de avaliação da proposta de revisão/atualização do Projeto Pedagógico.

#### 5. Encaminhamentos/Compromissos da DED/CAPES

Considerando as proposições e arguições emanadas das discussões do 5º Encontro Nacional de Coordenadores UAB, a DED/CAPES comprometeu-se a encaminhar as seguintes questões:

- a) Promover ações pertinentes à revisão do valor das bolsas de tutoria e Coordenador UAB;
- b) Defender, junto ao MEC, o financiamento da EaD para as IES com base no custo-aluno.
- c) Alinhar as políticas de fomento de bolsas para professores do Sistema UAB àquelas praticadas no PARFOR presencial;
- d) Articular ações de institucionalização da EaD nas IES, associadamente ao Fórum Nacional de Coordenadores UAB, ANDIFES, ABRUEM, CONIF, MEC e outras instituições relevantes.
- e) Apresentar, no 1º semestre de 2012, o calendário de articulação, fomento e oferta de cursos para o biênio 2012-2013, com base na discussão da proposta realizada no Encontro.

Os encaminhamentos apresentados nesta comunicação visam ao aperfeiçoamento do processo gestão do Sistema UAB, bem como a uniformização dos procedimentos e difusão das diretrizes e regras. Informações complementares serão oportunamente socializadas.

Colocando-nos à disposição para esclarecimentos necessários, aproveitamos a oportunidade para agradecer sua prestimosa colaboração na condução das atividades do Sistema UAB neste ano, estimando Boas Festas, muitas alegrias e realizações no ano que se inicia. Que possamos continuar juntos, com a determinação e compromisso de qualificar e fortalecer a Educação a Distância em nosso País.

Atenciosamente,



**João Carlos Teatini de Souza Clímaco**  
Diretor de Educação a Distância

## ANEXO XI

SPArq 97556/2011



Ministério da Educação  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Setor Bancário Norte, Quadra 02, Lote 06, Bloco L, 7º andar  
70.040-020 – Brasília, DF  
(61) 2022 6400 – ded@capex.gov.br

Ofício Circular 21/2011 – DED/CAPES

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2011.

Ao(À) Senhor(a)  
**Coordenador(a) UAB**

Assunto: **Complementa informações sobre o vínculo da tutoria do Sistema UAB.**

Senhor(a) Coordenador(a),

Em complementação ao Ofício Circular 20/2011 – DED/CAPES, de 15 de dezembro de 2011, e, ainda, em resposta aos questionamentos dele emanados, vimos esclarecer do que segue:

1. A determinação de que os tutores do Sistema UAB tenham vínculo com o setor público<sup>1</sup> tem procedência em recomendação da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação que, por sua vez, atende a determinações dos órgãos de controle do Governo Federal;

2. Sobre essa matéria, a DED/CAPES reitera a orientação repassada a todos(as) os(as) Coordenadores(as) UAB em reunião realizada em Brasília em julho do corrente ano e informa de que cumpre rigorosamente a determinação do MEC, a que se subordinam as políticas públicas de formação de professores, inclusive esta relativa ao Sistema UAB; e

3. Reconhecemos e sabemos legítimas as preocupações manifestadas pelas IES acerca dessa determinação, embora reforçemos a necessidade de imediato atendimento, ainda considerada a inteira disposição desta DED/CAPES para o envio de orientações complementares e para a negociação de estratégias e prazos de transição. Essa determinação, ainda no âmbito administrativo, visa evitar que a questão do vínculo do tutor ao Sistema UAB seja objeto de problemas judiciais futuros.

Considerada a parceria da DED/CAPES com as IES integrantes ao Sistema UAB no tratamento das questões de comum interesse, reiteramos nosso integral compromisso na busca pelas soluções aos desafios ora postos.

Atenciosamente,

**João Carlos Teatini de Souza Clímaco**  
Diretor de Educação a Distância

<sup>1</sup> Para efeito desta instrução, são considerados vinculados ao setor público os servidores públicos de qualquer esfera administrativa, os discentes de programa de pós-graduação reconhecidos pela CAPES ou, ainda, os profissionais vinculados à IES de origem da tutoria.